



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A AGRICULTURA URBANA DO DISTRITO FEDERAL:
CONTEXTOS E REFLEXÕES SOBRE AS RURALIDADES EM
MEIO URBANO**

Ana Clara Gonçalves Dourado

Dissertação de Mestrado

Brasília – Distrito Federal.

Dezembro/2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A AGRICULTURA URBANA DO DISTRITO FEDERAL:
CONTEXTOS E REFLEXÕES SOBRE AS RURALIDADES EM
MEIO URBANO**

Ana Clara Gonçalves Dourado

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Dissertação de Mestrado

Brasília – Distrito Federal.

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A AGRICULTURA URBANA DO DISTRITO FEDERAL:
CONTEXTOS E REFLEXÕES SOBRE AS RURALIDADES EM
MEIO URBANO**

Ana Clara Gonçalves Dourado

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, na área de Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Aprovada por:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília
(Orientador)

Prof. Dr. Juscelino Eudâmidas Bezerra
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília
(Examinador interno)

Prof. Dr. Vera Lúcia Salazar Pessôa
Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão
(Examinador externo)

Brasília- DF, 06 de novembro de 2015.

FICHA CATALOGRÁFICA

DOURADO, ANA CLARA GONÇALVES

A agricultura urbana do Distrito Federal: Contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano. 2015. 183 p. (GEA/IH/UnB, Mestre, Geografia - Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional, 2015).

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

1. Agricultura urbana
2. Ruralidade
3. Dinâmica espacial

4. Planejamento
5. Distrito Federal

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Ana Clara Gonçalves Dourado

À minha amada mãe, Luzanira,
e ao meu digno companheiro, Rafael,
que sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos imprescindíveis mestres que me acompanharam na minha caminhada pelo saber até agora, que me instigaram, ensinaram, aconselharam, souberam me mostrar o valor que tem o conhecimento, e me ensinaram que, se acreditamos no potencial que temos, iremos conquistar o que desejamos.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Fernando Sobrinho. Meus sinceros agradecimentos por ter me estendido a mão na hora em que mais precisei, por firmar meus pés e minhas ideias. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava.

Agradeço a Geografia e a Universidade de Brasília, por manter em mim a vontade de continuar a conhecer cada vez mais o que essa Ciência pode ensinar.

Enfim, a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração e conclusão desta pesquisa: muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa procura analisar as complementaridades urbano-rurais no Distrito Federal (DF), bem como analisar de que forma a atividade de agricultura urbana se desenvolve na dinâmica socioeconômica espacial da atualidade. Para isso, observamos três áreas do DF. Essas áreas possuem historicidade com a construção de Brasília e conseguem manter-se por meio de atividade tipicamente rural em meio à crescente urbanização da capital federal, onde houve o processo de estreitamento das fronteiras do urbano com o rural. Nesse sentido, por meio de pesquisas e trabalhos de campo, buscamos compreender as ruralidades existentes através da agricultura urbana, esta sendo uma atividade social de cultivo, produção de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços urbanos ou intraurbanos. O embate cotidiano com o processo de urbanização fez com que esses produtores permanecessem tal como uma rugosidade. A produção agrícola nesses espaços característicos, ao passo que sofre o enfrentamento com os espaços urbanos, beneficia-se das práticas e das demandas urbanas, favorecendo e possibilitando a produção de cultivos diferenciados direcionados para o consumo da capital. Isso possibilita uma dinâmica singular na relação rural-urbano, colocando em movimento um processo de reprodução dos pequenos agricultores, em momentos da história da capital brasileira, sendo planejado como o cinturão verde, passando por intenso momento de especulação imobiliária e atualmente a diversidade produtiva e populacional num espaço tipicamente rural rodeado por urbanidades. Desse modo, se contemplada agricultura urbana interagir com o planejamento urbano, cooperará para a diminuição das desigualdades sociais e poderá ajudar a criar instrumentos e ações para fortalecer as práticas sociais que já são existentes.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Dinâmica espacial. Ruralidade. Planejamento. Distrito Federal.

ABSTRACT

This research aims to analyze rural-urban complementariness in the Federal District (DF), as well as how the urban agriculture activity has been developed when it comes to the current social-economic spatial dynamic. Thus, three different areas (which despite being historical as part of Brasília's construction and its urban development, their main economic activity remained rural) were observed in the DF. So, through both literature research and fieldwork it was a goal to understand rural practices throughout urban agriculture, which can be defined as a social activity of cultivation and production of food items or non-food items, also, urban agriculture is practiced in either urban or in intra-urban spaces. The everyday clash with urbanization process made rural producers remain as roughness against the urban scenario. Although agricultural production faces several challenges in urban spaces, it also gets advantage from urban practices and demands, what creates possibilities for distinct cultivation process, aiming the consumers of the capital of the country. This dynamics creates a singular urban-rural relationship, allowing the reproduction of small farmers, in certain moments of the history of the Brazilian capital, in which the green belt is planned, hence, going through a moment of real state speculation, currently, it faces population and production diversity in a typically rural space surrounded by urban area. Thus, once urban agriculture interacts with urban planning it will cooperate for the decrease of social inequality and even help to develop instruments and actions to strengthen the social practices that already exist.

Key-words: Urban Agriculture. Spatial dynamics. Rural practices. Planning. Federal District.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AU – Agricultura Urbana

AGAU – Articulação de Grupos de Agricultura Urbana do Distrito Federal

AR – Agricultura Rural

ARR – Área Rural Remanescente

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CAU – Centro de Agricultura Urbana

CAUB – Combinado Agrourbano de Brasília

CEASA – Central Estadual de Abastecimento

CEB – Companhia Energética de Brasília

DF – Distrito Federal

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPIA – Estrada Parque Indústria Abastecimento

EPTG – Estrada Parque Taguatinga Guará

FAO – Food and Agriculture Organization

FAL – Fazenda gua Limpa

FZDF – Fundao Zoobotânica do Distrito Federal

GDF – Governo do Distrito Federal

IDRC – Centro Internacional de Investigao es para o Desenvolvimento

IPES – Promoo do Desenvolvimento Sustentável

IPTU – Imposto predial territorial urbano

LOSAN – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate  Fome

ONU – Organizao das Nao es Unidas

ONG – Organizao não governamental

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PNUD – Programa das Nao es Unidas para o Desenvolvimento

PROVE – Programa de Verticalizao da Pequena Produo Agrícola do Distrito Federal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RA – Região Administrativa

RA's – Região es Administrativas

REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas

SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

SLU – Serviço de Limpeza Urbana

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia

UnB – Universidade de Brasília

UNFRA – Fundo de População das Nações Unidas

Lista de Figuras

- Figura 1 – Agricultura Urbana – Dimensões Integradas
- Figura 2 – Agricultura Urbana – Tipos de cultura/criação
- Figura 3 – Áreas urbanas com características rurais
- Figura 4 – Agricultura urbana em Águas Claras
- Figura 5 – Plano Piloto de Brasília desenhado por Lúcio Costa
- Figura 6 – Mapa da Agricultura Urbana na Vargem Bonita
- Figura 7 – Agricultura Urbana na Vargem Bonita na base do Google Earth
- Figura 8 – Agricultores de Vargem Bonita
- Figura 9 – Estufas na Vargem Bonita.
- Figura 10 – Hortaliças na Vargem Bonita.
- Figura 11 – Sistema hídrico utilizado para o acesso à água na Vargem Bonita
- Figura 12 – Mapa da Agricultura Urbana no Núcleo Bandeirante
- Figura 13 – Agricultura Urbana no Núcleo Bandeirante na base do Google Earth
- Figura 14 – Agricultor do Núcleo Bandeirante
- Figura 15 – Agricultura do Núcleo Bandeirante
- Figura 16 – Transporte utilizado na venda dos produtos do Núcleo Bandeirante
- Figura 17 – Mapa da Agricultura Urbana de Águas Claras
- Figura 18 – Agricultura Urbana em Águas Claras na base do Google Earth
- Figura 19 – Agricultora em Águas Claras
- Figura 20 – Agricultura urbana em Águas Claras, ao fundo Vicente Pires.
- Figura 21 – Transporte utilizado na venda dos produtos de Águas Claras
- Figura 22 – Agricultura urbana em Águas Claras, ao fundo Águas Claras

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Capacitação em Agricultura Urbana

Gráfico 2 – Venda da produção de Vargem Bonita

Gráfico 3 – Venda da produção do Núcleo Bandeirante

Gráfico 4 – Venda da produção de Águas Claras

Lista de Quadros

Quadro 1 – Regiões Administrativas do Distrito Federal

Quadro 2 – Espécies produzidas da Vargem Bonita

Quadro 3 – Espécies produzidas no Núcleo Bandeirante

Quadro 4 – Espécies produzidas em Águas Claras

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários Distrito Federal – 1970/2006

Tabela 2 – Idade dos entrevistados da Vargem Bonita

Tabela 3 – Tempo em que os entrevistados moram na propriedade

Tabela 4 – Idade dos entrevistados do Núcleo Bandeirante

Tabela 5 – Tempo no qual os entrevistados moram na propriedade do Núcleo Bandeirante

Tabela 6 – Idade dos entrevistados de Águas Claras

Tabela 7 – Tempo no qual os entrevistados moram na propriedade de Águas Claras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A DINÂMICA ESPACIAL NA ANÁLISE DO RURAL NO URBANO.....	28
2.1 <i>Teorias da relação urbano-rural.....</i>	29
2.2 <i>Agricultura Urbana como meio de integração do rural com o urbano....</i>	36
2.3 <i>Aspectos conceituais da Agricultura Urbana</i>	40
3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E RURAL DO DISTRITO FEDERAL	73
3.1 <i>O reordenamento territorial</i>	73
3.2 <i>O processo de urbanização no Distrito Federal rural</i>	84
3.3 <i>A agricultura e o espaço urbano na capital federal.....</i>	93
4 A CARACTERIZAÇÃO E A COMPREENSÃO DA AGRICULTURA URBANA DESENVOLVIDA NO DISTRITO FEDERAL JUNTO AO PLANEJAMENTO E PROPOSIÇÕES	105
4.1 <i>Agricultura urbana na Vargem Bonita</i>	105
4.2 <i>Agricultura urbana no Núcleo Bandeirante.....</i>	119
4.3 <i>Agricultura urbana em Águas Claras.....</i>	130
4.4 <i>Agricultura urbana e o planejamento urbano.....</i>	144
4.5 <i>O desenvolvimento socioespacial e a agricultura urbana.....</i>	149
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE A - Reconhecendo as Práticas de Agricultura Urbana: roteiro de entrevista.....	178

1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no mundo, nos últimos anos, mediante o processo de globalização vigente, associados aos problemas decorrentes de um crescimento econômico sem desenvolvimento na maioria das cidades, têm suscitado novas questões no que tange à sobrevivência das classes sociais nos espaços urbanos.

Nesse contexto, o espaço rural não ficou à margem dessas transformações, tomando hoje uma significação diferente da que tinha anteriormente. Ao mesmo tempo, as ideias de dicotomia e de continuum rural-urbano têm estado presentes nos debates da atualidade, buscando-se respostas que visem a soluções adequadas às questões sociais.

O processo de urbanização no Brasil é notório, intensificado principalmente a partir da segunda metade do século XX e tem gerado problemas relativos à conceituação da relação urbano-rural.

No âmbito dessas discussões, a Agricultura Urbana (AU) tem tido grande importância, visto que se trata de uma autêntica expressão de ruralidades presentes nos espaços urbanos, muitas vezes funcionando como complementaridades rural-urbanas, integradas aos sistemas urbanos. Questiona-se em que medida as complementaridades urbano-rurais contribuem para a dinâmica espacial urbana.

Assim, o presente trabalho propõe-se a analisar as complementaridades urbano-rurais no Distrito Federal, bem como analisar de que forma a atividade de AU se desenvolve na dinâmica socioeconômica espacial da atualidade.

A relevância do tema aqui proposto consiste na necessidade de se conhecer, também, outras facetas do espaço urbano produzido pela AU, especificamente no que tange às engrenagens das atividades a ela vinculadas.

Por outro lado, é preciso que se reflita sobre o tema no contexto histórico-geográfico atual, no sentido de diminuir as imprecisões teórico-conceituais decorrentes do estreitamento das fronteiras do urbano com o rural, o que,

consequentemente, contribuirá para o planejamento e para a gestão do espaço urbano.

A pesquisa é relevante tanto para o meio acadêmico quanto para o meio social, econômico e cultural, pois interage em vários aspectos e interesses da sociedade.

No meio acadêmico, é de interesse porque não temos muitos estudos de caso sobre o tema, nem muita referência bibliográfica. Assim, é um tema que deve ser mais estudado e compreendido para que seja observado como prática na realidade das cidades brasileiras.

No meio social, ao levantar essa discussão, o governo e a população poderão realizar uma parceria e levarem parte dos alimentos produzidos para escolas, ou até produzi-los nas escolas, envolverem pessoas desempregadas ou aposentadas que são de origem rural para realizar essa atividade.

No meio econômico, é possível vislumbrar o aumento de renda das famílias envolvidas e o aproveitamento de áreas não utilizadas. Ademais, a parceria entre governo e comunidade pode chegar à diminuição de impostos, à concessão de uso do solo validada de tempos em tempos, entre outros.

Esta dissertação se justifica por levar ao debate acadêmico a AU, pois muitas estão mantidas no anonimato na cidade. Levar ao debate as práticas da AU pode ser uma forma de fortalecê-las e de atrair o interesse de diversos profissionais que pensam e agem sobre a cidade.

Por ser uma prática com benefícios potenciais para articular a gestão urbana, a gestão ambiental e as políticas sociais, há entraves políticos, metodológicos e operacionais para as práticas da AU. Portanto, desafios são colocados tanto aos gestores públicos quanto aos universitários e praticantes desse tipo de agricultura.

São poucos os estudos que procuram entender o espaço local na perspectiva das relações urbano-rurais e, mais precisamente, no tangente à AU. Até porque, como afirmam Saraceno (1996), Monteiro (2002) e Carneiro (2005),

não se pode entender as ruralidades no mundo atual sem se levar em conta as particularidades de cada lugar, e claro isso se aplica também à AU.

A originalidade do presente trabalho reside na abordagem que pretende entender a AU como importante fator de complementaridades do rural com o urbano. O que, portanto, remete-nos à identificação do papel desta atividade na dinâmica espacial local. Mas, ao mesmo tempo, sem deixar de considerar a dinâmica global.

A temática da relação urbano-rural tem sido objeto de estudos de vários campos do conhecimento em diversos países, em todos os continentes. Assim sendo, quando se pretende abordar o tema no âmbito de uma interdisciplinaridade, pois esta permeia em instâncias ligadas à economia, sociologia, nutrição, geografia entre outras, desse modo para obteremos uma visão mais global da atividade. Diante disso, o presente trabalho não pertence nem a uma Geografia Urbana nem a uma Geografia Agrária. Trata-se de uma análise geográfica da AU.

No momento, serão destacados textos referentes a dois assuntos que permeiam a maioria dos trabalhos voltados ao tema da relação rural-urbano: ruralidades e AU. O primeiro diz respeito à articulação do urbano com o rural mediante práticas de atividades consideradas do “mundo rural”, como salienta Wanderley (1997; 2001), com suas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. O segundo diz respeito à prática da agricultura no espaço urbano, uma atividade que, segundo Mougeot (2000), acha-se integrada ao sistema econômico e ecológico urbano.

As ruralidades podem ser analisadas do ponto de vista sociológico e dos hábitos rurais, como nos estudos de Wanderley (1997; 2001), Carneiro (1998; 2005), Maia (2001; 2006) dentre outros; bem como podem ser vistas como fator de desenvolvimento econômico-territorial, largamente discutida por Abramoway (2000), Veiga (2004) e outros.

Quando se busca entender as ruralidades, na atualidade, percebe-se que não se pode perder de vista que a noção de continuum urbano-rural defendido por Lefèbvre, ao final dos anos 1960, precisa ser analisada tendo em vista as

transformações espaciais atuais. Por isso, não se pode deixar de buscar compreender também a hipótese do “renascimento rural” defendido por Bernard Kaiser na década de 1980. Senão corre-se o risco de não se ter uma noção precisa da realidade, isso porque a não clareza da fronteira urbano-rural, hoje, está baseada principalmente na diversidade evidente nos dois polos (o rural e o urbano), como mostra Martins (1981, apud CARNEIRO, 2005).

O segundo tema a ser abordado, que complementa o primeiro, visto que se trata de uma das formas de realização de ruralidades no urbano, diz respeito ao da AU, uma atividade que existe desde que existem cidades (BOUKHARAEVA et al. 2005, p. 416), e que está presente, atualmente, na maioria das cidades no mundo, mas que apenas passou a ser analisada como conceito, em estudos científicos, muito recentemente.

Por conseguinte, a referida temática tem sido objeto de grande quantidade de estudos em países da África, América Central (Cuba principalmente) e Europa (França e Portugal, preponderantemente). No Brasil, a AU tornou-se foco de estudos e de ações do próprio Estado apenas há pouco tempo.

É importante compreender a AU como uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços urbanos, onde se busca utilizar o que existe localmente de recursos humanos e materiais do meio do espaço urbano. Desse modo, a AU existente em cada espaço é peculiar a ele, pois está intrinsecamente relacionando e desenvolvendo a partir dele (FERREIRA, 2008).

A AU também pode contribuir na produção do espaço urbano, ressignificando áreas dentro desse complexo espaço e trazendo consigo um conjunto de fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais que são pertinentes da agricultura.

São notórios os trabalhos de caráter científico de Luc Mougeot e outros que estudam a AU em diversos países, junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (*Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO1*). No Brasil, destacam-se trabalhos relacionados à discussão teórica como os de Bicalho (1992), Turnowski (1992); os de Monteiro (2002) e

Mendonça et al. (2005), que também tratam do caso da cidade do Rio de Janeiro; e Boukharaeva et al. (2005), que fazem abordagem mais geral do ponto de vista da escala. Há aqueles que abordam casos empíricos no Brasil, a maioria existente descrita em páginas da internet, tal como uma prática com pouca análise teórica e conceitual.

No que tange aos trabalhos acadêmicos, no caso do DF, não existem trabalhos com essa temática. Entretanto, há trabalhos que dialogam com o tema ao tratar de hortas escolares, da agricultura no DF, das histórias das colônias agrícolas.

Embora não tenham tratado diretamente da AU, mostraram a realidade da relação urbano-rural nesta cidade. Contudo, é necessário que se busque analisar mais profundamente a AU na atualidade, levando-se em conta a sua dinâmica espacial, ou seja, a interação da agricultura com a cidade, como nos propomos a fazer nesta dissertação.

Algumas entidades internacionais divulgam, frequentemente, através de relatórios e periódicos, por meio eletrônico, digital e impresso, informações acerca da AU, entre elas a FAO e o Centro de Recursos para a Agricultura e Silvicultura Urbanas (RUAF). Na maioria desses relatórios, existem informações importantes acerca da funcionalidade e abrangência da AU no mundo.

No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou, em 2007, um relatório com um panorama da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), em 11 Regiões Metropolitanas (RM), distribuídas pelas 05 Macrorregiões brasileiras. O relatório intitulado: “Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção” (SANTANDREU et. al., 2007) constitui-se de uma compilação e interpretação de 11 outros relatórios regionais, sendo 01 por cada Região Metropolitana contemplada no estudo: Belém (PA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Brasília (DF), Goiânia (GO), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). O objetivo é identificar e caracterizar os espaços da AUP no sentido de destinar recursos para desenvolvimento da atividade no País.

O Relatório Referencial Geral tem por objetivo apresentar as conclusões da pesquisa Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras, fruto da carta de acordo entre REDE e FAO, assinada em outubro de 2006, promovido pelo MDS. A pesquisa foi implementada pela REDE com a ativa participação de IPES – *Promoción del Desarrollo Sostenible* (Lima, Peru) (BRASIL, MDS, p. 9).

Neste tipo de relatório, busca-se geralmente conhecer territorialmente, por meio de estudos empíricos, a dimensão da segurança alimentar da qual a AUP são dotadas, no sentido de diminuir e até eliminar a fome e a pobreza.

Por ser um relatório descritivo, nele são apresentados dados referentes aos perfis tanto das iniciativas, quanto das entidades que apoiam a AUP nesta área metropolitana. Entretanto, em nome da realização de objetivos de caracterização descritiva, e mediante uma metodologia unificada para todo o País, o referido relatório mostra de forma muito abreviada a realidade da AUP.

A adoção de uma metodologia que deixa de fora agentes do processo espacial da AU pode comprometer a visão da sua forma, da sua estrutura e da sua função, o que não permite uma interpretação segura da realidade. Portanto, as informações tomadas no referido relatório devem ser checadas empiricamente, e devem ser tomados apenas os dados brutos, livres de interpretações.

A prática da AU constitui um campo de pesquisa que envolve as dinâmicas culturais, políticas e econômicas. No entanto, concordando com Coutinho (2010), a discussão teórica e prática da AU ainda é frágil e enfrenta desafios para a sua efetivação enquanto política social com entraves nas políticas urbanas. Pode ser assumida como uma forma de um projeto contra-hegemônico, sendo favorável à cooperação e às transformações sociais profundas ou favoráveis com respostas pontuais às carências urbanas. Apesar dos riscos de uma adequação aos modelos de políticas públicas, o planejamento pode ajudar a criar instrumentos e ações para fortalecer as práticas sociais já existentes.

A dinâmica socioespacial do DF construiu peculiaridades tanto no que diz respeito à sua fisionomia e estrutura concreta (urbanização), quanto às relações sociais e econômicas na cidade (urbanidades), em função da sua própria consolidação.

A distribuição espacial da capital previamente planejada e setorizada, que foi entregue à sociedade, na expectativa de que esta viesse a se adequar às disposições do plano. Entretanto, a apropriação da cidade segue rumos diferentes daquele planejado inicialmente, tendo em vista que a sociedade não é simplesmente moldável, mas interage com sua espacialidade e dessa relação dialética surge uma realidade concreta e dinâmica.

De acordo com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT/DF, 2009), com o processo de urbanização no DF, houve a expansão da mancha urbana, onde muitos núcleos rurais tornaram-se próximos de áreas urbanas e muitas colônias agrícolas foram praticamente envolvidas por espaços urbanos.

A pressão urbana sobre essas áreas foi, assim, inevitável, ocorrendo a ambiguidade que as áreas rurais então assumiram: um estado híbrido entre o espaço rural e espaço urbano (PDOT/DF, 2009). Isso é perceptível em muitas áreas rurais e áreas de proteção tanto do governo distrital quanto do governo federal que tiveram seus usos modificados por causa da prevalência dos interesses de particulares, sendo que muitas dessas áreas foram transformadas em condomínios.

Se o espaço em questão é um conjunto indissociável dos sistemas de objetos e sistemas de ações dentro de uma ordem urbana, qual o papel da agricultura na realização deste espaço? Ou seja, que agricultura é essa praticada no espaço urbano do DF? Essa atividade típica do rural passou a existir no espaço urbano ou é uma rugosidade modelada ao modo atual de vida na cidade? Quais são os espaços desta atividade no DF? Qual é, enfim, o papel destes espaços na dinâmica espacial local?

Supomos que a AU, embora existindo no espaço urbano, deve ser considerada como um tipo específico de ruralidade, funcionando como elo de

complementaridade entre o rural e o urbano. Portanto, são tipos de ruralidades reveladas a partir da dinâmica espacial local, não desligados da dinâmica espacial globalizada.

Assim sendo, seu papel na produção do espaço urbano não se limita à inclusão de grupos de pobres no mundo do consumo. Sua contribuição maior reside em sua funcionalidade nos aspectos econômicos, sociais e culturais. Portanto, se contemplada no planejamento urbano, cooperará para a diminuição das desigualdades sociais.

Com este trabalho buscamos, em linhas gerais, compreender as ruralidades, enquanto rugosidades, estabelecidas a partir da AU em espaços no DF, através da sua dinâmica socioespacial, visando contribuir para o reconhecimento da importância da inclusão desta atividade no planejamento. Portanto, especificamente, temos o intuito de apontar os fatores da pertinência social das atividades de AU na cidade; identificar os papéis da AU na dinâmica socioespacial local e refletir sobre a significação das possíveis complementaridades entre o urbano e o rural no DF.

Num esforço de apreensão do real, o presente trabalho será desenvolvido mediante as categorias analíticas de forma, função, estrutura e processo, que são úteis à apreensão do espaço como uma totalidade, em permanente processo de totalização. Assim, essas categorias não devem ser tomadas individualmente, sob o risco de uma análise parcial das realidades.

Os processos, segundo Santos (2012), estão associados a tempo, mudança e direção. Portanto, trata-se de um conjunto de ações contínuas no espaço e que, por sua vez, acontecem mediante o espaço. Nesse sentido é que a forma e a estrutura são partes de uma totalidade em que a forma corresponde aos objetos e ao seu arranjo ordenado; a estrutura corresponde às interrelações de todas essas partes articulando-as num todo; e função diz respeito ao papel da forma e da estrutura. Ou seja, cada espaço tem sua(s) função(ões).

Ruralidade diz respeito à articulação do urbano com o rural mediante práticas de atividades tidas como do “mundo rural” (WANDERLEY, 1997 e 2001), com suas particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. Isso, claro,

constitui-se um importante fator de desenvolvimento econômico-territorial (ABRAMOWAY, 2000; VEIGA, 2004).

Desse modo, as ruralidades, no Brasil contemporâneo, têm suscitado debates interdisciplinares, isso também porque “a realidade não cabe mais (se é que se pode dizer que um dia já coube) no arcabouço teórico-conceitual elaborado sob os princípios da modernidade” (CARNEIRO, 2005, p. 7).

Nesse sentido, Saraceno (1996) diz que, por se tratar de um conceito territorial, a ruralidade, como categoria de análise, deve explicar as diferenciações espaciais. Portanto, os critérios adotados para análise de cada território são justificados à medida que são legitimados territorialmente, evidenciando a realidade em seu constante processo de produção espacial. Isso, por sua vez, possibilita a explicação não apenas dos movimentos demográficos, mas também os de recursos para o urbano, bem como os seus tipos.

Uma vez que o espaço geográfico não é estático, mas existe em constante processo de transformação, quando se pretende analisar a realidade, não se pode perder de vista que os conceitos adotados teoricamente para interpretar a realidade devem ser sempre revistos, já que estão sempre em processo de construção.

Desse modo, Carneiro (1998) argumenta que o conceito de ruralidade, associando à pluriatividade, comum ao modo de viver urbano, também chegou ao campo, sem, contudo, descaracterizá-lo, como também ocorreu na cidade.

Mesmo diante das novas significações do rural e do urbano, a ruralidade, enquanto categoria de análise e diferenciação de áreas, mesmo que pressuponha homogeneidade dos territórios, é heterogênea e não deve ser utilizada para contrapor-se ao urbano. Todavia, como argumenta Saraceno (1996), deve explicar o rural na atualidade. Acrescentamos ainda que, nesta interpretação do espaço mediante as ruralidades, não se pode perder de vista o urbano. Por isso, vale adicionar que a AU pode ser considerada uma ruralidade, visto que esta categoria de análise funciona não apenas para explicar o rural, mas também para esclarecer questões fundamentais do rural-urbano. E se

tomarmos a AU como um exemplo de ruralidade, esta servirá para explicar até mesmo aspectos do urbano.

Assim sendo, Mougeot (2000) diz que o conceito de agricultura deve ser pensado levando em conta determinantes que influem na realidade: tipo de atividade econômica, localização da atividade, tipos de áreas utilizadas para este fim, sistema e escala de produção, tipos e destinação de produtos.

Como um dos aspectos das ruralidades, hoje presentes nas grandes cidades, a AU tem relevante papel na manutenção do sistema urbano, tanto a mais capitalizada e até industrial, produzida geralmente em áreas periurbanas (NUGENT; EGAL, apud MONTEIRO, 2002, p.41), quanto a menos capitalizada, produzida nas unidades domésticas em áreas urbanas.

Como a maior parte dos trabalhos de pesquisa, ou seja, execução de um projeto de pesquisa, este foi realizado mediante uma rotina que se iniciou com o levantamento bibliográfico, com pesquisa em trabalhos relacionados ao referencial teórico e à caracterização geográfica do espaço em estudo.

Depois de conhecido o que se produziu sobre a realidade do espaço em estudo, foi definida a problemática a ser abordada e, claro, os conceitos e categorias de análise que se tornaram a base conceitual para a pesquisa. A partir daí, as leituras de trabalhos mais específicos se tornou uma prática contínua e pertinente a cada assunto a ser abordado.

Com a utilização do programa eletrônico *Google Earth*, disponível na rede de *Internet*, identificamos as áreas urbanas com usos agrícolas no DF. Posteriormente, capturamos os pontos onde a atividade é desenvolvida e mapeamos a distribuição espacial da AU, utilizando o *software* Arcgis e QuantumGis. Trata-se de uma identificação geral da AU no DF, incluindo-se aí tanto atividades de cultivo, como pecuária. Contudo, mediante a metodologia adotada, não foi possível incluir as áreas cujo cultivo e criação acontecem nos quintais das residências ou em áreas cobertas.

É de suma importância a ida a campo para melhor conhecimento e análise da realidade. Por isso, realizamos trabalhos de campo, entrevistas estruturadas e não-estruturadas para a coleta de dados com a população envolvida, para o

melhor desenvolvimento da seção empírica da pesquisa, que se somará aos dados colhidos da administração pública, além de se caracterizar e conhecer melhor as peculiaridades do DF.

A seleção de áreas com aspectos distintos é necessária na medida em que o espaço não é homogêneo, portanto, cada subespaço possui suas particularidades, as quais não podem ser ignoradas quando se pretende conhecer ao máximo a realidade.

As amostras foram feitas por conveniência dos agricultores, onde 25% do conjunto das propriedades das áreas de estudo participaram da entrevista “Reconhecendo as práticas de AU”. As áreas selecionadas foram Águas Claras, Núcleo Bandeirante e Vargem Bonita, para cada área foram feitos dois campos e realizados 10 entrevistas, totalizando 30 entrevistas e 6 campos, para além dos campos iniciais.

Na segunda seção trabalhou-se o referencial teórico envolvendo a relação urbano-rural, delimitando-os levando a compreensão do hibridismo nessa relação. Levantou-se os aspectos conceituais da agricultura urbana descrevendo o aspecto familiar existente em algumas práticas, exemplificando as ações voltadas para a AU no Brasil e no Mundo, assim compreender a integração do rural com o urbano por meio da agricultura urbana.

Na terceira seção é de caráter teórico buscando compreender as dinamicidades do reordenamento territorial, onde os processos históricos espaciais refletem no território. Assim, trazemos a historicidade do DF a 200 anos antes da sua instituição e o reordenamento ocorrido nesse território até tornar-se capital federal e como as práticas tipicamente rurais conseguiram permanecer desse espaço dentro do processo de urbanização elaborado para o DF.

Na quarta seção de base empírica de análise e propositiva, onde inicialmente elaborou-se a caracterização da agricultura praticada no DF, dentre as áreas que foram objetos desse estudo, para que fosse possível compreender a lógica na qual os agricultores urbanos do DF se mantêm, e assim pensa-la juntamente com um planejamento urbano necessário que colabore para a

reprodução e manutenção desses agricultores urbanos diante da crescente urbanização do DF, para isso trouxemos proposições onde o planejamento com olhar espacial incluindo a AU. Na quinta seção elaboramos as considerações finais e sugestões para possíveis futuros trabalhos dentro da temática de agricultura urbana no Distrito Federal.



Fonte: dfaguasclaras.com.br

“A paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de formas diversas, autorizando comportamentos econômicos e sociais diversos. Enquanto as áreas ‘luminosas’ são teatro da ação dos vetores da modernidade globalizadora, as frações urbanas que ‘envelhecem’ podem ser operadas sem maior submissão a tais nexos, escapando à regulação direta dos atores econômicos e sociais hegemônicos”

SANTOS, 2004, p. 308

2 A DINÂMICA ESPACIAL NA ANÁLISE DO RURAL NO URBANO

A presença de aspectos típicos do rural no urbano e vice-versa são elementos que aproximam estas formas espaciais. Esta parece ser uma realidade que tem se tornado cada vez mais comum, em todo o mundo. Isso porque as inovações e técnicas têm sido difundidas tanto nos espaços urbanos quanto nos espaços rurais nos diversos países.

Assim, quando se pretende pensar as relações urbano-rurais, na atualidade, não se deve perder de vista que as dinâmicas socioespaciais são dialéticas e solidárias e que a tarefa de definir os espaços rurais e urbanos, ou até mesmo de delimitá-los, tornou-se uma tarefa obsoleta para o planejamento.

Para David Harvey, a urbanização assume um papel de extrema importância para as transformações sociais à medida que os agentes do Estado mudam, com o discurso do empreendedorismo, alterando quase radicalmente sua forma de ação sobre o território e o espaço, desde meados da década de 1970. (HARVEY, 1996)

O papel do Estado na gestão do território ainda não foi sentido concretamente nas interações rural-urbanas. O que se percebe claramente é uma menor clareza, do ponto de vista teórico e empírico das formas, estruturas e funções dos espaços, que se tornam, processualmente, cada vez mais híbridos de rural e urbano. Miranda (2008, p. 2) colabora:

Ao mesmo tempo, mantiveram-se questões estruturais que comprometem e desafiam as formas convencionais de tratamento da urbanização metropolitana e em particular suas áreas de transição rural-urbana, com a seletividade do acesso ao solo, a crescente irregularidade fundiária, a manutenção de uma visão partida, fragmentada, do território, a valorização desigual do solo promovida por práticas especulativas, a apropriação privada de investimentos públicos e expansão urbana desordenada e periférica que compromete cada vez mais os recursos naturais.

Buscaremos tratar do tema das relações urbano-rurais na perspectiva de não privilegiar nenhuma das teorias dicotômicas: i) a do continuum urbano-rural, defendida por Henri Lefèbvre, segundo a qual o urbano e seu desenvolvimento se imporiam sobre o rural de maneira a homogeneizar o espaço numa completa urbanização; ii) e a de Bernard Kaiser que defendia a ideia do renascimento rural.

A abordagem neste trabalho seguirá os preceitos de Suzuki (2007), colocando a necessidade de se redefinir campo e cidade e rural e urbano à luz das transformações da sociedade brasileira, dos novos elementos da reprodução das relações sociais, o que nos permitirá superar leituras marcadamente quantitativas de definição de campo e de cidade e de rural e de urbano. Será sempre feita no sentido de defender que há uma integração complementar entres os dois espaços, como dimensões articuladas de uma mesma totalidade.

2.1 Teorias da relação urbano-rural

As mudanças ocorridas recentemente no espaço, no que diz respeito aos arranjos dos objetos espaciais, à organização social e às ações dela decorrentes, tornam cada vez mais imprecisa a delimitação de espaço rural e de espaço urbano. A industrialização no Brasil, com mais ênfase a partir da segunda metade do século XX, transformou e continua transformando não apenas os espaços urbanos, como também os rurais.

Em consequência, aumentam as dificuldades de se estabelecer com clareza as fronteiras entre os vários espaços que constituem condições desse processo. Ao mesmo tempo, a interrelação entre o rural e o urbano é intensificada, no caso brasileiro, principalmente, a partir do final da década de 1980, quando o País experimenta a abertura do seu espaço econômico.

Assim sendo, quando se pretende entender como e em que medida os aspectos do rural, presentes no urbano, podem significar complementaridades espaciais, é preciso que se tenha em mente que, embora a delimitação pura destes espaços não seja necessária, deve-se ter clareza do que significam cada

um deles, as suas formas, as suas estruturas e as suas funções. Só assim, poder-se-á apreender os processos de suas diferenciações e, por conseguinte, de suas complementaridades.

2.1.1 – Delimitando a complexidade do Espaço Rural

Os espaços rurais apresentam feições paisagísticas e de relações sociais relativamente mais “esparsas” que os ambientes urbanos, guardando costumes e práticas socioespaciais diferenciados dos encontrados nas cidades. Apesar das transformações provocadas pela industrialização, ainda se pode destacar a atividade agrícola como um dos principais elementos distintivos do meio rural.

Na ciência geográfica, algumas bases teóricas trazem a discussão sobre dicotomias ou continuidades no espaço geográfico, focando a relação urbano e rural. Alguns autores, como nos apresenta Moreira (2007), veem o rural como o oposto do urbano, assim como Lefèbvre, que expõe a separação e oposição campo-cidade junto à reflexão de divisão social do trabalho, se revelando em divisão socioespacial. Já autores como Wanderley (2002), Alentejano (2003) e Carneiro (1999) percebem essa relação como continuidades dinâmicas na relação rural-urbano. Assim, os fluxos que se realizam nestes espaços mostram que há intensas relações entre o espaço rural e a cidade. Moreira (2007, p. 76) nos lembra que por muito tempo,

o rural foi identificado com o tradicional, o selvagem, o primitivo, o incivilizado, o conservador e o autoritário. Resistentes a mudanças, o local, o rural, o campo e o território foram associados a culturas estáveis e homogêneas, avessas à mudança e à vivência do novo.

Em contrapartida, o urbano era identificado, ainda segundo o mesmo autor:

Enquanto o território urbano foi simbolicamente referido ao tempo contínuo, ao mecanismo do relógio e ao espaço geométrico horizontal-vertical das ruas e dos edifícios, o território rural foi associado ao tempo sazonal e ao espaço ecossistêmico da natureza. (MOREIRA, 2007, 76)

Entretanto, não se pode definir hoje o rural apenas como lugar de atividades agropecuárias, visto que analisar o espaço é muito mais complexo do que fazer um simples contraste dicotômico a partir de uma atividade econômica ou da fisionomia da sua paisagem. Todavia, não há como negar que os critérios funcionais apontam peculiaridades espaciais. Por isso, é importante destacar as características de forma e função do espaço rural, na tentativa de tornar menos obscura a sua delimitação, identificando a emergência de relações inéditas e específicas entre a morfologia agrária e a funcionalidade do meio rural.

Assim, nos dias atuais, principalmente nos países industrializados e nas áreas mais dinâmicas dos países em desenvolvimento, são agregadas aos espaços rurais outras funções além das ligadas à produção agrícola, rompendo-se com o relativo isolamento das populações rurais. Assim, o campo abriga também atividades para repouso, lazer, preservação de modos de vida e costumes, tornando-se multifuncional.

Na verdade, discutir o espaço rural vai além de simplesmente defini-lo como o espaço da agricultura. A interação sociedade-natureza ultrapassa os limites da morfologia, abrangendo a dimensão cultural que perpassa a unidade cidade-campo.

Teixeira e Lages (1997) afirmam que aquilo que marca o meio rural são as características do ambiente natural somadas a certo tipo de relação (de produção) entre a população e o seu meio. Isso porque o espaço não é substrato neutro e passivo sobre o qual repousa a organização social, mas sim um ponto de partida material por excelência, possuindo conteúdo histórico, contribuindo e sendo transformado pelas atividades humanas. Portanto, é a sociedade que lhe dá vida.

No capitalismo, o espaço rural vem a ser constituído com fortes disparidades, incluindo a permanência e/ou recriação de um “rural idílico”, fossilizado ou não, que funciona como uma rugosidade capaz de revalorizar o espaço rural para atender a demandas de bem-estar, segurança e lazer de parte da população, muitas vezes de origem urbana. Segundo Santos (2004), durante o processo social, ocorrem distribuições e redistribuições dos fatores sociais, e estas redistribuições acontecem a partir de condições preexistentes, ou seja,

formas sociais ou naturais herdadas de momentos anteriores, ao que o autor chama de rugosidades. Assim sendo, tais rugosidades constituem-se como indícios de que a ruralidade, ao invés de se dissolver numa urbanidade onipresente, é recriada constantemente.

Ainda que o rural permaneça nas sociedades modernas como um espaço específico e diferenciado, essas particularidades são notadamente históricas, sociais, culturais e ecológicas, como afirma Wanderley (1997). Ou seja, nos dias atuais, o rural, integrando-se ao urbano, ganha significações específicas, sem, contudo, perder alguns de seus atributos anteriores. Levando em conta que, no plano econômico, o urbano detém o comando, o que, por sua vez, vai interferir na forma e na estrutura do rural, as diferenciações entre estes dois espaços são manifestadas, principalmente, nos planos sociocultural e socioambiental.

1.1.2 – Definindo a heterogeneidade do Espaço Urbano

Assim como o espaço rural, o urbano não se caracteriza apenas pelas peculiaridades da “paisagem”, mas também pela diferenciação social e a complexidade do espaço onde, ao longo do tempo, são acrescidas formas espaciais decorrentes das mudanças que a sociedade concretiza no seu próprio processo de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, diz Dolfuss:

O espaço urbano é a superfície ocupada pelas cidades ou pelo menos a superfície necessária ao funcionamento interno da aglomeração. Compreende as áreas construídas, a rede urbana de ruas, as implantações de empresas industriais e de transporte, os jardins, os parques de diversão e de lazer, colocados ao alcance imediato do cidadão. (DOLFUSS, 1991, p. 78).

Analisando as cidades, Souza (2003) destaca a ideia de que elas são caracterizadas essencialmente como um local de mercado. Acrescenta-se a este conceito as reflexões de Walter Christaller (1966) que mostra a cidade como o lugar central, cuja força centrípeta faz convergir para si as atividades terciárias.

Paul Singer, em seu livro “Economia Política e Urbanização” (1975), aponta que a origem das cidades e do urbano é baseada na capacidade humana

de produzir excedentes, permitindo assim a composição de uma classe social que pudesse viver aglomerada e dedicada a outras atividades que não seja a produção de alimentos, fruto da “inovação da técnica” (SINGER, 1975, p. 15). Nessa ótica, o urbano seria o centro da produção não agrícola.

Entretanto, Bitoun (1997) chama a atenção para o fato de que analisar a cidade a partir da Geografia Urbana é uma tarefa que exige o uso das matrizes deste ramo da Geografia, ou seja, deve-se levar em conta a questão regional, a questão ambiental e a do acesso ao espaço urbano. Portanto, o urbano deve ser analisado interdisciplinarmente, buscando-se entendê-lo em todos os seus aspectos sociais, econômicos, políticos e espaciais.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) diz que a cidade é constituída pela área urbana do município, isto é, o local onde está sediada a prefeitura do município cujo perímetro urbano deve ser estabelecido por lei municipal, independentemente do número de habitantes (IBGE, 2000). Vê-se aí que, no Brasil, o aspecto administrativo, na delimitação do espaço urbano, não pode ser subtraído, mas somado aos aspectos sociais, funcionais e físicos.

A esse respeito, Abramoway (2000) e Veiga (2004) chamam a atenção para questões decorrentes da identificação de espaço urbano, apoiado apenas em critérios político-econômicos, o que leva a uma visão de rural como espaço atrasado e ultrapassado, ideia que, segundo Wanderley (1997), está longe da realidade brasileira.

Desta feita, é preciso se estar atento à organização social da cidade e às relações com seu entorno (região), sem perder de vista a sua heterogeneidade funcional, visto que em cada subespaço intraurbano as peculiaridades locais influenciam e são influenciadas por seus moradores. Esta influência social ocorre tanto no âmbito do urbano quanto no do rural, sendo que, na cidade, o número de indivíduos concernidos por área é muito mais denso do que no campo.

Portanto, mesmo numa análise do espaço intraurbano, ou seja, de áreas e não de redes urbanas, levando-se em conta os processos construtivos destes espaços, não se pode deixar de lado o conteúdo e a forma do espaço da fronteira entre o rural e o urbano, ou seja, o espaço periurbano. Isso também porque o

espaço geográfico deve ser entendido em sua totalidade e em processo de totalização. Consequentemente, cabe à Geografia apontar:

[...] a diferença da forma que reveste o processo de urbanização derivada das particularidades, especificidades dos lugares [...] considerando-se as continuidades-descontinuidades dos processos histórico-sociais que se desenrolam nas cidades. (BITOUN, 1997, p. 63).

Uma vez que o espaço é resultado de processo contínuo, nele vão surgindo elementos, por exemplo, a ampliação da conexão entre o campo e a cidade, advindo do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional. Daí a importância de se procurar entender as relações complementares entre os dois espaços como totalidade: o urbano e o rural.

Embora na cidade esteja o maior desenvolvimento técnico, este surge exatamente do resultado da evolução técnica da agricultura, que passou a produzir excedentes. Por isso, as diferenças entre campo e cidade iniciam-se baseadas nas relações de trabalho e se expandem para os demais aspectos, tanto no meio urbano quanto no rural, diversificando suas funcionalidades.

1.1.3 – O hibridismo nas relações rurais-urbanas

Tratar de relações rural-urbanas remete-nos, antes de tudo, a pensar em definição/delimitação, ou seja, pensar nos limites da cidade. Entretanto, como lembra Nel-lo (1998, apud VALE, 2007), o que torna pouco clara a definição/delimitação do rural/urbano na cidade não é apenas o crescimento urbano intensificado a partir da segunda metade do século XX ou a expansão dos limites urbanos, mas a dissolução dos conceitos tradicionais de cidade e de campo.

Assim sendo, concordamos com Freitas e Couto (2007) quando afirmam que entender o espaço como um híbrido permite explicar por que existem no espaço urbano elementos típicos do rural e vice-versa. Um desses elementos é a AU, objeto central de estudo desta dissertação.

Acrescentamos ainda que o fato de o espaço geográfico não ser estático, e ser, além de produto, condição social, o seu acontecer leva à dinamicidade, também, da Ciência e, portanto, dos seus conceitos. Trata-se, assim, de reflexo da realidade.

Na perspectiva de que o espaço é dinâmico em seu acontecer, e, portanto, os sistemas econômicos e sociais unificam o campo e a cidade, Kayser (1990), além de definir espaço rural, fala também de certa continuidade rural-urbana, ou seja, de entrelaçamento de elementos de um “mundo” no outro. Claro que esta continuidade vai depender do modo de utilização do espaço pelos grupos sociais envolvidos.

Os efeitos das migrações, as quais, no Brasil, tornam-se mais intensas a partir da década de 1950, são responsáveis pela caracterização atual de diversos lugares. Por isso, contribuem inclusive para a diferenciação dos espaços urbanos ou rurais, como também contribuem para a dinâmica do espaço denominado periurbano, como afirmam Turnowski (1992), Roca (2004), Vale (2005) e outros.

O espaço periurbano, para vários estudiosos, é caracterizado por suas múltiplas funcionalidades, como mostra Vale (2004), causadas principalmente pela localização na fronteira entre o urbano e o rural, sendo a faixa de limite entre os espaços urbano (perímetro urbano) e rural. Estes espaços periurbanos são híbridos de rural e de urbano, principalmente no que tange às relações sociais. Assim, do ponto de vista morfológico, podem apresentar paisagens rurais não agrícolas e/ou elementos tipicamente urbanos em meio rural.

Apesar de estarem localizados nas proximidades das cidades, os espaços periurbanos, do ponto de vista da paisagem, apresentam aspectos predominantemente rurais, no entanto, nem é espaço rural nem urbano.

As áreas periurbanas são áreas de transição entre o campo e a cidade, portanto, nelas são encontradas tanto atividades rurais quanto urbanas. Contudo, o uso do solo, normalmente, é administrado por instrumentos de gestão urbana, daí a necessidade de se procurar entender este espaço, já que este é uma área de transição rural-urbano.

2.2 Agricultura Urbana como meio de integração do rural com o urbano

Entendemos que os limites do rural com o urbano são cada vez mais tênues, embora existam algumas diferenças ainda claras. Isso tem sido analisado por estudiosos, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, período em que o processo de urbanização, no mundo, torna-se mais intenso.

As mudanças nas relações rural-urbanas, como exhibe Veiga (2007), tanto do ponto de vista econômico, quanto social, político e até ambiental, repercutem fortemente no processo contínuo de produção do espaço geográfico.

Diante dessas mudanças causadas pela urbanização, buscou-se desenvolver teorias que explicassem as relações rural-urbanas. Mediante o estreitamento das fronteiras entre o campo e a cidade, exacerbado na década de 1970, surgiram duas matrizes teóricas, que são antagônicas no que tange às suas hipóteses. Uma, desenvolvida por Henri Lefèbvre, privilegia o polo urbano, enquanto a outra, defendida por Bernard Kayser, privilegia os valores rurais. Contudo, é comum aos dois teóricos a interrelação desses dois polos, constituindo um continuum rural-urbano.

1.2.1 Teorias do Continuum Rural-urbano

A teoria do continuum rural-urbano representa um ponto em comum entre as duas citadas visões, ou seja, rompe-se com a ideia da dicotomia e busca-se explicar, a partir de polos diferentes, que há uma continuidade no que tange às relações sociais e econômicas dos dois espaços – o rural e o urbano – no sentido da valorização, talvez pouco descrita, do princípio da totalidade do espaço geográfico.

Outro ponto em comum entre Lefèbvre e Kayser é a base conceitual da diferenciação do rural e do urbano: ambas diferenciações se dão a partir da

perspectiva da divisão do trabalho e dos instrumentos de produção, defendidos por Karl Marx.

A partir de uma visão centrada no urbano, Lefèbvre defendia a teoria da completa urbanização, mediante a qual o espaço rural se “esvaziaria” com o crescimento urbano, já que se acreditava no urbano como fonte do progresso, o que levaria ao domínio do urbano sobre o rural.

Por sua vez, Kayser com sua hipótese do renascimento rural, tomava como base a ideia de que há uma relativa aproximação e integração dos dois polos antagônicos – o rural e o urbano, formando um continuum espacial, com elementos dos dois espaços. Este continuum refere-se tanto às atividades econômicas, quanto ao modo de vida e às posições sociais (WANDERLEY, 2001).

Não se pode mais pensar o espaço rural e o espaço urbano como isolados ou dicotômicos. Presentemente, pensaremos numa relação complementar, ou seja, num continuum.

Atualmente, o continuum é cada vez mais evidenciado, sem haver uma preponderância nem do urbano sobre o rural nem do rural sobre o urbano. Desta feita, parece coerente que:

Na atual etapa da globalização, a ruralidade dos países avançados não desapareceu, nem renasceu, fazendo com que as duas hipóteses fossem ao mesmo tempo parcialmente verificadas e refutadas, o que leva à formulação de uma terceira: o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo. (VEIGA, 2004, p. 58).

Portanto, é preciso compreender o dinamismo da “ruralidade” dos nossos dias, pois as classificações sustentadas em atividades econômicas ou morfológicas para delimitar as diferenciações entre os espaços urbanos e rurais tornaram-se insuficientes. Por isso, atualmente, as fronteiras entre os espaços rurais e urbanos tornaram-se cada vez mais imprecisas. Nesta perspectiva, Kayser (1996) já não fala mais em um renascimento rural, mas, de novas

ruralidades, desse modo a ruralidade que trabalharemos é nessa perspectiva de Kayser.

Abramoway (2000) aponta restrições no sentido da nítida separação entre esses espaços, uma vez que a classificação oficial é definida na intenção de arrecadação fiscal, o que contribui para uma interpretação parcial do espaço, quando se menospreza a dimensão geográfica, social e cultural, baseando-se apenas em aspectos econômicos. Nesse sentido, geralmente se traduz o rural como atrasado e o urbano como o moderno e próspero (ABRAMOWAY, 2000).

Assim sendo, Carneiro (1998) diz sobre o conceito de três características comuns ao modo de viver urbano também chegaram ao campo, sem, contudo, descaracterizá-lo.

Diante de uma ruralidade que se renova e de uma urbanidade que, também, se encontra cada vez mais autêntica, percebe-se que é preciso entender em que medida a relação urbano-rural deve ser vista como um processo dialético e complementar. Assim, é preciso entender o papel da AU neste processo integrativo, que é a relação urbano-rural.

Ao falar em complementaridade rural-urbana, não a colocamos no sentido de harmonia e equidade de exploração entre ambos. Isso porque compreendemos, como Corrêa (1994), que já houve uma ruptura deste equilíbrio desde que a sociedade primitiva perdeu sua estrutura igualitária, ao produzir excedentes e novas formas socioespaciais deste modo de produção, entre elas a cidade.

Também não nos esquecemos de que todo o desenvolvimento tem uma base territorial e que o espaço rural também é dotado de capital social, além de todos os outros fatores que, juntos, são capazes de promover desenvolvimento dos territórios, como defendem Abramoway (2000) e Veiga (2002 e 2004). Nesse sentido, segundo Mougeot (2000, p. 05), a AU “complementa a agricultura rural em termos de autoconsumo, fluxos de comercialização e fluxos de abastecimento do mercado”, contribuindo assim para a reflexão sobre a complementaridade entre o rural e o urbano.

Desse modo, ao falarmos em complementaridades rural-urbanas, não significa, necessariamente, discorrer sobre equidade da “troca de recursos” entre os espaços, mas preponderantemente é fazer referência à interação entre estruturas, funções e formas espaciais. É nesse sentido que acreditamos haver complementaridade entre o rural e o urbano, assim como também, entre a agricultura e a cidade. Nesse sentido, a AU assume papel importante no processo de desenvolvimento dos espaços.

1.2.2 – A agricultura e a cidade

Um dos mais importantes elementos mais característicos e que contribui na delimitação dos espaços rurais sempre foi a predominância das atividades agrícolas. E, mesmo diante da atual multifuncionalidade do espaço rural, essa delimitação ainda ocorre pela morfologia da paisagem. Contudo, é importante atentar para o fato de que a agricultura e a cidade nutrem, desde o princípio, uma relação de conexidade, ou seja, complementaridade.

Por sua vez, a agricultura tal como atividade típica do “mundo” rural sempre esteve presente nos espaços urbanos, desde que existem cidades, como afirma Boukharaeva et al. (2005).

Nesta linha de pensamento, Jacobs (1971) é enfática ao afirmar que a origem da agricultura é na cidade. Para esta autora, a agricultura passou a ser produzida nos espaços rurais apenas quando a cidade não detinha área disponível suficiente para o cultivo.

Independente da origem da agricultura, se no campo ou na cidade, as economias urbanas sempre influenciam diretamente nos espaços rurais e vice-versa.

A integração do rural com o urbano levanta aspectos de cunho econômico, social e cultural com repercussão no espaço há muito tempo. O que se percebe é que a agricultura existe nas cidades desde seus primórdios. Atualmente, tanto a AU, quanto a periurbana e a rural são importantes para a sociedade e as economias. É consenso, entre os estudiosos, que os espaços urbanos e rurais

estão cada dia mais inter-relacionados. A AU é um elemento integrador do rural com o urbano por excelência, mesmo que ela exista mediante integração específica ao modo urbano de vida. Por isso, defendemos que a AU é uma atividade integradora que fomenta complementaridades rural-urbanas.

As reflexões sobre essa tênue relação rural e urbano são constantes e aplicáveis aos mais diferentes contextos. Desse modo, pretendemos refletir sobre a relação rural-urbano, observando a agricultura praticada dentro do espaço urbano, com a ideia de ruralização da cidade, na qual a população possui costumes rurais, por exemplo, praticando a agricultura, mas ao mesmo tempo estabelecendo relações econômicas e sociais com a cidade. (ARAUJO, 2003)

Assim sendo, para entender a natureza e a funcionalidade da AU, na atualidade, é preciso perceber as mudanças ocorridas no espaço geográfico, já que ele é, ao mesmo tempo, meio, condição, objeto e produto social, sendo, portanto, condicionante da reprodução social, tanto no âmbito do rural como no do urbano.

2.3 Aspectos conceituais da Agricultura Urbana

Uma vez que se entende que a agricultura é um importante elemento de complementaridade entre o rural e o urbano e se considera o seu papel na dinamicidade do espaço geográfico, faz-se instigante compreender: a agricultura é esta produzida na cidade, na atualidade? Quais são os fomentadores desta agricultura? Onde ela é produzida? Para responder esses questionamentos, primeiramente, precisamos nos debruçar sobre o conceito de AU.

Portanto, traremos algumas das discussões teóricas pertinentes ao tema, no sentido de se conhecer algumas das bases teóricas do que está se denominando AU na atualidade.

No sentido de aprofundarmos as discussões acerca do conceito de AU, precisamos estar atentos à dimensão espacial desta atividade humana, ou seja, ao uso econômico e político do espaço para fins da AU.

1.3.1 – Agricultura Urbana e o Espaço Geográfico

É impossível entender o processo de construção do espaço geográfico em sua forma, estrutura e função, sem que se leve em conta as suas inter-relações construídas pelas próprias ações sociais. É nesse sentido que a Geografia contribui para uma reflexão acerca da AU, visto que se trata de um campo do conhecimento científico e, segundo Santos (2012), acha-se em constante processo de totalização, ou seja, de construção social. Nesse processo, as suas formas, funções e estruturas são reconfiguradas, de acordo com as ações da sociedade vigente, produzindo paisagens diversas.

A AU, com suas engrenagens, colabora e mostra as intensas relações complementares entre o espaço rural e a cidade, uma vez que a cidade não deixa de ser um lugar que, embora pareça ser o mesmo, assume funções diferentes cada vez que as conjunturas mudam:

O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem. (SANTOS, 1988, p. 52).

Nesse processo, a AU igualmente tem desempenhado papel fundamental, acontecendo no espaço urbano e promovendo não apenas a prática do cultivo, mas também um conjunto de fatores sociais, econômicos e ambientais. Esta “nova” atividade, então, assume características do modo de vida urbano, constituindo aí novos lugares e assumindo diversas interpretações quanto ao seu conceito.

Há relatos de AU no mundo e no Brasil como um meio de relacionar os indivíduos e os espaços. Devido à dinamicidade dos espaços tanto urbanos quanto rurais, os espaços vem se transformando e se readaptando às novas relações que surgem na dinamicidade da relação entre o meio e a sociedade. A AU integra espaços que estão sendo mal utilizados, subutilizados, espaços

“vazios”, através do cultivo e da criação de pequenos animais, podendo integrar as pessoas em ambientes públicos, coletivos ou particulares.

Sabe-se que a construção do espaço geográfico é um processo de congruências de diversos aspectos, dentre eles os econômicos e políticos, além das próprias ações sociais, de maneira que é impossível entendê-lo em sua forma, estrutura, função e processo sem que se leve em conta as suas inter-relações:

A análise dessas mudanças, que são tanto espaciais como econômicas, culturais e políticas pode ser feita [...] de um ponto de vista das diversas instâncias da produção, isto é, da produção propriamente dita, da circulação, da distribuição e do consumo, mas também pode tomar como parâmetro outras categorias, por exemplo, as consagradas estruturas da sociedade, isto é, a estrutura política, a estrutura econômica, a estrutura cultural-ideológica, à qual acrescentamos o que achamos de estrutural espacial. A análise pode, também adotar como ponto de partida uma outra série de categorias: a estrutura, o processo, a função e a forma. (SANTOS, 2012, p. 64).

A AU se dá em espaços urbanos, onde o sistema produtivo se relaciona fortemente na produção dos territórios, e este por sua vez está em constantes ressignificações e disputas de poderes.

O relativo abandono de uma perspectiva calcada nos antagonismos de classes sociais tampouco ajuda a compreender as dificuldades inerentes às rugosidades espaciais e limitações impostas por processos sociopolíticos profundamente arraigados em determinados territórios. (MACIEL, 2002, p. 127).

A AU pode contribuir na produção do espaço urbano, ressignificando áreas dentro desse complexo espaço e trazendo consigo um conjunto de fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais que são pertinentes da agricultura. (JACINTO et al., 2012).

A fundamentação teórica no debate sobre a AU tem as principais bases na Agronomia e na Economia, em que tem como foco a segurança alimentar e nutricional de populações vulneráveis. Talvez em função de suas principais características estarem vinculadas também ao abastecimento alimentar de

populações. No entanto, conforme Monteiro (2002), a AU é uma atividade humana e também possui aspectos ambientais, econômicos, sociais e políticos; possui papel no desenvolvimento humano. Com essa multiplicidade de aspectos a serem considerados, a Geografia está presente para realizar uma análise conexa, na qual a multiplicidade de aspectos interage entre si.

O cerne da AU é a integração ao sistema econômico e ecológico urbano (Mougeot, 2000), pois está intrínseca nesse espaço, que nos remete à complexidade do espaço urbano e a diversidades de sujeitos e interesses que ela integra.

Concordamos com Milton Santos (2004), para quem o espaço sendo produto, meio e condição da vida social, também é reflexo da evolução do sistema capitalista. Assim, nesse espaço, sempre estão ressurgindo usos ligados à urbanização, um dos mecanismos do sistema de acumulação, que também pode realizar atividades de caráter rural, como a agricultura. À medida que esta atividade passa a organizar-se segundo o sistema da urbanização, toma a forma de AU.

Monteiro (2002) expõe que as questões sociais (acesso à alimentação e à saúde), econômicas (desemprego, geração e manutenção de empregos) e ambientais (poluição de águas, ar e solo) não podem ser negligenciadas e podem ter efeitos positivos, quando adequa-se a AU à realidade local, junto com o conjunto das suas funcionalidades no processo de produção dos espaços. As funções da AU residem em princípios de segurança alimentar, bem-estar (meio ambiente, saúde etc.), identidade e laços de sociabilidade, reforçando a complexidade do tema, como defendemos aqui.

Segundo Roca (2004), o crescimento demográfico e econômico das cidades levou à reconfiguração dos espaços urbanos através do uso do solo, das estruturas populacionais e das práticas sociais. Nesse sentido, complementa Santos (1988) ao afirmar que todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem no espaço.

Santos (2004) nos explica que o espaço urbano estimula os fluxos de pessoas, mercadorias, informações, comunicação e capital, estimulando a

formação de um complexo de relações inter-humanas, exercidas territorialmente em um lugar.

O processo da formação das cidades é um processo histórico complexo, que provém da revolução industrial e da acumulação de capital, onde muitas pessoas “perderam” suas terras ou passaram por problemas ambientais, econômicos, sociais e participaram do êxodo rural. Desse modo, muitos moradores das cidades, hoje, têm descendência de meio rural. Essas pessoas têm cultura, acumulam saberes e hábitos que são muitas vezes ignorados no meio urbano, além de conviverem com os problemas urbanos, como desemprego, violência e diminuição da convivência social. Estes são o público-alvo da AU, mas não somente, pois pode ser qualquer um que se interessar e desejar realizar AU, como criança, idoso, mulher, homem, não há restrição. Dessa maneira, os produtores podem ter características muito heterogêneas (SANTANDREU, 2007).

A AU, tal qual prática social, usa o espaço urbano, usa o espaço geográfico e também é uma forma de produzi-lo. Assim, não se pode deixar de ser considerada pelos agentes da gestão e do planejamento das cidades nem pelos pensadores e questionadores das dinâmicas espaciais.

Baseando-se na dimensão espacial, é preciso que o espaço geográfico seja analisado em seu dinamismo complexo, inter-relacionando. Ou seja, o uso econômico e político do território junto ao social, ao ambiental, ao cultural e ao econômico, que exercem funções no processo de produção de espaços urbanos.

AU, como foi dito anteriormente, é uma atividade que pode, se aplicada, participar no processo de produção do espaço urbano, criando vários territórios na cidade. Abramovay (1998) e Berdoly e Arneuld de Sartre (2005) trazem a dimensão territorial ligada ao desenvolvimento. Para Abramovay (1998),

A dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais [...]. A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresa, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transporte e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que

desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. (ABRAMOVAY, 1998, p. 6 e 7).

Seguindo perspectiva semelhante, Berdolay e Sartre relacionam o território e o desenvolvimento:

De simples território passivo, receptáculo de ações concebidas a um nível superior para o seu próprio bem, ele tornou-se a condição – ou uma das condições – do desenvolvimento, isto é, um espaço onde se produz uma certa alquimia portadora do desenvolvimento em todas as escalas. (BERDOLAY; SARTRE, 2005, p. 5, tradução nossa).

Percebe-se a coerência para tratar o desenvolvimento que ocorre em um território, mas esse não é só uma base, um palco passivo, como expõe respectivamente Abramovay e Berdolay e Sartre. O território está entrelaçado ao desenvolvimento, dando condições, carregando processos históricos e político-sociais que são inerentes ao desenvolvimento.

A AU com a sua multiplicidade de aspectos tende a integrar espaços urbanos e contribuir com o desenvolvimento em territórios com populações vulneráveis. A fim de melhor compreender, traremos conceitos, para esclarecer e calcar as ideias.

1.3.2 – Agricultura Urbana: um conceito em construção

A maior parte das contribuições teóricas ao debate sobre AU tem bases na Agronomia e na Economia, talvez em função das suas principais características estarem vinculadas também ao abastecimento alimentar de populações. Contudo, é preciso atentar para o fato de que a AU é uma atividade humana a qual, por sua vez, possui também aspectos ambientais, econômicos e sociais, principalmente, no que tange à sua relação com os princípios de sustentabilidade, ou seja, desenvolvimento sustentável, como afirma Monteiro (2002). Desse modo, convém acrescentar a importância da dimensão política e da urbanística.

A dimensão política da AU, ou seja, a integração da agricultura às políticas urbanas é importante na medida em que os aspectos institucionais interagem com o espaço, através de legislação, políticas de desenvolvimento, inclusão social, segurança alimentar etc.

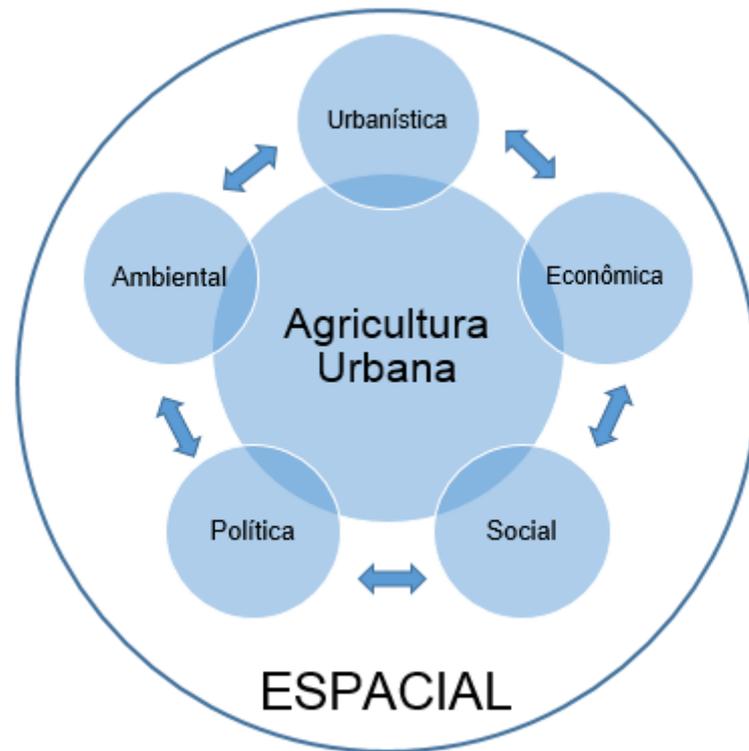
No que tange à dimensão social da AU, pode-se destacar diversos elementos, por exemplo, questões de gênero, inclusão social, geração de empregos, segurança alimentar etc. No aspecto político, é importante notar que as políticas públicas são importantes fatores para o desenvolvimento e/ou crescimento da AU, uma vez que pode ser fonte de recursos, segurança alimentar, inclusão social etc.

A AU pode, muitas vezes, dar respostas a crises de abastecimentos locais, tratando-se, neste sentido, de uma atividade que permite retorno econômico.

No que diz respeito à dimensão ambiental, nota-se que, na AU, pode ser utilizada a biotecnologia, ou seja, tecnologias inovadoras; também se destaca a questão da água, que pode ser reaproveitada na agricultura, bem como a dos resíduos e sólidos orgânicos.

É importante notar que todos os aspectos referidos à AU funcionam imbricadamente. A dimensão espacial é a que mostra esta integração, de maneira que, quando se busca conhecê-la, não se pode negligenciar nenhum destes aspectos, senão corre-se o risco de entendê-la parcialmente, o que pode levar a conclusões que não condizem com a realidade, (Figura 1).

Figura 1: Agricultura Urbana – Dimensões Integradas.



Fonte: Mougeot, 2000 (adaptado).

Assim sendo, fica claro que, para se entender AU, é necessário que não se perca de vista as suas especificidades espaciais, sociais e econômicas, uma vez que, embora apresente alguns aspectos semelhantes à prática de Agricultura Rural (AR), possui peculiaridades não apenas no tangente à sua localização – espaços urbanos –, mas também, como lembra Mougeot (2000), principalmente, porque ela acontece integrada intrinsecamente ao sistema econômico e ecológico urbano, o que nos remete à complexidade do espaço urbano.

O termo “agricultura rural” é uma denominação utilizada por diversos autores no sentido de diferenciar a agricultura produzida do espaço rural da agricultura produzida no espaço urbano e assim tornar mais clara a discussão sobre o conceito de AU. Embora a atividade, em sua essência, seja a mesma – preponderantemente o cultivo de vegetais ou a criação de animais –, possuem elementos diferenciadores como tentaremos mostrar. Outros pesquisadores nomeiam de “campos urbanos” ou “lavouras urbanas” ou “agricultura na cidade” o que aqui chamamos de “agricultura urbana”.

Ao indagar sobre a AU temos vários conceitos, com poucas variações, mas que focam pontos diferentes dependendo principalmente do contexto e do objetivo que ela é praticada. Mougeot foi um dos primeiros autores a defini-la.

A AU é considerada um conceito dinâmico que compreende uma variedade de sistemas agrícolas, que vão desde a produção para a subsistência e o processamento caseiro até a agricultura totalmente comercializada. A agricultura urbana normalmente tem a função de nicho, em termos de tempo (transitória), de espaço (interstício) e de condições sociais (por exemplo, mulheres e grupos de baixa renda) e econômicas específicas (por exemplo, crise financeira ou escassez de alimentos), (MOUGEOT, 2000, p.3).

Mougeot (2000) aponta seis fatores principais que devem ser observados na AU os quais, por sua vez, contribuem para sua conceituação e definição: i) tipo de atividade econômica; ii) localização; iii) tipos de áreas utilizadas; iv) sistema e escala de produção; v) tipos de produtos e vi) destinação de produtos.

Ao tratar do tipo de atividade econômica na base produtiva da agricultura, tanto urbana quanto rural e periurbana, inclui-se também o processamento, a comercialização e a interação entre estas fases. Portanto, este elemento, se analisado individualmente, é incapaz de contribuir para a definição da AU.

Quanto à localização, não se pode menosprezar a diferenciação da agricultura produzida nos espaços intraurbanos daquela produzida nas áreas periurbanas, ao menos deve-se levantar alguns aspectos, por exemplo, a escala de produção, que nas áreas periurbanas é maior do que nos espaços intraurbanos. Esta dimensão da AU não pode ser analisada isoladamente, uma vez que a localização interfere no tipo de área utilizada e vice-versa.

Referindo-se ao tipo de área utilizada para a produção, podem ser as mais diversas, se adequando à realidade local e aos objetivos. A AU pode ser realizada em áreas cedidas, arrendadas ou no próprio local da residência do agricultor, entre outras possibilidades.

De tal modo, pode-se encontrar a prática da AU em espaços como: margens de rodovias e avenidas, entornos de reservas florestais, manguezais, ilhas urbanas, margens de rios e reservatórios de água, lotes vagos, terrenos

baldios, lajes e tetos, quintais ou pátios, praças e parques, escolas, postos de saúde, associações de moradores, asilos, presídios, edifícios, laterais de vias férreas, laterais de estradas e avenidas, faixa sob linhas de alta tensão, em Unidades de Conservação onde o plano de manejo permita usos diversificados. Esta dimensão, se analisada isoladamente, também é incapaz de colaborar para a definição da AU.

Ao se comparar as escalas de produção da AR, periurbana e urbana, as últimas, em sua maioria, são progressivamente reduzidas. Mas isso não quer dizer que esta relativa redução seja incapaz de permitir sua sustentabilidade, ou seja, sua reprodução e comercialização.

Já no que concerne aos sistemas de produção, estes são variados, e define os tipos de produtos dos quais os mais comuns são os alimentos para consumo humano ou animal, bem como flores e plantas ornamentais. Na análise dessa dimensão, é importante estar atento à sua integração, sobretudo, com o tipo de atividade econômica e com o tipo e a destinação dos produtos, avaliando a associação com o sistema urbano.

É importante frisar que, dos elementos citados anteriormente, o da localização parece claramente mais contundente para a diferenciação da AU com relação à AR. Por este motivo, é preciso destacar “o princípio da integração ao sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2000, p.1) desta atividade, para que, assim, se possa avançar numa definição mais consistente da AU.

Como bem esclarece Mougeot:

A característica principal da agricultura urbana, que a distingue decisivamente da agricultura rural, é sua integração no sistema econômico e ecológico urbano (que será chamado, a seguir, de “ecossistema” urbano). [...] Não é a localização, urbana, que distingue a AU da agricultura rural, e sim o fato de que ela está integrada e interage com o ecossistema urbano. Essa integração com o ecossistema urbano não é captada na maioria das definições do conceito de AU, e menos ainda é desenvolvida em termos operacionais. Ainda que a natureza das concentrações urbanas e de seus sistemas de abastecimento de alimentos tenha mudado, a necessidade da AU de interagir adequadamente com o resto da cidade, por um lado, e com produção rural e as

importações, por outro, continua sendo tão decisiva hoje como era há milhões de anos. (MOUGEOT, 2000, p. 5).

É fato existirem diversas interpretações quanto ao conceito de AU e à realidade da própria atividade, tanto que Mougeot (2000) afirma ainda ser preciso decodificar os aspectos conceituais do vínculo entre esta agricultura e o ecossistema urbano, para se avançar teórica e operacionalmente.

Por isso, é imprescindível que se leve em conta as especificidades de cada lugar, bem como o tipo, ou seja, qual AU se pretende analisar, uma vez que o espaço geográfico não é homogêneo, mas uma instância social. Dessa forma, faz-se necessária a distinção da AU da periurbana, pelo menos no tangente aos aspectos conceituais, visto que são espaços distintos (VALE, 2005), e, mesmo que haja semelhanças, é preciso que cada espaço seja entendido como o é na realidade.

A AU é um conceito multidimensional que abrange a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo) e pecuários (animais de pequeno e médio porte), (re)aproveitando, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (mão de obra, conhecimentos/práticas e solo, água, resíduos). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades, conforme consta na Lei Federal nº 11.346, de 15 set. 2006.

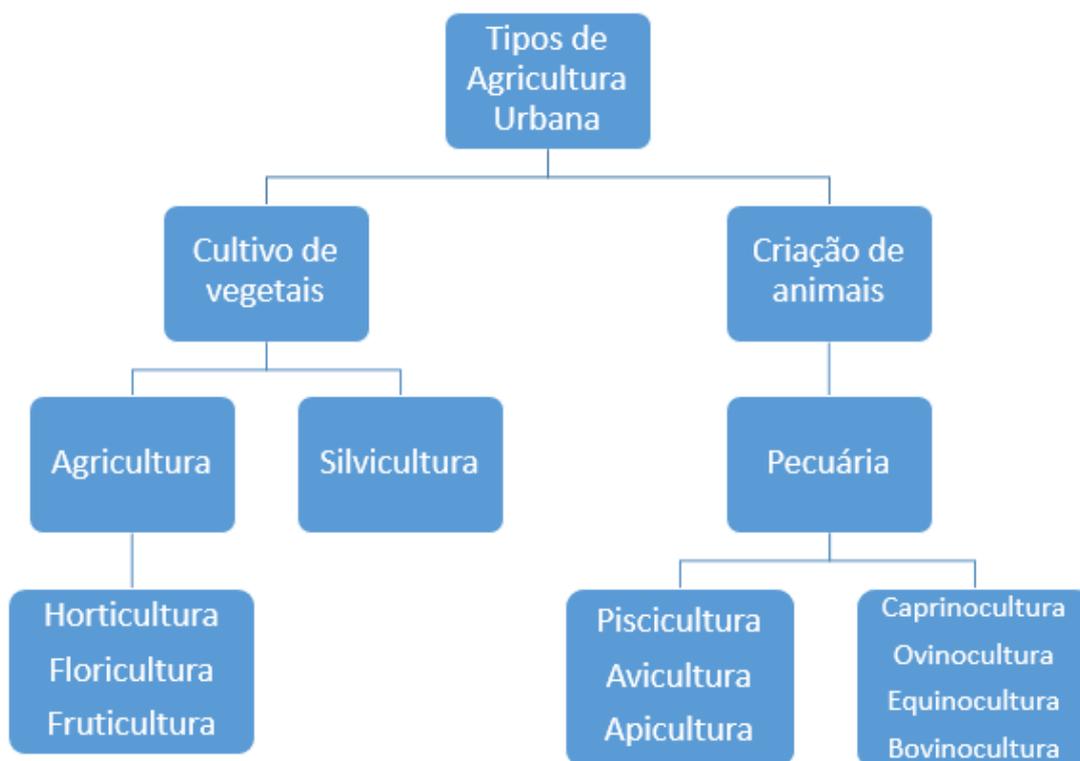
Para Aquino e Assis,

A AU refere-se não somente à produção vegetal, mas também à criação de animais (aves, abelhas, peixes, coelhos e outros). O sistema agrícola urbano pode ser uma combinação de muitas atividades diferentes, incluindo desde a horticultura e o cultivo de cereais, como milho e feijão, à integração com a produção de animais, aproveitando-se restos vegetais na alimentação destes através de compostagem, isoladamente ou em conjunto com esterco oriundo das criações. (AQUINO; ASSIS, 2007, p.143).

Quando tratamos de AU, referimo-nos tanto à prática do cultivo e ao processamento de vegetais, como também às atividades ligadas à pecuária, por exemplo, o cultivo de camarões, a criação de peixes etc.

Os tipos de cultura/criação na AU, ou seja, quanto à atividade, são diversos nos sítios da internet, nos textos publicados em anais e congressos, em jornais e revistas. Mesmo sabendo que não enumeraremos todos, apontaremos os tipos de AU mais comuns, como mostrado na figura 2.

Figura 2: Agricultura Urbana – Tipos de cultura/criação.



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Para cada tipo de cultura/criação, são necessários insumos suficientes para sua existência: solo, água, adubo etc. Enfim, como qualquer atividade econômica, a AU torna-se mais complexa à medida que aumenta a sua escala de produção mediante a disponibilidade de recursos para sua realização. Daí a importância de se entender, também, a dimensão econômica desta agricultura.

AU é fomentada por fatores ainda não muito definidos, entre os quais a pobreza urbana e a insegurança alimentar ocupam lugares preponderantes, mas pode contribuir para a refuncionalização dos espaços no interior e nos limites das cidades, abarcando amplamente fatores econômicos, socioculturais e ambientais, (MOUGEOT, 2000).

Vários objetivos podem ser abarcados com a prática da AU, tais como: melhorar a gestão ambiental, melhorar a gestão territorial, promover a equidade de gênero e respeito às condições étnicas e socioculturais, combater a pobreza e a fome, promover a segurança alimentar e nutricional, promover a inclusão social e a governabilidade participativa.

Para Coutinho,

As práticas de agricultura, assim como o mutirão, revelam que o modo de vida urbano não varre das cidades os modos de vida tipicamente rurais. O mutirão para construção de casas, tratado pela literatura como forma de retomar relações do mundo rural, e a AU é uma dessas práticas informais e espontâneas, realizadas no cotidiano da urbanização, pois os salários não são suficientes para garantir a reprodução do trabalhador. Desse modo, essa atividade compõe a paisagem urbana, porém não é reconhecida ou é desconhecida pelos planejadores urbanos, por não ser uma atividade tipicamente capitalista. (COUTINHO, 2010, p. 35).

Quem trama os novos processos e traça novos caminhos são os moradores das cidades (MOREIRA, 2008), principalmente, os moradores não beneficiados. No caso da AU, o que varia são as motivações e desejos: muitos produzem para ter acesso aos remédios e alimentos; outros, por satisfação pessoal, amor a terra e às plantas; e outros, como uma recompensa pessoal, pois tomam o cultivo da terra urbana como um modo de vida distinto do modo urbano, onde tudo é comercializado.

Os planos informais desdobram-se em práticas produtoras da cidade, como o mutirão, a autoconstrução da moradia e a AU, que implicam a junção de forças e o reconhecimento de um esforço coletivo. Os trabalhadores produzem a cidade informal que não atende à legislação urbanística, mas que compõe a cidade, produzindo, assim, o meio urbano.

As práticas de manejo do solo e de criação de animais que vêm sendo incorporadas à definição de AU não são novas no meio urbano. Para que o tema seja colocado na agenda pública de debates, algumas agências de desenvolvimento esforçam-se para sensibilizar a universidade, o Poder Legislativo e Executivo e a sociedade civil organizada para ações voltadas à atividade da AU.

Assim, é importante compreender a AU como uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não alimentícios, praticada nos espaços urbanos, onde se busca utilizar o que existe localmente, como recursos humanos e materiais do meio do espaço urbano. Desse modo, a AU existente em cada espaço é peculiar a ele, pois está intrinsecamente relacionando-se e desenvolvendo-se a partir dele.

Outro aspecto da AU que não pode ser negligenciado é o da dimensão familiar desta atividade. Este aspecto manifesta-se, mais claramente, à medida que se considera a integração das dimensões econômica, social e política da AU. Isso porque o espaço urbano também é utilizado para realização da agricultura, mediante a qual a família desempenha papel importante nas relações sociais de produção. Destarte, é preciso saber quais são os elementos da AU que revelam a sua dimensão familiar, ou seja, a maneira como é organizada essa atividade sob os princípios da Agricultura Familiar (AF).

1.3.3 – A agricultura familiar urbana

Na busca pelo entendimento do conceito de AU, percebe-se que, na realização desta atividade, a família desempenha importante papel como agente espacial. Sendo assim, é preciso que se considere também esta dimensão da AF e sua relação com a AU.

Em torno do debate das formas sociais de produção na agricultura, destacam-se diversos aspectos, tais como: a superioridade das grandes explorações sobre as pequenas, da grande eficiência do trabalho familiar sobre o trabalho assalariado, da hegemonia das unidades individuais sobre as formas coletivas etc. Dessa forma, essa discussão traz à tona temas como o da AF, uma

forma social de produção que está presente nos espaços urbanos, rurais e periurbanos. No entanto, para compreender a dimensão familiar da AU, temos de ir às bases teóricas da AF.

A maior parte das discussões acerca do conceito de AF tem base na Sociologia Rural e na Economia, o que torna mais evidente a dimensão social da produção agrícola, a qual, aliás, não é sinônimo de pobreza nem de sistema arcaico, como já foi discutido e mesmo afirmado. A literatura a respeito da AF é vasta, mas a maioria dos textos mais recentes converge no sentido de que para se entendê-la é preciso se atentar a questões ecológicas, sociais, políticas e econômicas da atividade humana.

No Brasil, há duas principais vertentes de pensamento sobre a AF. Uma delas considera que a AF moderna é gerada a partir das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas e que, para entendê-la, é preciso observar os diversos traços característicos do desenvolvimento agrícola, como mostra Abramoway (1997).

A outra defende que AF brasileira, em seu processo evolutivo, com seu processo histórico vivido pelo agricultor familiar moderno, não representa ruptura definitiva com formas anteriores, mas que, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade. Portanto, nesta ótica, o conceito de AF é genérico e abrange diversas situações (WANDERLEY, 1997, p. 2).

Características básicas identificadas por Gasson e Erigton (1993, apud ABRAMOWAY, 1997) definem a AF mediante os seguintes aspectos:

- a) a gestão é feita pelos proprietários;
- b) os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- c) o trabalho é fundamentalmente familiar;
- d) o capital pertence à família;

e) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família;

f) os membros da família vivem na unidade produtiva.

Abramoway (1997) ainda acrescenta que é preciso ressaltar o tamanho e a capacidade geradora de renda das unidades produtivas, e que os aspectos “d”, “e” e “f” podem apresentar-se com diferenças, dependendo da realidade econômica, social e política de cada lugar. Em qualquer país, independentemente do seu sistema político-econômico e social, esta forma de produção particular mostra significativa capacidade de permanência e adaptação às novas conjunturas.

Henri Mendras identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarquia relativa, uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global. (WANDERLEY, 1996, p. 3).

A mesma autora destaca que a AF pode ser identificada quando se leva em conta a diversidade do sistema agrícola (policultura), a garantia da sobrevivência das gerações, a relativa autonomia das sociedades rurais e o intercâmbio de conhecimentos.

Não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autossuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. (MARX, 1997, p. 127).

O que se observa, atualmente, é troca de conhecimentos entre os próprios agricultores rurais e urbanos, como se pode constatar em eventos de exposições de animais, feiras de conhecimento dentre outros, realizados em diversas cidades e em eventos agropecuários.

Igualmente, acrescentamos que não apenas a agricultura produzida no espaço rural apresenta estas características, como também a AU. Portanto, a AU também deve ser considerada como uma “forma particular” da AF, desde que as características acima colocadas existam.

1.3.4 – A agricultura urbana no mundo e no Brasil

Nos últimos anos, ficaram evidentes as mudanças ocorridas no espaço mundial, tanto no que diz respeito aos arranjos dos objetos espaciais, quanto à organização social.

Desse modo, o espaço urbano estimula fluxos de pessoas, mercadorias, informações, comunicação e capital, convergindo, conforme Santos (2004), à formação de um complexo de relações inter-humanas, exercidas territorialmente em um lugar, cujo principal propósito tem sido a acumulação de capital, mesmo que à custa do bem-estar das pessoas.

A AU se adaptada de acordo com esse propósito, sob um processo de globalização que é contraditório porque, como mostra Bauman (2001), faz com que a cidade perca sua essência de civilidade, criando territórios cada vez mais “ilhados”. No entanto, não se pode esquecer de que este processo é dialético, portanto, ao mesmo tempo em que a agricultura é adaptada segundo o modo urbano, ela também participa dessa adaptação. Desse modo, é preciso conhecer os espaços onde, na atualidade, a atividade da AU tem se desenvolvido, de forma muitas vezes fragmentada, quando não marginalizada.

Em diversos países, a AU vem adquirindo visibilidade. Por estar cada vez mais presente nos espaços das cidades, ela também vem sendo considerada nas agendas do planejamento dos Poderes Públicos e das entidades não governamentais, como já foi dito. Percebe-se que o maior ponto em comum entre as diversas ações em prol da AU é que todas buscam garantir o acesso das populações à alimentação, ou seja, à segurança alimentar, contribuindo para que essa sua função seja ampliada, extrapolando-a e alcançando a dimensão do desenvolvimento humano.

Segundo estudo da FAO (1999), a AU é praticada nos principais corredores de saída das cidades, bem como nas periferias e nas margens dos rios que correm naqueles espaços, em espaços públicos e privados. O mesmo estudo afirma que isso é possível devido à capacidade de adaptação da atividade às mudanças ocorridas nos espaços urbanos, tanto no que tange à expansão física, quanto à diminuição da visibilidade das fronteiras urbano-rurais.

O crescimento demográfico e econômico das cidades levou, segundo Roca (2004), à reconfiguração dos espaços urbanos através do uso do solo, das estruturas populacionais, das práticas sociais etc. Dessa forma, entre alguns estudiosos, é consensual que a densidade populacional e as transformações dela advindas têm papel importante no processo de expansão e diversificação da AU.

Mas, para além da densidade populacional, existem outros fatores que colaboram para a expansão e a diversificação da AU, inerentes a especificidades socioespaciais de muitas cidades. Por isso, para entender a realidade, na atualidade, é necessário que dialeticamente compreenda as ações de cada agente modelador do espaço, como diz Bauman (1999). É nesse sentido que reforçamos que uma das dimensões espaciais da AU é a política, como mostrado na Figura 1.

Isso porque o Estado, como importante agente de construção do espaço geográfico, detém poder, e este poder contribui para o desenvolvimento ou a eliminação de determinadas atividades sociais, como é o caso da AU. Entretanto, quando nos referimos à dimensão política da AU, não podemos nos referir apenas à ação direta do Estado sobre o território, é preciso estar atento aos outros agentes que também desenvolvem suas funções no espaço.

Percebemos, em todos os relatórios sobre o assunto, tanto naqueles realizados pelos órgãos públicos como pelas ONG's, que as ações institucionais são apenas pontuais, em espaços selecionados, muitas vezes, baseadas em critérios imprecisos no que se refere à eficácia e à eficiência da aplicação dos recursos e da abrangência social. Desse modo, percebe-se que a AU ainda não tem recebido a atenção necessária por parte dos gestores públicos do planejamento urbano.

Porém, mesmo sem apoio institucional, a AU tem-se expandido e diversificado, tornando-se, assim, uma atividade no processo de produção do espaço urbano.

Assim, tendo em vista as formas, estruturas e funções da agricultura num processo contínuo de reprodução espacial, não se pode pensá-la como sendo uma atividade exclusiva do mundo rural nem tampouco se pode vê-la mediante uma manifestação dicotômica do real. É preciso pensar a agricultura como uma atividade humana integradora e, portanto, complementar dos espaços urbanos, periurbanos e rurais. Este papel é desempenhado, por excelência, pela face urbana desta atividade – a AU. O que cabe, na atualidade, é compreender o papel socioeconômico e, portanto, espacial desta atividade.

A AU já é uma realidade vista e praticada no mundo. Há práticas incríveis, como em Havana (Cuba), onde tiveram que se adaptar, por causa da condição geográfica somada aos embargos sofridos. Precisaram produzir o que necessitavam em poucas terras, sem diversos insumos, chegando hoje a produzirem na cidade cerca de 60% do arroz consomem.

De outro modo, a AU em Zurique (Suíça), Montreal e Vancouver (Canadá) também é praticada, tal como um empreendimento, em prédios. Isso não descarta a possibilidade de outros grupos sociais praticarem a AU com outros objetivos mais sociais.

Nos Estados Unidos, também está se tornando uma prática frequente em bairros de baixa renda da Califórnia, San Francisco e Nova Iorque. Também há levantamentos de trabalhos de campo em Londres, Berlim, Paris, Rosário (Argentina), Cuenca (Equador), Macau (China), Vietnã, Uganda, Nigéria, Zimbábue, cada qual sendo praticada a partir de seus interesses e necessidades, adaptando as formas e funções necessárias no espaço em que estão inseridos.

O programa de otimização de espaços vazios para a AU (Optimizing Use of Vacant Land for Urban Agriculture (UA)), iniciado em 2003, através de parcerias, foram aplicados em várias cidades do mundo, dentre as onde houve

a implementação do programa citamos os municípios de Governador Valadares (Brasil), Rosário (Argentina) e Cienfuegos (Cuba) (LOVO, 2006).

Observa-se que há várias organizações internacionais articuladas entre si e interessadas em pesquisar e apoiar a AU para que seja esta reconhecida como ação pública de combate à fome, pobreza e desnutrição nas cidades.

Desde a década de 1990, há colocações de que a AU poderia se tornar uma área de intervenção, propondo a ampla divulgação dessa prática. No início de seus trabalhos, o IDRC deu ênfase à promoção da segurança alimentar, à nutrição e ao tratamento de resíduos sólidos orgânicos. Mais adiante, passou a incluir, nos projetos, os processos de processamento e distribuição de alimentos nas cidades e, depois, o cultivo dentro das cidades (MOUGEOT, 2006).

Entre os anos de 1984 e 2004, o IDRC colocou em prática vários projetos de AU em cerca de 40 países em desenvolvimento (MOUGEOT, 2006). Em 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) também passou a ter interesse pelo tema (TAYLOR, 2006).

O IDRC vem influenciando fortemente os programas relacionados à AU da ONU. Dentre suas ações, está a formação de agentes locais para o uso de tecnologias e intervenções políticas, de eventos e publicações que analisam políticas públicas para AU em diferentes contextos (TAYLOR, 2006).

Ao ser incentivada e implantada em várias cidades do mundo, a AU aparece, nas concepções desse Centro, como uma estratégia global para favorecer a segurança alimentar e combater a fome e a pobreza nas cidades dos países do Sul que crescem rapidamente.

Assim, essas práticas e estudos provenientes contribuem para sensibilizar os diversos atores locais em torno do tema da AU, mostrando a importância da sua inserção nos instrumentos legais de planejamento e ordenação do espaço urbano, demonstrando meios de inserir a agricultura no planejamento do meio urbano.

No Brasil, percebe-se a tendência de a AU ser incorporada às políticas de abastecimento alimentar, no esforço de realizar o direito humano à alimentação.

No âmbito federal, a AU aparece associada às ações ligadas à estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) gestada pelo MDS.

Em 2007, o MDS elaborou um panorama da AU e periurbana no Brasil, foram analisadas 11 capitais, encontraram essa atividade em todas elas. Desejamos esclarecer que não é só em capitais ou em centros metropolitanos que a AU é praticada, nem é uma prática recente no Brasil, pois verificam-se casos com práticas há mais de 20 anos. A questão é que nos últimos anos começou-se a lhe dar vistas mais técnicas, acadêmicas, políticas, planejando/buscando objetivos conjugados à realidade. Tanto assim que, em entrevistas com produtores urbanos, poucos deles se caracterizam como sujeitos que praticam a AU.

O Ministério estabeleceu 130 convênios de AUP em todo o País. Isso demonstra o potencial dessa atividade, em que há interessados em praticá-la. O governo em nível federal tenta implementá-la, mas é preciso a integração dos diversos entes federativos para que a AU se estabeleça como uma prática com uma assistência mais próxima e proativa das diversas instituições. (MDS, 2009).

Em Curitiba (PR), temos práticas que datam mais de vinte anos, sendo a sociedade a grande propulsora da AU, que foi fortalecida e promovida com a contribuição da prefeitura. Atualmente, só essas ações da prefeitura de Curitiba envolvem cerca de 30 mil pessoas.

Em São Paulo e em Belo Horizonte, a dinâmica com a qual a AU se desenvolveu é tão diversificada quanto as características dessas metrópoles: localizamos casos com o apoio do governo federal, das prefeituras respectivas, de instituições de ensino e religiosas, e outros simplesmente com a população organizada.

Em Belém também há várias situações que envolvem a AU, que é praticada tanto dentro da capital paraense quanto nas redondezas. O Centro de Agricultura Urbana (CAU), que está ligado à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), dá assistência para cerca de 40 mil produtores urbanos.

As cidades supracitadas correspondem a casos significativos e que exemplificam o potencial da AU, mas não são exceções, pois a AU é praticada

em várias cidades brasileiras, tais como: Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Porto Velho (RO), Natal (RN), Campinas (SP), Goiânia (GO), Brasília (DF) dentre outras, cada qual adaptada ao seu contexto histórico-político-social-cultural, além dos interesses e peculiaridades. As características da AU estão vinculadas, como já tratadas, às especificidades socioambientais e culturais de cada lugar da cidade, suscitando assim a construção de diversas territorialidades.

No DF, percebemos através na figura 3 a potencialidade de existir AU.

Esse mapa foi elaborado no PDOT de 2009 (DISTRITO FEDERAL, 2009) a fim de fomentar a regularização. Há 26 áreas circuladas de verde, que são designadas como áreas urbanas pelo governo. Entretanto, há a prática de atividades com características rurais. Isso nos leva a crer que exista agricultura e pecuária nessas áreas, podendo ou não caracterizar AU.

Através da Lei nº 5.265, foi criado o Programa de Agricultura Urbana do município de Governador Valadares, com objetivo de combater a fome e promover o desenvolvimento do município. No ano de 2005, o programa foi modificado por meio da Lei nº 5.439/2005 (LOVO, 2006).

Com base no Estatuto da Cidade (2001), foi alterado, na Lei Complementar nº 051, um dispositivo que trata do Código Tributário Municipal, definindo que os lotes privados vazios que fossem cedidos para a realização de práticas agrícolas, por um período mínimo de seis meses, receberiam redução fiscal de três para 0,6% na alíquota do IPTU. Esses lotes passaram a ser vistos como aqueles que cumprem a função social da propriedade e cujos proprietários não ficam sujeitos ao pagamento do IPTU progressivo, definido no Estatuto para os lotes vazios ou subutilizados em áreas urbanas.

No ano de 2004, houve a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, quando foram definidas 47 diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Dentre as diretrizes, foi deliberada a criação de uma política nacional de agricultura urbana e periurbana (MOREIRA, 2008).

Como resposta a tal deliberação, foi realizada, em 2007, a pesquisa, financiada pelo MDS, Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção: Identificação e Caracterização de Iniciativas de Agricultura Urbana e Periurbana em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Tal pesquisa permitiu o levantamento de informações, junto às pessoas e organizações envolvidas com práticas agrícolas, sobre as potencialidades e os desafios para o desenvolvimento da AUP, a fim de estabelecer diretrizes para formular uma política nacional de agricultura urbana e periurbana no Brasil.

Entre os dias 31 de maio e 1º de junho de 2007, houve o primeiro Seminário Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que ocorreu em Brasília, para apresentar os resultados desta pesquisa, discutir os princípios e diretrizes para a política nacional de AUP e promover encontros entre os atores das regiões metropolitanas. Na compreensão de técnicos da ONG REDE, o seminário contribuiu para fortalecer o debate sobre a AU dentro do MDS e qualificar as suas políticas. Como consequência, no ano de 2008, o MDS redirecionou seus investimentos em AU, antes dispersos em convênios com as prefeituras, para a estruturação de centros de apoio à AUP em onze regiões (BRASIL, 2007).

Cabe à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS) promover e consolidar a PNSAN através de ações descentralizadas e articuladoras das três esferas de governos entre si e com as ações da sociedade civil. O Programa de Agricultura Urbana, conforme a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei n. 11.346, 2006), também é uma ação da SESAN/MDS e tem como objetivo “[...] intervir no abastecimento social, de forma a integrar as atividades de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agroalimentares” (MDS, 2008, p.4). Contribui na construção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), e no escoamento da produção de famílias agricultoras, processadoras e que comercializam seus produtos nas regiões metropolitanas (MDS, 2008).

Tais práticas evidenciam, para Moreira (2008, p. 250), “[...] que a agricultura urbana no Brasil acumulou, em sua marcha, força e concretude para dialogar com outras ações e movimentos políticos”. Dentre as diversas temáticas agregadas pela AU, o direito à segurança alimentar e nutricional é a mais evidente e adiantada no Brasil. Ações para fomentar a AUP foram inseridas no conjunto de assuntos da política social nacional e direcionadas ao combate à fome e à pobreza urbana.

1.3.5 – As potencialidades da agricultura urbana

Algumas das potencialidades da AU é a mitigação de problemas socioambientais urbanos e a contribuição para promover a cidade ecológica, a cidade produtiva e a cidade inclusiva. Os argumentos que a fundamentam são propostos como transversais e favorecem o forte incentivo às práticas da AU em várias cidades do mundo.

Até meados da década de 1970, os movimentos ambientalistas hostilizaram as cidades. As análises ambientais excluía estudos ecológicos em áreas urbanas. A cidade era compreendida como elemento consumidor de recursos naturais e degradador do ambiente natural. Enquanto tal era um ambiente-morto, para usar o termo de Roberto Luís Monte-Mór (1994, p. 174): “Os ecólogos e ambientalistas parecem ter dificuldades em pensar a ecologia e a biodiversidade a nível do [sic] ambiente construído”. Esta noção de ambiente construído marcou as análises urbanas restritas aos estudos ambientais.

A história das ideias urbanas foi marcada por crises teóricas, provocadas por novos acontecimentos, que exigiram revisões conceituais dos objetos e métodos de estudos. A cidade, nas décadas de 1960 e 1970, passou a ser compreendida, pelos teóricos de inspiração marxista, como resultado das ações humanas sobre o espaço. Ressaltava-se que as cidades, enquanto objeto de estudo, passam a ser compreendidas como um produto social.

A urbanização capitalista foi definida como uma combinação de vários processos privados de apropriação do espaço urbano, que limitam a socialização das forças produtivas. A partir dessa abordagem, a cidade foi considerada uma força produtiva cujo papel seria concentrar as condições para a produção e circulação do capital.

Ao compreender a cidade como um cenário onde se dão as atividades econômicas, as dimensões histórica e espacial – fundamentais para a interpretação do fenômeno urbano – são pouco desenvolvidas e explicitam os limites do enfoque da economia política da urbanização. Aquelas são dimensões que reivindicam a dimensão política, pois, tal como explicita Lefèbvre, que traz novos elementos para as discussões sobre a problemática urbana, o espaço é

um meio de produção, mas, também, é “[...] um meio de controle, e, portanto, de dominação, de poder” (LEFÈBVRE, 1993, p. 154).

Trata-se de uma compreensão que leva em conta a complexidade da vida urbana, dotada de vários elementos e relações sociais, dadas em vários níveis, que vão desde o global, aquele das estratégias estatais e do mercado, até o cotidiano, onde estão os sujeitos (que não se revelam apenas como força de trabalho) e suas práticas diárias.

A análise torna-se certamente mais simples quando se pensa não em espaços sociais, com toda a sua complexidade e dimensões, mas em espaços (ambiente) construídos. Esta tem sido a perspectiva da economia política da urbanização. Sua contribuição tem sido valiosa ao longo de todos estes anos de análise marxista da questão urbana, mas seu enfoque espacial se limita às práticas espaciais materiais, deixando de lado as outras dimensões de espaço social. A teoria de Lefèbvre além de permitir uma visão de processo, leva em consideração todas as dimensões do espaço social, com suas relações complexas (COSTA, 1999, p. 9).

A representação da cidade apenas como ambiente construído reforça a visão dualista entre natureza e sociedade, que aparece nas políticas de cunho conservacionista, na qual a limitação dos locais a serem protegidos parece dizer que todo o resto, não protegido, poderá ser construído ou artificializado. Do ponto de vista das análises urbanas predominantes na segunda metade do século XX, havia uma forte valorização de um modo de vida urbano e industrial, pautada na ideia de que a natureza deveria ser controlada e colocada ao serviço da ação humana em detrimento da aproximação com a natureza, que era considerada sinal de pouca civilidade.

Essas concepções predominantes nas análises urbanas e ambientais, apresentadas de modo geral, separavam natureza e sociedade, tornando compreensível porque os problemas urbanos ganharam tardiamente uma dimensão ambiental, embora a questão ambiental tenha emergido na década de 1970. Em decorrência de diversos desastres ambientais e problemas de saúde causados pela poluição atmosférica e nuvens tóxicas – ocorridos entre as décadas de 1930 e 1960 em alguns países, como os Estados Unidos da

América, Inglaterra, Japão e Índia –, começa-se a perceber as limitações do modelo urbano-industrial, em que a natureza é um recurso finito a ser manipulado pela técnica, desenvolvendo-se, assim, novas concepções sobre os problemas ambientais (HOGAN, 1989).

Na década de 1980, movimentos ambientalistas europeus e norte-americanos passaram a questionar a ideia de cidade em oposição ao ambiente natural e a pensá-la como um ecossistema (BRAND; MUÑOZ, 2007). Enquanto um ecossistema, no qual há trocas de energia e matéria, era insustentável a produção industrial de alimentos longe das cidades, para onde deveriam ser transportados. A justificativa para a industrialização da produção de alimentos baseia-se na ideia de que a melhoria técnica da natureza promoveria maior eficiência na transferência de energia solar para o alimento e deste para o consumidor (ODUM, 1977).

A ecologia estuda quatro níveis de organização: população – grupo de indivíduos de uma mesma espécie; comunidade – conjunto de populações de uma mesma área; ecossistema; e biosfera. São níveis para além dos organismos individuais (protoplasmas, células, tecidos, órgãos, sistemas de órgãos, organismos). A comunidade e o ambiente inerte exercem suas funções intimamente ligados a um sistema ecológico ou ecossistema. O Ecossistema é um termo técnico para designar a natureza da qual o homem faz parte (ODUM, 1977).

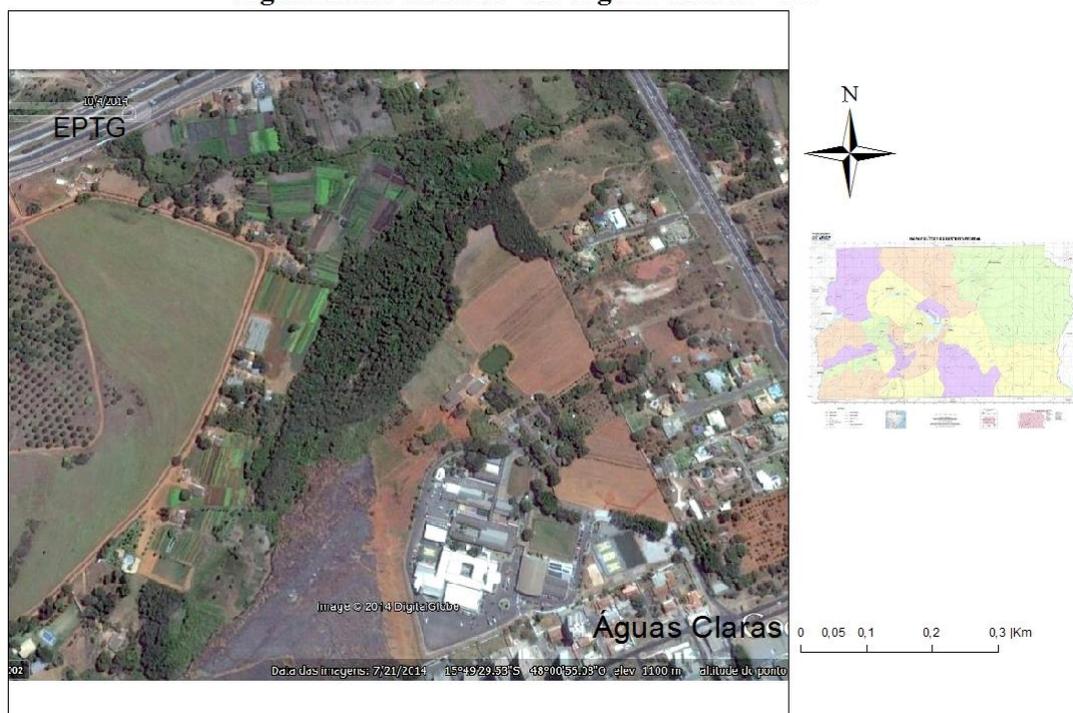
Assim, surgiram argumentos técnicos, de ordem ambiental, favoráveis ao cultivo de alimentos dentro das cidades, como a redução do consumo de combustível fóssil, manutenção de área permeabilizada, melhoria do clima local e da biodiversidade urbana. Esses são os primeiros argumentos que explicitam as potencialidades da AU – relacionados à sua contribuição para a promoção da cidade ecológica. A ideia da cidade ecológica traz preocupações de ordem ambiental para o debate sobre o espaço urbano. Tornar a cidade ecológica é torná-la “mais verde” ou menos artificial.

De todo modo, a realização de práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam dismantlar as dicotomias modernas entre cidade, agricultura-indústria, natural-artificial que afetam diretamente a dinâmica territorial. A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses elementos possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas. (COUTINHO, 2010, p. 49).

A AU caracteriza-se como uma forma de autoprodução, de folhosas e animais, facilitadora do acesso a alimentos pela família e comunidade, cujo excedente pode ser comercializado localmente. Ocorre em diferentes locais, por exemplo, quintais, lajes de cobertura residencial, escolas públicas, terrenos vazios, ao longo de avenidas e faixas de domínio de redes de alta tensão. Revela-se como uma atividade produtiva e interativa que rebate a ideia predominante de que área urbana não construída é sinônima de área ociosa. A figura 4 exemplifica como pode haver agricultura em uma área:

Figura 4: Agricultura urbana em Águas Claras.

Agricultura Urbana em Águas Claras - DF



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

A figura 4 é a representação de agricultura entre uma Estrada Parque, que é uma das mais movimentadas do DF, ligando as RA's de Taguatinga, Águas Claras e Guará à Brasília. Por oportuno, lembramos que Águas Claras é a região administrativa mais verticalizada do DF.

Na década de 1990, a AU foi apontada pelas agências internacionais de desenvolvimento como uma ação com potencial para dar respostas aos crescentes problemas urbanos de ordem social, decorrentes da crise econômica e dos resultados das políticas de ajuste estrutural ditadas pelas políticas neoliberais. O contexto era de junção das políticas ambientais internacionais com o tema da pobreza urbana e formulação de metas a serem adotadas pelos países, a exemplo das oito Metas do Milênio (BRAND; MUÑOZ, 2007).

Em 2000, a ONU junto com todos os Estados-Membros assumiram o compromisso de até 2015 atingir as seguintes 8 metas: erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. O alcance dessas metas deverá melhorar o destino da humanidade neste século.

Tais problemas sociais são pensados como os principais motivadores para realização de práticas agrícolas nas cidades, tal como exposto na Revista de Agricultura Urbana, em sua primeira publicação (MOUGEOT, 2000). A AU é apontada, também, como capaz de contribuir para a realização de outras três metas: reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e assegurar o desenvolvimento ambiental (PNUD, 1996).

O segundo argumento favorável à AU a coloca como uma alternativa plausível para o cultivo de alimentos – trazendo a ideia de cidade produtiva – para atender à população urbana marginalizada e desnutrida em um contexto de crises diversas. Passou a ser adotada pelos governos locais, muitos dilapidados

financeiramente, e incorporada, principalmente, nas políticas de promoção de segurança alimentar e de combate à pobreza urbana, (COUTINHO, 2010).

Brand e Muñoz (2007) apontaram um terceiro argumento que contribui para que a AU se torne prática de interesse dos governos locais: o potencial para promover inclusão social. Se adequarem à reestruturação produtiva do sistema capitalista, ampliou a desigualdade social e a marginalização econômica de grande número de trabalhadores que foram relegados à economia informal e às áreas informais da cidade. A AU torna-se elemento de inclusão social à medida que as iniciativas dos indivíduos e os saberes locais passam a ser valorizados e considerados elementos formadores de identidade cultural.

As práticas agrícolas interagem com as dimensões sociais, ecológicas e econômicas do urbano, mas ainda não são reconhecidas pelo planejamento urbano formal (COUTINHO, 2007). Para Crispim Moreira (2008, p. 243), a AU é meio de sobrevivência tanto dos “camponeses desterrados” quanto dos “operários pobres”. Ainda segundo Moreira, “famílias de trabalhadores nas metrópoles, diante da cidade que tudo lhes nega, tramam processos, traçam novos caminhos, reinventam caminhos, fazem da agricultura um modo de vida”.

Os argumentos de legitimação criaram condições favoráveis ao consenso de que a AU é uma área de intervenção pública, que apresenta benefícios potenciais e que pode ser realizada através do uso de uma variedade de espaços urbanos e contextos culturais. Tais argumentos são empregados pelas agências de desenvolvimento e ONGs internacionais e locais ao darem apoio financeiro e assessoria à inserção da agricultura nas políticas urbanas existentes e à formulação de novas políticas. Como resultado tem-se a formulação e execução de vários programas e projetos de AU, no início do século XXI, como linha de ação das políticas urbanas nacionais e internacionais, em várias cidades do mundo.

Em alguns casos, a prática da agricultura em cidades aparece fortemente como atividade de lazer descolada da referência do trabalho. Entretanto, tal ideia não pode ser generalizada, na medida em que a AU é, também, trabalho braçal, informal e não remunerado. A agricultura é realizada no tempo livre do trabalho

formal, quando existe, pois a deterioração dos salários e o aumento dos preços dificultam o acesso aos alimentos através das grandes redes de supermercados. A autoprodução aparece como complemento que permite a reprodução da vida. Esse processo mantém o trabalhador, mesmo nos espaços domésticos e comunitários, submetido ao trabalho para sobreviver.

A AU pode ser um importante elemento de reconstrução da sociabilidade ao favorecer a mudança de fatos que mantêm determinados comportamentos. Embora seja um desafio pensar em ações concretas na direção da construção de cidades sustentáveis e aglutinadoras de diversidade cultural no contexto de urbanização, é envolvente, justamente, o seu caráter multidimensional e pluriativo.



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

“Esse contato constante com a natureza que a gente vai trabalhando o solo, não é apenas para modificar o solo, mas para modificar o ser humano também”

Cláudia Visoni

3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E RURAL DO DISTRITO FEDERAL

Este capítulo dedica-se a proporcionar uma visão geral em relação aos aspectos do espaço do DF, perpassando pela organização geográfica e territorial da unidade administrativa.

Ao buscar compreender a realidade do DF, veremos que, a partir do processo de sua formação histórica, podemos identificar, na dinâmica de sua estruturação espacial, processos ligados à agricultura que não se perderam com a urbanização da cidade.

As relações cidade-campo na capital alteraram-se radicalmente a partir dos anos de 1960, configurando-se em novas formas espaciais. A agricultura que se encontra presente hoje está no meio do caminho entre campo-cidade, resistindo às intensas transformações estruturais.

3.1 O reordenamento territorial

Observou-se que a presença dos cultivos e dos sistemas criatórios não desapareceu nas metrópoles brasileiras nem nas cidades, mas é nas pequenas aglomerações urbanas que a relação com as atividades agropastoris é mais forte. Assim, podemos vislumbrar a existência de diversas lógicas de produção do território brasileiro, bem como múltiplas formas de relação entre o campo e os aglomerados urbanos.

Segundo Paul Singer, em **Economia Política da Urbanização**, os espaços urbanos foram formados porque foi possível produzir e/ou capturar um excedente alimentar que permitisse a uma parte da população viver aglomerada, dedicando-se a outras atividades que não a produção de alimentos.

Manuel Correia de Andrade expõe sobre a expansão da ocupação e a gênese e constituição da rede urbana brasileira, iniciando com as aglomerações litorâneas como base para a formação dessa rede:

A penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos coloniais próximos à Costa – Pernambuco, Bahia e São Vicente – visando à redução dos índios e sua escravização e a procura de pastagens para o gado, no Nordeste, e de ouro e pedras preciosas no sul do país. (ANDRADE, 1995, p.33.).

Historicamente, o momento de expansão da área ocupada pela sociedade luso-brasileira no período colonial (1500-1822) é a gênese da formação da rede urbana, quando os aglomerados passam a reunir condições substantivas para a realização das atividades agrárias, possibilitando uma transformação da relação hierárquica entre campo e aglomerados urbanos, o que se intensifica durante o período imperial (1822-1889) e do início da República (1889).

Desse modo, conforme afirma Maurício de Almeida Abreu (1996) as aglomerações urbanas estavam inseridas num Brasil fundamentalmente centrado no campo. E, principalmente, pós-república, o campo passa a depender dos aglomerados urbanos, pois estes passam a materializar condições para a realização da atividade agrária, tais como as beneficiadoras de cereais, revendedoras de instrumentos de trabalho, bancos, transportadoras.

Apesar da intensificação da dinâmica econômica urbana, em que se sobressaem as atividades comerciais e de serviços, as de gerenciamento e de pesquisa, não se pode negar a presença de atividades agrícolas no interior das cidades, bem como em suas bordas. Muito pelo contrário, indicaremos como tais atividades perduraram e se mantêm, estabelecendo núcleos de resistência ao arrasamento dos diferentes modos de vida sobrepostos caracterizadores tanto de nosso desenvolvimento territorial agrário quanto urbano.

Nem mesmo o espaço metropolitano – registro maior do processo criativo material e simbólico de “novas urbanidades” – pode ser entendido como sendo apenas marcado pelo urbano. Sua definição deve incorporar por infinitas situações marcadas por diversas nuances que se estabelecem entre o rural e o urbano.

No bojo desta relação, há movimentos de ressignificação da terra como fundamento da reprodução das relações sociais e alteram-se as mediações estabelecidas entre o campo e os aglomerados urbanos. A cidade não é um local

exclusivo do urbano, em seu predomínio, pois, nas diversas dimensões, uma delas o contingente demográfico, as tradições e práticas sociais ainda são muito marcadas pelo tempo lento do campo. É o urbano que vai transformando o rural presente nessas populações, metamorfoseando-as.

O estudo feito por Ibirá Perrucci Toledo Machado, acerca da agricultura realizada na metrópole de São Paulo, em grande medida revelou diversas situações, envolvendo migrantes nordestinos com práticas rurais, sobretudo as que se relacionavam aos sistemas de cultivo e aos sistemas criatórios.

No início de 2003, a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA) deu início ao Programa de Agricultura Urbana e Periurbana, buscando recuperar áreas públicas degradadas e criar alternativas de renda para pessoas em situação de exclusão social. Segundo Hans Temp, o primeiro coordenador de agricultura urbana da SVMA e fundador da ONG Cidades Sem Fome, o embrião dessa política pública germinou em junho de 2003, quando foi implantado o primeiro Núcleo de Agricultura Urbana (NAU) do Programa, localizado num terreno de 7.000 m² próximo ao viaduto Bresser, fruto de uma parceria entre a SVMA e a Subprefeitura da Mooca. (MACHADO, 2007, p. 54).

Além dos casos indicados por Machado, é exposta a forma como atividades rurais foram incorporadas à cultura urbana nos trechos seguintes:

Podemos não nos dar conta, mas muitas das festas que marcam hoje a sociedade urbana, nosso calendário anual, tiveram origem em tradições e crenças fundamentalmente rurais. É sabido que o carnaval, por exemplo, era uma celebração relacionada ao plantio, à fertilidade, à entrada da primavera no hemisfério norte, mas que foi incorporada ao calendário religioso cristão, precedendo a quaresma. No mesmo calendário religioso, é inegável a importância das festas juninas, hoje plenamente incorporadas pelo mundo urbano do consumo, tanto quanto o carnaval. No entanto, excetuando essas grandes festas que marcavam principalmente o ciclo agrícola do camponês, eram os encontros geralmente semanais que caracterizavam a festividade dessas sociedades. (MACHADO, 2007, p. 118).

Pensando assim, portanto, não só grande parte da cultura camponesa permanece nas práticas cotidianas desses sujeitos, alterando a forma de materialização e

apropriação do espaço urbano, mas também outra grande parte permanece guardada dentro deles, podendo ser ainda mais resgatada quando retornam às suas terras ou optam por mudarem-se para outras áreas rurais. (MACHADO, 2007, p. 122).

A proximidade física ou social contribui, enormemente, para a continuidade de práticas existentes nos locais de origem, permitindo que o *habitus* e o *ethos* sejam reificados, renovando-se com a mediação da vida urbana. Assim, das resistentes marcas do campo fazem-se símbolos identitários de uma histórica transição (campo-cidade) nunca superada, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento nacionais.

O embate entre a dinâmica do mercado imobiliário e uma área que esteja em processo de regularização de parcelamento fundiário representa um conflito latente entre a exploração direta da terra e a emergência crescente do novo urbano. Este, ao não abandonar o trabalho na terra, o tem como resistência ao estabelecimento hegemônico das cidades.

A existência de práticas agrícolas faz-se como resistência significativa à imposição do urbano que, aos poucos, se expande para atender à reprodução ampliada, diferenciada e contraditória do capitalismo sobre as cidades. Essa permanência esboça existências de lógicas diversas de produção do território brasileiro.

Assim, não é mais a concentração da atividade comercial e da prestação de serviços que marca as aglomerações brasileiras, porém uma infinidade de possibilidades, mediando a produção do território brasileiro, em que a relação entre o campo e os aglomerados urbanos não mantém um padrão uniforme, mas, sim, diverso. Essa complexidade se acentuou no momento mais contemporâneo, em que foram redefinidas as mediações e significados das aglomerações urbanas com a aceleração da economia por conta da compressão espaço-temporal das últimas décadas do século XX e início do século XXI, com o meio técnico-científico-informacional.

A noção de capital envolve, em tese, apropriação privada e, conforme salienta Putnam, a característica central do capital social é que se trata de um

bem público. Na perspectiva de Putnam e de Coleman, o capital social é um conjunto de recursos, cuja apropriação depende em grande parte o destino de certa comunidade. Neste sentido, o capital social, na obra de Putnam e na de Coleman, resume-se como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis” (BOURDIEU, 1979, p. 128), cuja distribuição social é necessariamente desigual e dependente da capacidade de apropriação de diferentes grupos. Embora Putnam não enfatize esta desigualdade, a acumulação de capital social é um processo de aquisição de poder e até de mudança na correlação de forças no plano local.

Assim, o conceito de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e nem sempre são estritamente egoístas. Nesse sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor.

Há uma nítida convergência entre os pressupostos subjacentes à noção de capital social e as premissas que dão lugar à formação do desenvolvimento territorial.

Entende-se que o território não é só a base física para as relações entre indivíduos e empresas, pois possui um tecido social, uma organização complexa feita por vínculos para além dos atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel no desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento territorial sustenta-se na formação de uma rede, que permite a existência de uma dinâmica. Na formação de redes territoriais densas e diversificadas, é que se desenvolve o significado do meio rural. No âmbito estatístico, segundo a classificação do IBGE, o rural é definido como o que não é urbano. Assim, qualquer localidade, distrito ou pequenos municípios são vistos como não rurais. O essencial é formular procedimentos que não separem as cidades das regiões rurais em que estão inseridas, ou seja, que permitam uma visão territorial sobre o processo de desenvolvimento.

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Se o meio rural for posto, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados.

Mais importantes que os fatores naturais são as instituições que continuam a reproduzir a ideia de que a forma mais fácil de extinguir a pobreza é a migração dos atores locais. Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo, em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em apoderar as populações que vivem nas áreas rurais das prerrogativas necessárias para que sejam elas a formadora dos novos territórios.

As transformações da sociedade atual, associadas aos novos padrões de produção e aos avanços tecnológicos, alteram profundamente as dinâmicas urbanas. Diante de uma urbanização que se intensifica e se dispersa, a cidade não permanece a mesma, juntamente a ela, são redefinidos a forma, a função e o conteúdo do espaço urbano.

Dentro da conceituação que é dada atualmente, a maior parte dos habitantes do planeta reside hoje em cidades. Segundo dados do Fundo de População das Nações Unidas (UNFRA), a população urbana mundial superou a rural em 2008. Cerca de 3,3 bilhões de pessoas vivem em áreas urbanas, espera-se que, em 2030, será cerca de 5 bilhões, o que corresponde a aproximadamente 60% da população do planeta. Isso demonstra a relevância das cidades no contexto da sociedade atual, mas, sobretudo, mostra a necessidade de se aprofundar a compreensão dos fenômenos urbanos e das forças e dinâmicas socioespaciais que estão relacionadas à produção do espaço urbano.

Ao longo do processo de urbanização mundial, as cidades têm passado por profundas transformações que afetam não apenas sua forma, mas também seu conteúdo. Os novos processos produtivos, os serviços avançados e a indústria de alta tecnologia ao mesmo tempo em que colocam em destaque as cidades como centros de uma economia globalizada, lugar privilegiado para o desenvolvimento social e econômico da sociedade contemporânea, alteram significativamente esses espaços ao criar uma nova realidade urbana.

A cidade se modificou para um tecido urbano de densidades múltiplas, que se espalha por um território extenso de forma dispersa, segmentada e fragmentada. Acrescenta-se a esse quadro de expansão do tecido urbano o processo de reestruturação do sistema produtivo, que conduz ao crescimento da participação do setor terciário na economia urbana e às alterações na localização e na concentração de atividades e empregos na cidade.

A resistência do rural em meio ao espaço urbano é um fenômeno que impacta as metrópoles e alcança as cidades médias, cuja constatação permite entender a configuração que esses espaços estão assumindo, a forma de articulação entre seus elementos e seus efeitos na dinâmica urbana.

Em Brasília, cidade planejada, cuja estrutura espacial urbana foi previamente concebida no plano urbanístico elaborado para a construção da nova capital, o Governo do Distrito Federal (GDF) acumula competências do poder público municipal e estadual e é o principal agente da produção do espaço urbano, uma vez que o GDF e o Governo federal possuem a maior parte da terra urbana e disponível para expansão urbana. Esse aspecto particular do DF coloca o poder público local como agente social.

Diante do contexto socioespacial urbano, os governos locais têm uma participação a ser elucidada, reconhecida e assumida, no sentido de que suas políticas devem promover o desenvolvimento urbano equilibrado e justo para com a população.

Sendo este um estudo dos espaços rurais entremeados ao espaço urbano, expomos algumas considerações sobre o espaço e sua produção, por

entendermos que esclarecem sobre a atuação do poder público na configuração espacial urbana do DF.

O espaço como instância social é a própria sociedade em uma de suas dimensões, materializada em formas espaciais. Nessa perspectiva, como lembra Milton Santos, “o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro” (1979, p. 16), ele produz suas próprias relações. A relação entre espaço e sociedade é assim colocada por Santos:

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. (SANTOS, 1997, p. 49).

O espaço constitui, então, possibilidade e resultado do modo de produção. Certamente, não há uma determinação econômica na produção de formas espaciais, pois os arranjos espaciais estão abertos à contínua renegociação à medida que processos interligados – econômicos, políticos e culturais – lutam por eles no espaço, gerando um resultado contingente e contencioso (GOTTDIENER, 1997).

Há relação direta entre os usos da terra e os arranjos espaciais, considerando que todo esse complexo conjunto de usos da terra se constitui na própria organização espacial da cidade.

Com a expansão da cidade, temos um tecido urbano construído de forma desigual e fragmentada pelo território, numa projeção de fragmentos múltiplos e isolados. As atividades do setor terciário impõem para a realidade urbana a necessidade de novos espaços, que se integram ao tecido urbano dentro de novas relações, como mercadoria e a partir do seu valor de troca.

Essa abordagem se aproxima da realidade urbana atual, que inclui a formação de uma cidade que se generaliza na medida em que se expande por um vasto território de limites pouco nítidos, ao mesmo tempo em que seus antigos referenciais são destruídos ou substituídos.

Na esfera da análise que foca os processos espaciais, está a AU, como espacialidade que se modifica diante das mudanças na cidade e no urbano,

submetida às lógicas territoriais que são geradas na produção do espaço e dos seus agentes.

Diante da dinâmica urbana que se configura, seria mais apropriado denominar o processo de reestruturação do espaço urbano como reordenamento territorial. Segundo Soja (apud SILVA, 2003, p. 28), reestruturação constitui uma ruptura de tendências seculares, uma mudança de ordem a partir da crise, envolvendo o desmoronamento e a tentativa de reconstituição, que gera (re)arranjos espaço-temporais.

Villaça (2001) adverte que esses sistemas constituem estruturas territoriais incorporadas e subjugadas à estrutura urbana, uma vez que a infraestrutura pode ser produzida a qualquer tempo, adequando ou readequando os espaços a determinados usos. O sistema viário materializa no espaço o direcionamento de fluxos no tecido urbano, consiste em uma infraestrutura territorial essencial ao desenvolvimento urbano, atuando tanto na manutenção de relações como na criação de novas.

No Brasil, o Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck (1956-1960) enfocou o planejamento, as questões urbanas foram remetidas aos grandes projetos de criação de novas cidades capitais a exemplo de Brasília, de Belo Horizonte e de Goiânia, tratava-se de um “urbanismo de luxo” (MONTE-MÓR, 2006, p. 72). O sistema de planejamento econômico nacional, no período, preponderou sobre o planejamento urbano local. Direcionavam-se no sentido de prover as cidades de uma organização espacial que atendesse às demandas do crescimento econômico, contexto no qual surgem os planos urbanos de caráter físico-territorial.

O planejamento urbano físico-territorial está ligado às ideias modernistas do urbanismo, se preocupa com o traçado urbanístico e a definição do uso e a ocupação do solo. Os planos assim concebidos são fundamentalmente regulatórios, neles o Estado faz uso do poder de controle e disciplinamento do espaço urbano, não se atém a orientar o conjunto de investimentos necessários ao desenvolvimento urbano.

A existência de uma base legal para o planejamento urbano no País, não faz com que ele assim seja elaborado na prática do planejamento físico-territorial, pois há elementos oriundos de outros planejamentos ligados a dinâmica social e a de mercado. Esse planejamento é direcionado para os municípios e para o DF, entes federados que têm de condensar todas as questões urbanas importantes no plano diretor.

Na atividade de planejamento urbano, é preciso reconhecer que a cidade, produto de processos socioespaciais, não é uma máquina controlável pelo poder público local, outros interesses ligados a grupos sociais podem se tornar mais contundentes na produção desse espaço.

Os planos diretores urbanos referem-se à tarefa de pensar o futuro da cidade e estabelecer as condições para que os objetivos almejados venham a ser alcançados, ordenando a ocupação do espaço urbano no presente. É uma atividade eminentemente política que coloca em jogo o sentido e as finalidades da vida coletiva, por natureza, uma atividade do poder público, ente que deve ser bem organizado e ter capacidade de intervenção e de realização de investimentos, ou seja, capaz de implementar os planos.

A definição dos planos diretores como instrumentos centrais das políticas públicas urbanas foi estabelecida na CF/1988, que institui em seu art. 182 o Plano Diretor Municipal, instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana, a ser obrigatoriamente elaborado para os municípios com mais de 20.000 habitantes.

A matéria foi regulamentada pelo Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, a qual define que os Planos Diretores devem promover o pleno desenvolvimento das funções sociais urbanas, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

O Estatuto representa uma evolução da visão jurídica sobre a ordenação e uso do solo urbano, além de instrumentalizar diretrizes que priorizam o fim da retenção especulativa de imóveis urbanos, busca a socialização dos benefícios e ônus do processo de urbanização e ainda da gestão democrática da cidade. A

gestão democrática consolida a participação popular na formulação, execução e acompanhamento do planejamento e incentiva a participação nas decisões e na gestão das cidades, além de permitir o controle social das políticas de interesse público, para que sejam adequadas à situação financeira-social e privilegiem investimentos geradores de bem-estar coletivo, (BRASIL, 2001; ARAÚJO, 2004; SANTOS, 2005).

A complexidade e a diversidade de usos dos espaços urbanos evidenciam que o planejamento convencional não deu conta de padronizar comportamentos, ordenar e modernizar todos os setores da vida social (HISSA, 2006). O planejamento encontrou outras dificuldades, como suprir necessidades básicas como habitação e saneamento em condições adequadas para a população urbana. No entanto, é possível visualizar ações populares que interferem no planejamento.

Se, formalmente, planejar implica abstrair, criar normas e instrumentos de ações públicas de modo a organizar os espaços urbanos, então ao refletir como o planejamento urbano pode apoiar os cultivadores da AU para que ganhem autonomia ao serem capacitados e para que acessem os insumos necessários para desempenho de suas práticas cotidianas podendo contribuir para a sistemática urbana.

Assim, abordamos o espaço urbano e suas relações com o social, econômico, político, seu planejamento, além de buscar o diálogo com reflexões constantes na Geografia como a relação campo-cidade/ rural-urbano levando-nos a compreender as relações com a AU.

É importante colocar que a reforma urbana não se restringe ao requerimento de mudanças legais facilitadoras do acesso ao solo urbano para moradia, mas refere-se, também, a outras mudanças que possam garantir o direito à cidade. Isso implica a participação e o controle social sobre os gastos do Estado, o que poderia viabilizar a socialização de bens e serviços públicos favoráveis. Ter direito à cidade é ter direito de usufruir da cidade que se ajuda a produzir, mas, também, poder usufruir de todos os outros direitos, como saúde, educação, moradia e alimentação.

Conforme Edésio Fernandes (2001), diversas formas de discriminação fizeram com que surgissem as não cidades, ou a segregação social e espacial de ampla parte da população, como está estampado no território da maioria das cidades brasileiras. Para modificar essa situação, é necessário democratizar a fim de incluir nos processos decisórios de interesse público um número amplo de pessoas que viabilizarão direitos independentemente do gênero, cor, raça, religião e ideologia política.

Como exemplo da conjunção de planejamento, democratização e espaço urbano, temos o Programa Cidade Cultivando para o Futuro – CCF (2005/2008), que ampliou as discussões públicas sobre a viabilidade de inserção de práticas agrícolas em cidades metropolitanas e sobre sua incorporação nas políticas de planejamento e gestão do território urbano (FAO, 2008).

3.2 O processo de urbanização no Distrito Federal rural

O presente tópico tem o objetivo de apresentar o contexto do processo de urbanização e de estruturação de Brasília. Abordaremos o projeto elaborado para a cidade, tentando trazer as concepções pensadas para o espaço urbano da nova capital federal. Esse espaço urbano evoluiu desde a implantação da cidade até o momento atual, em que assumem dimensão os processos de metropolização. O contexto econômico é um processo de estruturação da economia local, ressaltando as atividades de maior participação na produção e na geração de empregos. A dinamicidade da capital federal gera impactos dessas dinâmicas, urbana e econômica, na agricultura.

Para compreender a evolução urbana e a estruturação econômica de Brasília, a abordagem dos processos segue três fases da sua história: da concepção até a implantação; a fase da sua consolidação como sede do Governo federal na década de 1980; e a última fase corresponde ao período da década de 1990 até os dias atuais, com os processos de metropolização.

A proposta de mudança da capital federal para o interior do País ocorre no governo Juscelino Kubitschek, fundamentada no Plano de Metas (1956-1960), com o projeto modernista de Lúcio Costa. Brasília representava a incorporação de uma região praticamente desabitada e isolada às áreas ligadas ao processo de desenvolvimento nacional. Assim pensou-se a cidade moderna.

Da elaboração do plano urbanístico para a implantação da capital federal e a apropriação pela sociedade, Brasília percorre uma trajetória que parte das ideias transformadas em traços num papel até a construção de uma realidade urbana concreta, revelando como a cidade pensada em todos os seus elementos é inserida no contexto urbano do País, com os mesmos problemas e questões comuns às demais grandes cidades brasileiras. Nesse caminho, perde-se a ilusão de que o planejamento seria capaz de criar outro tipo de espaço, dissociado ou mesmo liberto das forças sociais que lhe conferem conteúdo. Assim, percebemos que a dinâmica social vai além do planejamento, pois este não abarca todas as nuances.

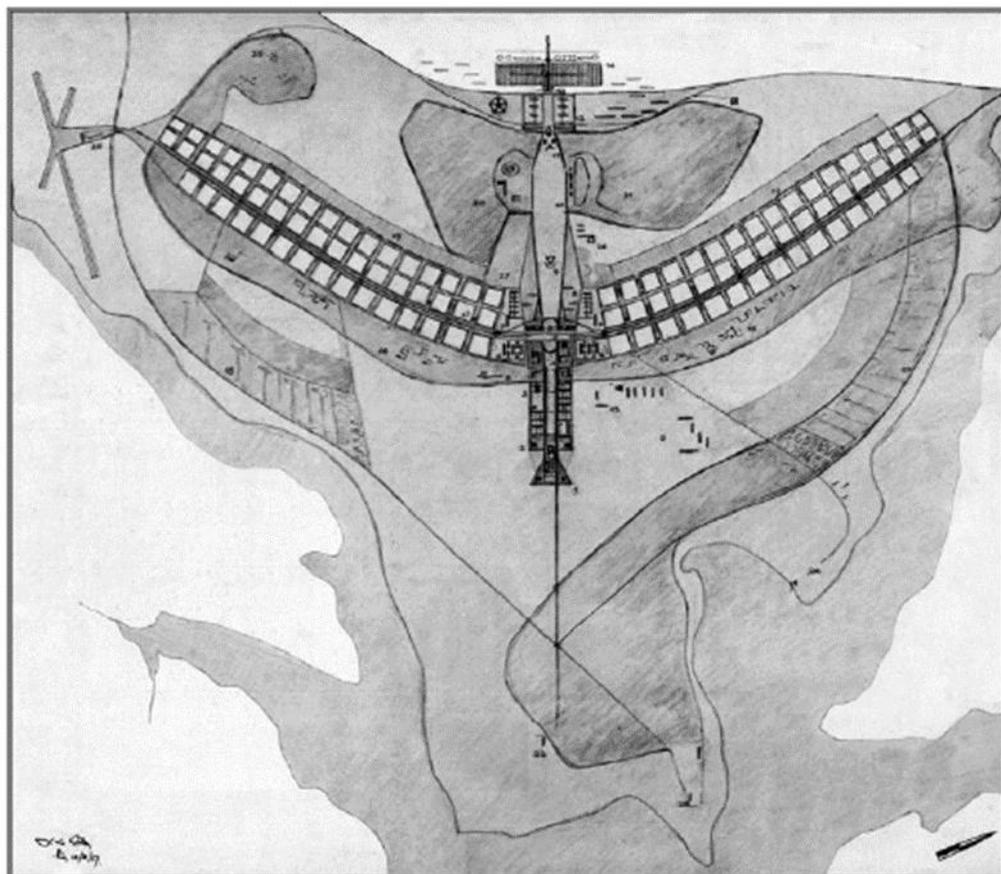
A concepção de Brasília segue os princípios do urbanismo moderno, em que se tenta produzir nas cidades racionalidade e funcionalidade, de maneira a alcançar os aspectos da vida urbana, enquadrando-as em quatro funções básicas: morar, trabalhar, divertir-se e circular. As ideias promovidas em torno da cidade modernista surgem como resposta aos problemas urbanos oriundos da industrialização e da desordem das cidades. Para contornar essa situação, desenvolveram projetos racionais, tecnicamente coerentes e articulados por profissionais capacitados. Peluso (2003) expõe que as ideias urbanísticas modernistas adquirem um caráter de mito, na perspectiva de responder às mazelas urbanas que cresciam. A elas são conferidas a capacidade de modificar a sociedade, de solucionar os mais diversos problemas urbanos.

A visão estritamente tecnocrática dos modernistas pretende a construção de cidades estruturando o presente e o futuro, mas ignorando os fatores sociais, as tradições culturais e a historicidade, ignorando as relações espaciais, produto de um longo processo histórico e social.

Para compreender a formação de Brasília, é importante compreender essas concepções, pois essas ideias modernistas estão expressas no projeto de

Lúcio Costa para a nova capital federal (Figura 5). Ele atendeu às prescrições de Le Corbusier em La Ville Radieuse no projeto do Plano Piloto, que valoriza a funcionalidade das áreas, a manutenção de espaços livres e um sistema viário de grandes proporções. Para Le Corbusier (apud HALL, 1995, p. 246), o centro surgiria naturalmente no cruzamento de uma planta em forma de cruz, onde os altos edifícios conteriam a grande maioria dos empregos, segundo seus cálculos 24 desses edifícios forneceriam cerca de 400.000 a 600.000 empregos. A área central assim concebida deveria ser atravessada por amplas avenidas, a fim de facilitar o acesso e a mobilidade da população aos locais de emprego, comércio e serviços.

Figura 5: Plano Piloto de Brasília desenhado por Lúcio Costa



Fonte: Revista Módulo, n. 8, 1957, In: SEDUH, 2004.

As intenções, as soluções urbanísticas e as alternativas de desenho urbano esquematizam um espaço urbano que foi construído pelo planejamento e foi entregue à sociedade, na expectativa de que essa viesse a se adequar às disposições do plano.

No entanto, ao se apropriar da cidade, a sociedade interage com sua espacialidade e dessa relação dialética surge uma realidade concreta e dinâmica, que não segue estritamente as indicações dos planos. As transformações que atingem Brasília estão vinculadas à cidade vivida e produzida pela sociedade, que promove a evolução da ocupação urbana e a sua estruturação econômica.

Brasília foi projetada e implantada com a economia centrada no processo de extração fiscal da receita, situação defensável no início, diante da necessidade de implantar uma cidade numa região de economia pouco desenvolvida. Diante disso, o papel de polo de desenvolvimento regional tornou-se contido, restringido ao provimento de infraestrutura, principalmente, rodoviária, que favoreceu o escoamento de produtos agrícolas de toda a região, e à constituição de fronteira urbana para atendimento de demandas sociais e do centro regional terciário (STEINBERGER, 1999, p. 47).

A estruturação econômica do DF desenvolve-se, por um lado, atendendo à função administrativa que lhe foi previamente definida, tal como sede do governo federal; e, por outro, buscando alternativas de atividades que provejam as demandas necessárias para o seu desenvolvimento.

Nas décadas de 1960 e 1970, período de implantação da cidade, Brasília alterou, significativamente, a estrutura econômica da área onde foi instalada, cuja base estava vinculada ao setor primário. As atividades de edificação da cidade permaneceram pela década de 1960, colocaram a construção civil como um dos principais motores da economia local. É a partir de 1970 que Brasília afirma-se como centro administrativo nacional, quando as embaixadas e vários órgãos da administração direta e indireta do governo federal são definitivamente instalados na cidade.

Segundo dados do IBGE, as atividades do setor terciário, em 1970, já representavam 70,99% da população ocupada no DF. Assim, Brasília desenvolve sua estrutura econômica com base no terciário. No setor secundário, estava 24,9% da população ocupada, percentual que incorpora os trabalhadores da construção civil, atividade impulsionada pelo dinamismo do mercado imobiliário, devido ao processo de urbanização. No setor primário, apenas 4,11%

da população permanecia ocupada, evidenciando o papel modesto da agricultura e pecuária na economia do DF, desde a sua formação, segundo o IBGE.

É a partir de 1990 até os dias atuais que a economia do DF se consolida constituindo-se principalmente das atividades do terciário. Brasília vem tornando-se uma metrópole terciária de destaque na realidade nacional.

A evolução urbana no DF demonstra como as indicações do plano elaborado para a implantação da cidade foram apropriadas pela sociedade na produção de sua espacialidade, aproximando do contexto em que se insere a formação e transformação de Brasília nas dinâmicas urbanas.

No período que engloba as décadas de 1960 e 1970, a ocupação do DF foi marcada pelo forte crescimento populacional, que superou as expectativas. Brasília transforma-se em um centro de correntes migratórias, num momento em que a urbanização do País assume ritmo mais acelerado, ampliando o êxodo rural, com transferência de contingentes populacionais do campo para a cidade. A população do DF passa de 141.742 habitantes no ano de sua inauguração, em 1960, para 537.492 habitantes, em 1970, representando uma taxa de crescimento para o período de 14,26% ao ano (SIEDF/CODEPLAN).

O processo de urbanização implantado em Brasília é caracterizado pela descentralização da população em todo o território do DF. Tendência que se confirma com a implantação de novos núcleos urbanos nos anos seguintes à inauguração da cidade. A contenção da distribuição de terras no Plano Piloto realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) privilegiou o atendimento aos organismos públicos do governo federal, mantendo sem atendimento a demanda por moradia da população de operários e de novos migrantes, que continuavam chegando atraídos pelas oportunidades na nova capital, ocasionando diversas invasões na cidade recém-inaugurada.

O processo de expansão urbana decorre de ações contraditórias do governo do DF. De um lado, exerceu o controle da ocupação não ofertando novas áreas para urbanização. Desse modo conteve o crescimento urbano, principalmente, com relação às áreas destinadas à população de baixa renda.

De outro lado, permitiu a informalidade da ocupação urbana, pois não fiscalizou o suficiente.

O controle da oferta de terra urbana por parte do GDF levou à formação de processos espontâneos e informais de produção do espaço urbano em todas as faixas de renda, que, juntamente com outros fatores relacionados à valorização imobiliária, fazem com que as regras rígidas do urbanismo e a racionalidade do projeto original sejam ultrapassadas. Essa expansão urbana é promovida, principalmente, pela apropriação informal do solo com o uso urbano, por meio de invasões de áreas públicas e de parcelamentos ilegais de áreas privadas, que vieram a se implantar prioritariamente em áreas de unidades de conservação constituídas, particularmente nas Áreas de Proteção Ambiental (APA). Tal movimento reorganiza o espaço urbano segundo as exigências da acumulação capitalista, na medida em que a ocupação irregular captura estas novas áreas para o mercado de terra urbana e para a reprodução do capital (PENNA, 2003).

Segundo dados da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), os lotes desocupados no Plano Piloto, Cruzeiro, Octogonal, Sudoeste e Candangolândia, conforme estudo sobre vazios urbanos (MARTINS, 2009), correspondem em grande parte a doações a instituições governamentais. Já as áreas particulares permanecem desocupadas na expectativa de obtenção de maior rentabilidade econômica com possível mudança da legislação de uso e ocupação do solo, estando em um processo de especulação imobiliária.

A evolução da ocupação urbana no DF se caracteriza pela dispersão da residência com a criação de núcleos urbanos de forma esparsa, distantes entre si e do Plano Piloto, num padrão polinucleado de estruturação do espaço urbano. Essa dispersão reproduz a apropriação desigual da cidade, reforçando a fragmentação social do tecido urbano que se estende para fora do DF e a sua polarização espacial.

Apesar do controle do projeto urbanístico inicial, reforçado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ao tombar a concepção urbanística, a formação e a apropriação do espaço em Brasília seguem rumos próprios, que encontram um contexto específico de evolução urbana social e de

estruturação de sua economia, tornando-a expressão da relação entre o que foi planejado e a sua espacialização como realidade urbana.

A partir da década de 1990, os planos de caráter eminentemente territoriais cedem lugar aos planos de ordenamento territorial, que pretendem articular as diversas políticas setoriais às propostas de impacto sobre o território. Seguindo essa vertente, os Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT) de 1992, 1997, 2009 e 2012, são instrumentos de planejamento que se aproximam do modelo de plano integrado, incluindo, além do macrozoneamento do território, diretrizes e previsão de programas e projetos de políticas setoriais.

A Constituição Federal de 1988 foi fundamental para a elaboração desses instrumentos, pois ocorre um novo contexto político-administrativo para o DF. A Carta Magna, então, confere autonomia de ente da federação, reunindo competências de estado e município. Passa a ser obrigação do GDF a elaboração e implementação do plano diretor urbano para Brasília.

O desenvolvimento de uma cidade real cada vez mais distante da cidade legal fomenta a necessidade de adequar o PDOT às determinações do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001), que estabelece uma nova ordem jurídica para execução da política urbana a ser atendida por estados e municípios, em especial quanto ao conteúdo mínimo do Plano Diretor – fizeram com que o GDF desse início, em 2005, ao processo de revisão do PDOT/1997.

O planejamento urbano no DF passou por uma mudança de percepção com a elaboração dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial. Esses são planos de caráter integrado, que articulam políticas setoriais, incluindo a indicação de programas e projetos específicos que visam ao enfrentamento de questões relevantes para a cidade. São, portanto, mais próximos à realidade, pois contemplam propostas que envolvem a localização de atividades produtivas e a promoção da acessibilidade intraurbana. Entretanto, é na implementação que se compreende como essa mudança de concepção dos planos impacta a realidade urbana, ou seja, como o processo de planejamento se articula na execução de projetos e ações.

O PDOT do DF vigente foi instituído pela Lei Complementar n. 854, de 15 de outubro de 2012, que é uma revisão atualizada da Lei Complementar n. 803, de 25 de abril de 2009. Além de consistir em instrumento da política urbana e de ordenamento territorial para todo o DF, adequado à nova ordem jurídica introduzida pelo Estatuto da Cidade, Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, o PDOT/2012 é bastante abrangente em seu conteúdo, engloba temas cruciais para o desenvolvimento da cidade, como a regularização fundiária, e propõe estratégias de intervenção sobre o território, assumindo um caráter de plano integrado e estratégico.

Apesar da tentativa de integrar o DF, atingir esse objetivo é difícil. Realmente, precisa-se de um plano estratégico, pois do ponto de vista econômico o DF e seu eixo principal, Brasília, têm destaque na participação do setor terciário e na vocação para prestação de serviços. Já, nas demais Regiões Administrativas (RA), é crescente a participação da industrialização e da comercialização de bens de consumo, tanto primários, quanto com valores agregados.

O DF é uma unidade da federação que se diferencia dos estados brasileiros. Este ente federativo tem características próprias que fogem do modelo de organização territorial, em vez de municípios, divide-se em RA.

A RA é conhecida como o espaço geopolítico e econômico com administração própria e subordinada aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em âmbito municipal, estadual ou distrital. O objetivo é administrar e coordenar os serviços essenciais e os interesses locais. Os administradores dessas regiões são nomeados por indicação do governador.

O DF possui 31 RA, a saber:

Quadro 1: Regiões Administrativas do Distrito Federal

RA I – Brasília	RA II – Gama
RA III – Taguatinga	RA IV – Brazlândia
RA V – Sobradinho	RA VI – Planaltina

RA VII – Paranoá	RA- VIII – Núcleo Bandeirante
RA IX – Ceilândia	RA X – Guará
RA XI – Cruzeiro	RA XII – Samambaia
RA XIII – Santa Maria	RA XIV – São Sebastião
RA XV – Recanto das Emas	RA XVI – Lago Sul
RA XVII – Riacho Fundo	RA XVIII – Lago Norte
RA XIX – Candangolândia	RA XX – Águas Claras
RA XXI – Riacho Fundo II	RA XXII – Sudoeste/ Octogonal
RA XXIII – Varjão	RA XXIV – Park Way
RA XXV – Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA) que inclui a Estrutural	RA XXVI – Sobradinho II
RA XXVII – Jardim Botânico	RA XXVIII – Itapoá
RA XXIX – Setor de Indústria e Abastecimento (SIA)	RA XXX – Vicente Pires (inclui a Colônia Agrícola Samambaia e a Vila São José)
RA XXXI – Fercal	

Fonte: Anuário, 2013.

A análise do papel dos planos diretores abrange os aspectos relacionados à convergência entre eles e à forma como o planejamento e os investimentos no espaço urbano concorrem para a transformação da agricultura no DF.

A pesquisa propõe elementos espaciais que atuam na sua sustentação, identificados como a concentração de atividades, relacionadas ao que se apresenta fixo no espaço, e a acessibilidade, relacionada aos fluxos que sustentam as relações no espaço. Esses elementos foram acionados na análise da prática da AU.

A transformação das urbanidades constitui um fenômeno associado aos novos padrões de urbanização e às novas estruturas produtivas de uma economia urbana fundamentalmente voltada para atividades terciárias, transformando, muitas vezes, áreas rurais em rugosidades, tal como resquícios de um passado não tão distante.

O poder público, diante de demandas nas grandes cidades por uma melhor articulação do espaço urbano, expandido pela intensa urbanização, atua por meio de instrumentos como os planos diretores urbanos e os investimentos em infraestrutura e logística.

A estruturação da economia urbana e a evolução da ocupação revelam como se desenvolveu o processo de apropriação da cidade planejada para ser capital federal.

3.3 A agricultura e o espaço urbano na capital federal

A agricultura, anteriormente, era relacionada com todo o conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural e tudo que se produzia era para consumo próprio daquele que produziu ou da comunidade local rural. O que era produzido em excesso era comercializado diretamente nas pequenas cidades.

Segundo Nascimento (2004, 42):

a agricultura brasileira até meados do século XX era caracterizada pela predominância de uma monocultura econômica como o café, a cana, o algodão, dentre outros, além do que se produzia para abastecimento próprio. No âmbito das propriedades rurais eram produzidos e adaptados os veículos de transporte como carros de boi, carroças, ferramentas, além dos insumos básicos necessários à produção agropecuária tais como adubos orgânicos, sementes e defensivos químicos.

Com o avanço tecnológico, a agricultura sofreu grande interferência de novas tecnologias e conceitos a respeito de propriedades rurais e sobre sua fisionomia inicial.

Desse modo, o agronegócio pode ser considerado como um sistema integrado; como uma rede de negócios, pesquisa, estudos, ciência, tecnologia, marketing e outros, desde a origem de um produto (matéria-prima), produtos finais com valor agregado em seus mais variados setores até a chegada ao cliente.

A AF trata-se de segmento de destaque no cenário nacional por sua produtividade. Apresenta indícios de descapitalização, reflexo da baixa remuneração de seus produtos, endividamento e baixo poder de negociação na comercialização de seus produtos (MELO, 2001).

Com o crescimento das cidades, alguns espaços rurais foram inseridos nas metrópoles, foram ocupados por atividades não agrícolas que constituem uma forma de prática imobiliária, com atividades voltadas ao lazer e de cunho apelativo em contraste à agitação da cidade, consumindo, assim, as poucas áreas verdes e de preservação que ainda restam.

Para se observar a agricultura na capital federal, foi necessário refletir sobre o que havia, que atividades existiam, que relações eram praticadas nessa região onde se instalou o DF. O autor Paulo Bertran afirma havia histórias e centralidade nessa região.

Eis que o Distrito Federal não era “sertão incomunicável” e, ao contrário, muito transitado nessa época, através de duas das três principais “estradas” da capitania: a da Bahia pelos Registros de Santa Maria e Lagoa Feia e a de Minas pelo de Arrendidos. A centralidade do Distrito Federal antecede em 200 anos à sua geopolítica. (BERTRAN, 2011, p. 290).

Bertran traz a história do DF antes mesmo desse ente existir. Constata-se que nomes tão comuns, atualmente, no dia a dia da capital, têm mais de 200 anos de história, tais como Gama, Torto, Vicente Pires, Taguatinga entre outros.

O governador ia da Contagem de São João com destino a Luziânia, o que na época levava no mínimo dois dias de marcha a cavalo. Trinta e três quilômetros além da Contagem pousou em alguma parte do ribeirão do Gama, que é muito extenso, despejando-se desde o chapadão do Gama até verter no lago sul, além da Península dos Ministros, passando antes pelo aeroporto Internacional de Brasília.

[...] o Torto, rio geologicamente novo, que justamente por vaziar águas de suas tortuosidades, costuma formar uns pântanos pouco transitáveis, e o ribeirão de Vicente Pires nome de um cidadão que ali se instalou em data ignorada e que já havia falecido à época do registro paroquial (1857), e cujo ribeiro tem suas origens no chapadão de Taguatinga. O Vicente Pires tinha extensas matas de galeria, conforme mostra-nos o Relatório Belcher em 1954, indicando terras ribeirinhas de alguma fertilidade. (BERTRAN, 2011, p. 290-291).

No que diz respeito à ocupação e às práticas agropecuárias, existia na região as sesmarias do sertão, que eram extensas, dimensionadas tanto para a criação extensiva de gado vacum e cavalar como para a agricultura em geral. Nesse período, não existiam as cercas de arame, o gado era criado à larga, misturado, identificado apenas pela marca do proprietário. Os animais eram servidos com sal nas águas e durante a seca os campos e as veredas eram queimados para fornecer os sais minerais necessários aos bovinos (BERTRAN, 2011).

Nas secas, que sempre foram um problema sério do Planalto, o gado, cheirando a umidade do ar, migrava espontaneamente para as lagoas e veredas de buritis da região. Disse-nos José Dilermando Meireles que era costume, assim que se anunciava a seca, os criadores de gado em comunhão porem fogo nas veredas, garantindo pastagens verdes por toda a estiagem. Imaginamos que algumas centenas de cabeças de gado reuniam-se ali entre maio e setembro, ruminando a massa verde disponível nos sangradouros aquosos da borda das chapadas. Para os lados de Luziânia, lembra Dilermando Meireles, notabilizaram-se nas estações secas as veredas do Gama, nas cabeceiras dos ribeirões da Saia Velha, Alagados e Santa Maria. Encostado ao Núcleo Bandeirante e ao Lago Sul, o Riacho Fundo também era excelente criatório na estação das secas. (BERTRAN, 2011, p. 313).

No que diz respeito à agricultura, existia uma produção, alguns sitiantes, chacareiros e agregados. Assim, existia uma população local que se relacionava e contribuía na produção espacial daquele período, base histórica do DF que

temos atualmente. Podemos perceber a existência dessa população com suas produções em Bertran:

Os dois sítiantes do Paranoá que vimos não os tinham, mas era frequente, na maioria dos sítios, a criação de leitões e fabricação de farinha de mandioca. Bem mais raros são os produtores de fumo, de trigo, e de óleo de “mamono” para iluminação. [...]

Estes sim, eram grandes produtores, e não apenas dos subprodutos da cana-de-açúcar, mas igualmente de milho e feijão. Cada engenho reunia em si volumes de produção superiores a 30 vezes a produção de um sítio de subsistência. O engenho do capitão Gabriel Fernandes Roriz produzia 550 alqueires de milho, mas o de São Sebastião, a que Pohl se refere acima, chegava a 750. O capitão Roriz, porém, produzia mais feijão, mais algodão, mais cana e farinha de mandioca do que seu concorrente, que por sua vez especializara-se e que apresentava, de longe, a maior produção regional de mamona, arroz e de pecuária suína. [...]

Eram os dos maiores engenhos do julgado e pagava em de impostos, geralmente à vista, algo como 120 gramas de ouro por ano. [...]

Finalmente havia os chacareiros do próprio arraial de Santa Luzia e que deviam ser os abastecedores da população urbana. Eram três grandes chácaras [...] a primeira de José Pereira de Mello e mais 22 “agregados” e a segunda do capitão Francisco de Araújo Palmeira e mais 23 daqueles “agregados”, e a terceira, com apenas quatro agregados, de Isébio da Silva Campos, na chapada do arraial. (BERTRAN, 2011, p. 378-379).

Percebe-se que a produção de pecuária suína, mandioca, cana-de-açúcar, milho, feijão, algodão era existente e não somente para subsistência, pois havia populações que necessitavam de produtos agropecuários. Assim, a capital federal não foi instalada sobre um “vazio”, havia produções humanas, sociais e alimentícias.

A mudança da capital do País para o planalto central pertencia a um dos mais antigos ideários nacionais, desde a Inconfidência Mineira, amadurecendo a ideia durante a construção de duas Constituições, as de 1891 e de 1946. Mas somente com a conjuntura econômica nacional nova, decorrente da abertura do mercado brasileiro às indústrias multinacionais, na década de 1950, viabilizou-se a vinda da capital federal para ao planalto central.

Construiu-se Brasília a partir de 1957. Em ritmo acelerado, essa construção promoveu uma reorientação dos fluxos de migrações dirigidos ao

Centro-Oeste. A cidade em si, durante os primeiros 25 anos, pouco alterou o contexto econômico regional, permanecendo como um enclave pouco integrado à região, apesar de sua vocação demográfica extravasante, abrangendo áreas goianas do entorno, (BERTRAN, 1988).

Com a construção da nova capital, em meados da década de 1950, houve a instalação de mais fazendas na região, em busca de novas perspectivas e novas relações agrícolas, que acompanhavam os novos conceitos de desenvolvimento. Com isso, as transformações no bioma do Cerrado foram rápidas, tal qual a construção da capital e a sua extensão, tal qual o plano de desenvolvimento da época desejava, deixando, assim, os impactos ambientais. O desejo por esse tipo de desenvolvimento era tanto que instituíram um programa de crédito rural, trazendo para a região grande quantidade de recursos, brasileiros e do exterior, principalmente, para o desenvolvimento de fertilizantes e agrotóxicos.

Também houve investimentos na aquisição de imóveis rurais para pequenos produtores, o que não reduziu o êxodo rural característico no período (MAGALHÃES, 2004).

Esse *modus operandi* se intensificou ao longo das décadas seguintes. Somente no fim dos anos 1970 é que a temática ecológica começou a ser difundida no País. Em 1983, o DF iniciou a consolidação do movimento, com a instalação de um ensaio de regeneração biológica do solo na Escola Agrícola de Brasília. Mas foi na cidade de Brazlândia que começou, a partir da Fundação Zoobotânica, o surgimento de produtores orgânicos e de entidades ligadas a essa área como difusores e organizadores da produção orgânica com caráter mais empresarial (MAGALHÃES, 2004).

Paulo Bertran traz uma perspectiva interessante que serve como um diagnóstico envolvendo o desenvolvimento agrícola e as relações em meio urbano da região:

Assim se por um lado, desde que se desenvolveram tecnologias agrícolas para o cerrado, a região continue sendo potencialmente a melhor opção para a expansão de áreas agrícolas do país, por outro lado seu sistema de distribuição de renda e de empregos, tendendo cada vez mais à terceirização,

faz crescer a sugestão de maior ênfase na industrialização intermediária, periférica, como forma de manutenção do equilíbrio econômico e social. (BERTRAN, 1988, p. 139).

Na década de 1990, surgiram vários projetos voltados para a agricultura orgânica. Japão e Brasil realizaram um convênio pelo cultivo orgânico no DF, por meio da Fundação Mokiti Okada (MOA), mas o projeto não teve continuidade, apesar de ter gerado uma rede de produção e comercialização de produtos orgânicos. A Universidade de Brasília (UnB) também elaborou um projeto de educação alimentar baseado no aproveitamento e utilização de hortaliças orgânicas, que gerou a instalação da Horta Orgânica do Palácio do Planalto. Esses e outros projetos, mais a ampla divulgação dessas iniciativas somada a outros fatores, provocou um crescimento de mais ou menos 20% para o setor (MAGALHÃES, 2004).

Outro grande avanço para o setor consistiu na aprovação da Lei Orgânica, em 1993, que deu competência ao governo local para implementar políticas de desenvolvimento rural, com planejamento de ações de conservação, preservação, proteção, recuperação e fiscalização do meio ambiente. Todas essas ações culminaram na inclusão da agricultura orgânica como projeto para a Secretaria de Agricultura do GDF e para a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF). Posteriormente, em 2012, a EMATER-DF lançou como programa prioritário a AU.

A cidade de Brasília experimentou notável crescimento demográfico no período de 1990 a 2000. A orientação da produção agrícola, antes voltada para subsistência, passa a ter o estímulo de expansão do mercado consumidor, com o crescimento demográfico da cidade. O crescimento do mercado interno e o apoio técnico do governo viabilizaram a utilização intensiva da terra em áreas próximas à cidade e propiciaram o estabelecimento de empreendimentos agrícolas e agroindustriais, especialmente, os de estrutura familiar, gerando impacto direto sobre o emprego e a renda do DF.

Nesse contexto, a AF no DF experimentou um período de significativo crescimento, taxa média de crescimento da produção de 6,9% no período de 1990 a 1999. Segundo Melo (2001), em 1991, existiam 5.962 imóveis rurais; em

1997, esse número alcançou 14.146 imóveis, dos quais cerca de 60% apresentavam áreas de menos de 10 ha. Em 2000, os produtores de hortaliças do DF ocupavam uma área de 7.458 ha, distribuídos em 15 núcleos rurais. A área de cultivo apresentou crescimento médio de 5,1% na década de 1990.

Dentre as principais vantagens para a prática de agricultura no DF, pode-se citar: disponibilidade de terra e água de boa qualidade, mão de obra familiar abundante, infraestrutura de assistência técnica governamental e proximidade do mercado consumidor. Neste contexto, a realidade sobre a qual se assenta a AF em Brasília é favorável para uma produção eficiente, eficaz, competitiva e capaz de gerar riqueza para seus participantes, contribuindo para o crescimento econômico da região.

Conforme destacou Orsi (2001), a agricultura no DF trabalha em contexto muito diferenciado da realidade nacional, pois nesse território o rural se confunde com urbano ou estão muito próximos. Os produtores do DF contam com situação privilegiada em termos de estrutura básica disponível, contando realmente com a assistência de serviços essenciais não só para o funcionamento de seus empreendimentos, mas praticamente contando com todo o conforto disponibilizado para toda a comunidade urbana.

Entretanto, a questão de terras no DF é complexa, gerando muitas vezes dificuldade no acesso ao crédito de investimento. No que se refere à questão fundiária do DF, Tavares (1995 apud Orsi, 2001) identificou 22 modalidades de ocupação de terras, que vão desde a existência de terras de propriedade do governo local e da União até terras particulares clandestinamente loteadas, existindo os arrendatários e as concessões de uso. Isso dificulta o acesso ao crédito rural, que é mais exigente em termos de comprovação de finalidade, sendo que os agentes financeiros podem dificultar a liberação de recursos para os produtores que não possuem escritura definitiva. Já a obtenção de crédito de custeio pode ser facilitada, por exemplo, com a existência de um contrato e fornecimento de produção, ou histórico da produção em determinada localidade.

A comercialização ocorre por diversos meios, um deles é através dos supermercados, que majoritariamente não é favorável para os horticultores. Isso se deve, talvez, ao alto poder de mercado que detêm em Brasília. Nessa relação,

os produtores saem perdendo, devido ao curto ciclo de produção e alto custo de conservação de seus produtos, dificultando a estocagem como estratégia de negociação ou agregação de valor aos produtos.

A comercialização da produção através de feiras tem suas dificuldades, pois a consolidação dos supermercados como o grande canal de venda, principalmente, junto às populações de maior poder de consumo e renda, aloca a feira para regiões de menor poder aquisitivo e com produtos de menor valor agregado. Contudo, cabe ressaltar que as feiras têm sua importância e tradição como mecanismo de acesso desse segmento ao mercado consumidor. As feiras-livres são um dos mais antigos instrumentos de varejo com presença generalizada em todo o País e continuam a desempenhar importante papel na comercialização de hortaliças nos grandes centros urbanos (MALUF, 1999).

Isso reforça o diagnóstico do próprio GDF de que o principal desafio enfrentado por esse agronegócio, que apresenta taxas de crescimentos de 4,5% ao ano, é colocar-se no mercado de forma lucrativa, mantendo o produtor agrícola confiante e melhor articulado com os espaços e os demais atores.

Dentro do DF há terras mais adequadas à exploração agropecuária em meio às atividades rurais. A promoção do desenvolvimento socioeconômico no campo é uma questão de política setorial e inclui assistência técnica, apoio financeiro e promoção de eventos, pois os dados demonstravam reduções para o setor agropecuário.

Em 2007, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) registrou quase 200 mil atendimentos a produtores, cerca de 40 mil a menos que em 2006. Assim, deve-se buscar a implementação de novos projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico voltados para a agropecuária e agroindústria; a intensificação das gestões junto a agentes financeiros para a ampliação da oferta de crédito e de investimentos de custeio no setor; e a recomposição das matas ciliares, uma vez que elas são essenciais para proteger os mananciais hídricos e reflorestar.

É importante frisar que a agricultura do DF permanece em luta constante com a especulação imobiliária, a questão fundiária, a comercialização dos

produtos, mesmo com o crescimento da demanda. A produção se intensificou e apresenta claros contornos expansionistas, com o aumento das áreas plantadas, conforme Tabela 1, e com a diversidade de culturas. É crescente também o registro de exportação de produtos agrícolas do DF para o mercado externo.

Tabela 1 – Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários Distrito Federal (1970/2006)

Dados estruturais	Censos						
	1970	1975	1980	1985	1995	2006	2013
Estabelecimentos	1.913	1.859	2.652	3.420	2.459	3.943	10.959
Área total (ha)	170.020	185.062	285.145	313.822	244.930	284.047	339.575
Utilização das terras (ha)							
Lavouras	13.008	12.737	58.624	85.494	66.344	192.004	143.255
Pastagens	109.863	109.092	128.947	142.405	96.448	81.756	---
Matas e Florestas	14.785	15.061	37.095	44.966	47.687	91.896	---
Pessoal Ocupado	7.284	8.582	14.628	17.178	14.307	22.167	14.566

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006 (Adaptado com informações do Anuário Estatístico 2014).

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o DF possui, atualmente, 170 propriedades com produção orgânica, com área total de 2.800 ha, produção anual de três mil toneladas e R\$ 12 milhões, gerando 1.000 (mil) ocupações para o mercado de trabalho.

Projetos do ministério, em conjunto com o Sindiorgânicos, Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), EMATER, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Embrapa Hortaliças, Superintendência Federal da Agricultura e Organização das Cooperativas Brasileiras e GDF, estão sendo realizados em prol do Plano de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no DF, em obediência à metodologia preconizada de integração entre produtores e representantes de organizações privadas e governamentais (MDIC, 2008).

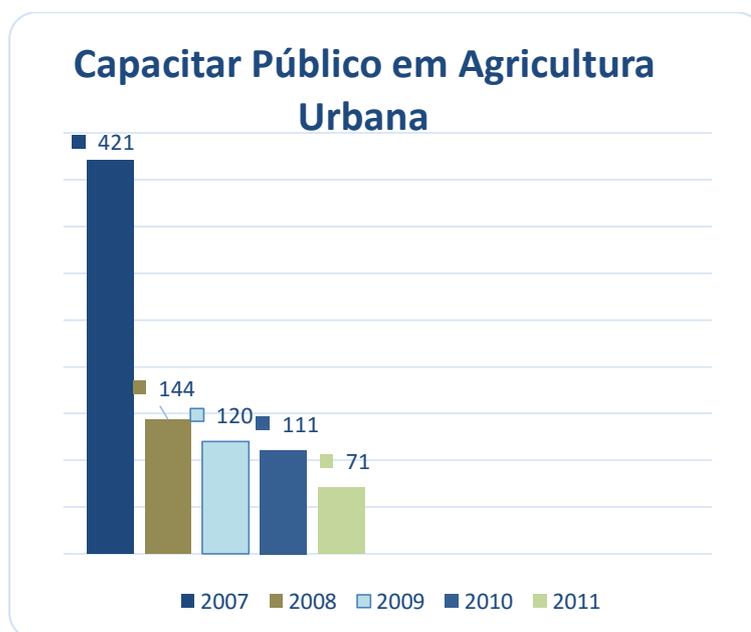
A EMATER é empresa que fomenta a AU representando o governo. Em 2008, obteve destaque com a AU, para qual promoveu um total de 20 hortas escolares, em todo o DF, e 3 hortas comunitárias em Ceilândia, Vargem Bonita

e Gama. Além da questão prática, focou-se também a organização e a gestão social, promovendo oportunidades de participação política e habilidades para gestão social com ações para o desenvolvimento social e humano. Compreende um exercício de responsabilidade social objetivando a superação das desigualdades.

A EMATER expõe que projetos de AU devem ter uma dimensão a longo prazo, com continuidade, em que os técnicos estarão atuando junto às famílias para alcançar a promoção do bem-estar nas dimensões humana, social, cultural, ambiental, tecnológica, política e econômica. (EMATER, 2009).

Em 2011, o MDS lançou um edital a fim de viabilizar as atividades em AU, por meio de Implantação de Polos de Agricultura Orgânica. O recurso é oriundo de descentralização da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do DF - SEAGRI para a EMATER-DF. O recurso foi utilizado para contrapartida do convênio, cujo objeto é reestruturar e ampliar as hortas comunitárias instaladas nas cidades e escolas do DF, levando capacitação, assistência e fomento produtivo aos beneficiários do projeto. Assim obteve-se o histórico dos seguintes números de capacitação:

Gráfico 1: Capacitação em Agricultura Urbana



Fonte: EMATER, 2009 e 2011 (adaptado por DOURADO, A.C.G.).

Percebe-se que o número de pessoas capacitadas diminui a cada ano, a cada ano que passa menos pessoas necessitam de capacitação, pois conhecimento não se perde, acumula-se. Após a capacitação, a assistência técnica e o incentivo à produção devem ser contínuas para que os objetivos da agricultura possam ser alcançados em meio urbano.

A continuação da parceria entre o MDS e a EMATER-DF fez com que, em 2012, o Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana fosse instalado no DF, objetivando apoiar a produção agrícola em hortas comunitárias na região metropolitana. Os centros, que foram instalados em 6 capitais, devem prestar serviços a agricultores do meio urbano inscritos no Cadastro Único, oferecendo capacitação gratuita, ajuda na comercialização dos produtos, insumos e assistência técnica. A operacionalização do CAAUP é de responsabilidade da EMATER-DF, atuando junto a 282 famílias e 6 escolas nas RA's do Riacho Fundo II, Ceilândia, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá e Itapoã.



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

“Permitem o cultivo de alimentos saudáveis ao ritmo da natureza, acrescentando qualidade ao cotidiano urbano e poupança à economia dos agregados familiares”

Maria das Dores Meira

4 A CARACTERIZAÇÃO E A COMPREENSÃO DA AGRICULTURA URBANA DESENVOLVIDA NO DISTRITO FEDERAL JUNTO AO PLANEJAMENTO E PROPOSIÇÕES

Para abarcar a diversidade da agricultura em meio urbano praticada no DF, decidimos escolher três regiões e entrevistar 10 agricultores por área, totalizando 30. As amostras foram feitas por conveniência dos agricultores, onde 25% do conjunto das propriedades das áreas de estudo participaram da entrevista “Reconhecendo as práticas de AU”. A identificação dos entrevistados é iniciada com um numeral de 1 a 10, seguido das iniciais da RA na qual foi feita a entrevista.

Houve campos iniciais para aproximação, conhecimento e identificação das localidades, objetivando a sustentação do projeto. Para a realização das entrevistas, foram realizados 6 trabalhos de campo específicos, dois em cada área.

A entrevista “Reconhecendo as Práticas de Agricultura Urbana” (Apêndice) inicia com a identificação do entrevistado e da área de estudo, depois relata como funciona o trabalho e a produção na propriedade, como essa propriedade tem acesso aos serviços públicos. A entrevista também buscou compreender a relação do agricultor com a RA próxima e o que conhece sobre AU.

Desse modo, trazemos as informações abstraídas desse Reconhecimento do nosso objeto em três áreas de estudo: Vargem Bonita, Núcleo Bandeirante e Águas Claras/Vicente Pires, para colaborar na compreensão da AU praticada no DF.

4.1 Agricultura urbana na Vargem Bonita

O Núcleo Hortícola Urbano Vargem Bonita é uma comunidade que faz parte atualmente da RA XXIV, Park Way. Antes da criação desta RA, pertencia ao Núcleo Bandeirante no DF. É dividida em chácaras e lotes residenciais em

uma vila, sendo 67 chácaras, divididas em 300 hectares de terras cultiváveis. Essa área pode ser considerada referência na produção agrícola e no abastecimento de alimentos para o DF.

Para compreendermos e analisarmos o hoje da Vargem Bonita, trazemos uma pequena história. Em 1957, quando iniciou a construção da capital federal, Juscelino Kubitschek observou a necessidade de alimentar a população do DF. Assim, Israel Pinheiro, na época, diretor da Novacap, convidou famílias japonesas para cultivar um solo da região que era muito ácido, o que apresentava dificuldade extra para a produção de alimentos.

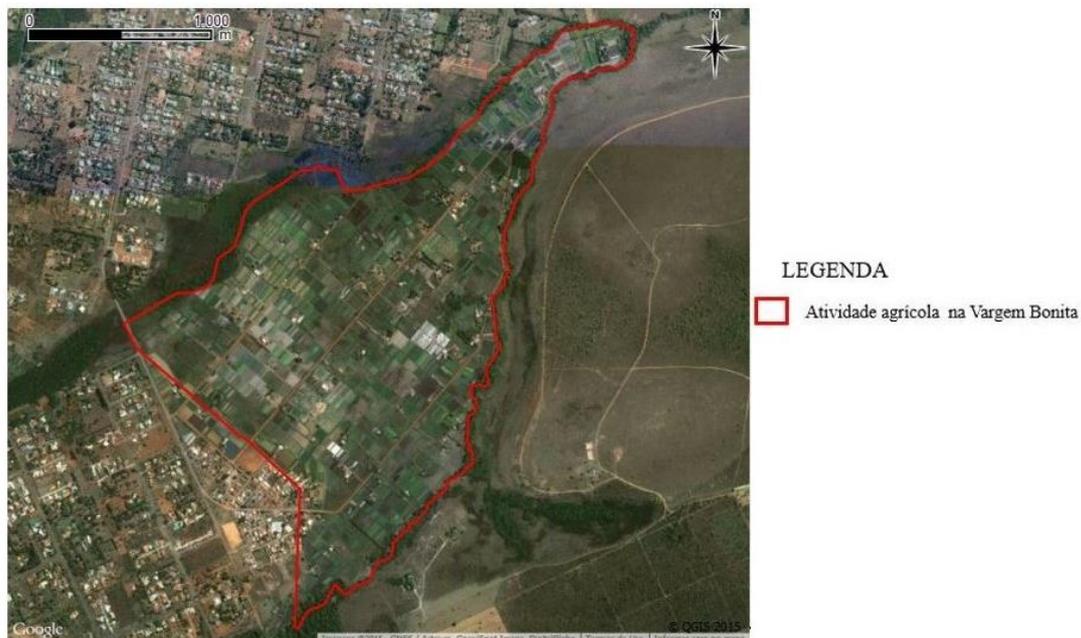
O presidente Juscelino Kubitschek e Israel Pinheiro lotearam Vargem Bonita, localizada entre o setor de Mansões Park Way e o Núcleo Bandeirante, para criar o cinturão verde de Brasília. As terras foram arrendadas para os japoneses plantarem hortaliças. Pagaram apenas uma taxa simbólica e partiram para o cultivo, recebendo do governo dinheiro para adubo, mudas, sementes e ferramentas.

Figura 6: Agricultura Urbana na Vargem Bonita.



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Figura 7: Agricultura Urbana na Vargem Bonita na base do Google Earth.



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Segundo a EMATER-DF, as principais culturas são: alface, coentro, cebolinha, chicória, acelga, rúcula, repolho, couve-manteiga, batata baroa, cenoura, vagem, mandioca, yacon (raiz usada no controle do câncer), tomate cereja, pimentão de cores, pepino japonês e abóbora miniatura. Os japoneses introduziram alimentos que aos poucos entraram na culinária do brasileiro. É o caso do yacon, raiz cultivada no núcleo, do cogumelo shiitake e shimeji, e alho nobre de cultivo difícil e complexo.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, o setor da Vargem Bonita possui 743 habitantes, tendo uma vila com escola e posto de saúde. Das 67 chácaras do local, cerca de 40 ainda pertencem aos colonos japoneses e seus descendentes. A cultura japonesa tem características próprias e os produtores nipo-brasileiros da Vargem Bonita têm reflexos fortes tanto na fisionomia quanto na cultura. Uma das características dessas pessoas é que não gostam de falar muito. Esse foi um dos motivos porque algumas das entrevistas foram feitas com os trabalhadores das suas propriedades.

Das 10 propriedades visitadas na Vargem Bonita, foram realizadas entrevistas com 3 proprietários e outras 7 com trabalhadores ou “parceiros da propriedade”, como eles mesmo se definem. Assim, dessas 10 propriedades, 8 pertencem a japoneses ou descendentes.

A idade dos entrevistados traz a diversidade que o trabalho rural pode envolver, pois há jovens adultos trabalhando em atividades tipicamente rurais por prazer e por tradição. Os mais velhos continuam na lida porque segundo eles é o que sabem fazer de melhor e “dali” tiram o sustento da família. O senhor de idade mais avançada, o entrevistado 1-VB, de 80 anos, trabalha sozinho em sua propriedade e acredita que o dia em que ele parar de trabalhar na terra ele morre.

Tabela 2: Idade dos entrevistados da Vargem Bonita

IDADE	ENTREVISTADOS
<30	2
31 – 40	2
41 – 50	4
51 – 60	0
61 – 70	1
71>	1

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Figura 8: Agricultores da Vargem Bonita.



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 30 de maio de 2015.

O tempo no qual o entrevistado mora na mesma propriedade pode permitir que infiramos a estabilidade das relações que a propriedade cria com o proprietário, o trabalhador, o consumidor, a produção que oferta ao DF. Assim, temos o tempo e a propriedade.

Tabela 3: Tempo em que os entrevistados moram na propriedade

TEMPO	ENTREVISTADOS
-------	---------------

<10	3
11– 20	1
21 – 30	3
31 – 40	1
40>	2

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Observamos que 30% dos entrevistados estão menos de 10 anos ligados ao trabalho na Vargem Bonita, demonstrando que mesmo quem está há menos tempo na área já possui uma relação estável. Já os 30% que estão há mais tempo na área têm vínculos mais fortes para além do trabalho, há relações de família. O entrevistado 1-VB é um dos pioneiros da Vargem Bonita; a entrevistada 2-VB é casada com um pioneiro; e o entrevistado 7-VB é filho de um pioneiro já falecido. Estes últimos fizeram questão de falar sobre a Vargem Bonita, com Israel Pinheiro, das discussões com moradores do Park Way, evidenciando a historicidade e o forte apego pela área que possuem na Vargem Bonita.

Todos os entrevistados entendem que a propriedade é rural em meio à área urbana, pois tanto o Park Way quanto o Núcleo Bandeirante tem uma proximidade territorial e relacional com os moradores da Vargem Bonita.

As propriedades variam de 3 a 5 hectares. Todas são arrendadas com o governo. Alguns questionaram que o contrato está vencido desde o governo da gestão 2010-2014, o que causa temor quanto à permanência na área, pois há rumores da Vargem Bonita também se transformar em área de Mansões, assim como o Park Way. Contudo, isso não é motivo para diminuir a produção, pois segundo 1-VB “Se a gente para de trabalhar na terra, ai eles têm motivo para não renovar, né. Se a gente para, que hortaliças esse povo do DF todo vai comer?”. A fala do entrevistado traz o problema da relação com o GDF e a pressão exercida pelo setor imobiliário de alto padrão, bem como a consciência

da importância que o trabalho de produção de hortaliças e legumes tem para a alimentação da população do DF.

Quanto à produção e à produtividade, os entrevistados afirmam que a atividade agrícola é praticada na respectiva propriedade há mais de 30 anos. Quando questionados sobre os últimos cinco anos do trabalho, 3 acreditam que a atividade diminuiu, sendo os motivos: as chuvas (a entrevista foi feita no início da seca); o aumento do custo de produção e o baixo valor de mercado; a idade avançada faz com que não se diversifique a variedade, não consegue aumentar a produção. Cinquenta por cento (50%) dos entrevistados disseram que a produção dos últimos cinco anos permanece igual, às vezes varia de um mês para outro, por causa do ciclo sazonal, que depende a agricultura. A propriedade de dois entrevistados teve investimento em tecnologia, em estufa, e acham que a moda de comida saudável ajudou a aumentar a atividade.

Figura 9: Estufas na Vargem Bonita.



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 30 de maio de 2015.

A produção das propriedades da Vargem Bonita é diversificada, com preponderância para folhagens dentre as hortaliças, como podemos perceber no quadro 2:

Quadro 2: Espécies produzidas

Folhagem	Verduras	Outros
Alfaces	Mandioca	Gengibre
Couve	Batata-Baroa	Cogumelos

Couve-flor	Milho	
Brócolis	Cebola	
Rúcula	Pimentão	
Salsinha	Beterraba	
Cebolinha	Cenoura	
Coentro	Berinjela	
Agrião	Abóbora	
Chicória		
Alho-poró		
Almeirão		
Repolho		

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Figura 10: Hortaliças na Vargem Bonita



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 30 de maio de 2015.

Em oito propriedades, tem produção de pelos menos seis espécies de alface, sendo este o produto mais plantando. Há uma propriedade que produz exclusivamente cogumelos e outra que produz exclusivamente gengibre. Em mais três propriedades, o gengibre está entre a diversidade da sua produção. Percebemos que variedade dos produtos é uma constante e uma segurança para a maioria das propriedades.

Os pomares e a criação de animais, como peixes e galinhas, estão presentes em todas as propriedades. Entretanto, em todas elas são destinadas para o autoconsumo.

Nenhum entrevistado participa de movimento social, não recebe contribuições dos governos federal e distrital, nem de ONGs. Eles afirmam que a EMATER está presente quando é solicitada.

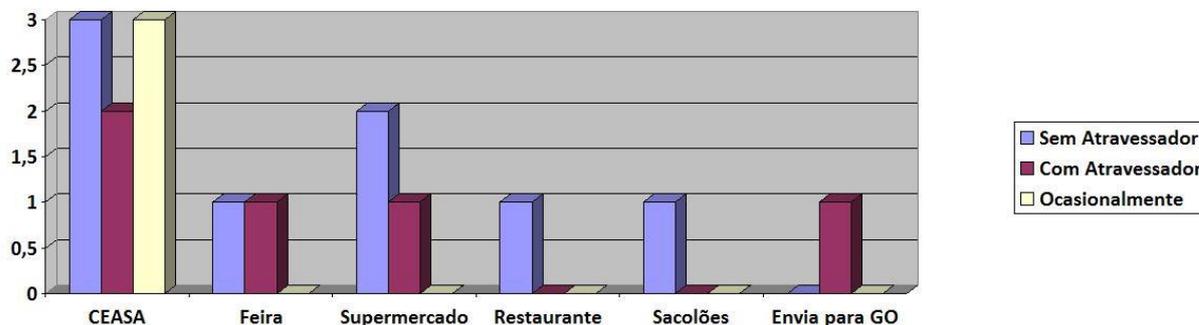
Somente uma das propriedades já utilizou crédito rural através de bancos e outra utilizou benefícios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os demais nunca utilizaram crédito ou financiamento para realizar investimentos na propriedade. Entre estes, dois se orgulham de nunca ter utilizado crédito rural.

Há trabalhadores em diversas propriedades. Em apenas uma não há nenhum tipo de trabalho terceirizado. Em uma propriedade, há trabalhador sem nenhum tipo de contratação formal. Em outra, há um trabalhador contratado, mas não de carteira assinada. Em duas propriedades, utilizam o serviço de horistas (trabalho por hora), em períodos quando há necessidade. Em uma propriedade, há quatro famílias, sendo uma do pioneiro, que trabalham juntos no sistema de parceria e dividem os lucros proporcionalmente. Em quatro propriedades, há dois ou mais trabalhadores que moram na propriedade com suas famílias e têm carteira de trabalho assinada como trabalhadores rurais.

O destino da produção em todas as propriedades é o comércio, um dos motivos de nenhum dos entrevistados classificar o trabalho local como subsistência: 50% classificaram como familiar e os outros 50% classificaram como produção de baixa renda.

A Central Estadual de Abastecimento (CEASA-DF) e a figura do atravessador são constantes em diversas propriedades, como podemos perceber no gráfico 2.

Gráfico 2 – Venda da produção da Vargem Bonita



Somente duas propriedades não vendem seus produtos diretamente ou indiretamente no CEASA do DF: uma delas entrega em supermercados e sacolões da RA do Gama e a outra tem um atravessador que leva a maioria dos produtos para o Goiás, sendo poucos produtos vendidos diretamente em supermercados e ocasionalmente em feiras livres.

Figura 11: Sistema hídrico utilizado para o acesso à água na Vargem Bonita



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 30 de maio de 2015.

No quesito serviços de distribuição de água, luz e esgoto, as propriedades de produção agrícola da Vargem Bonita utilizam a água da barragem da Fazenda Água Limpa (FAL/UnB), onde através de aquedutos (como o da figura 11) há a distribuição para todas as glebas. A luz é fornecida pela Companhia Energética de Brasília (CEB). Não há sistema de esgoto, assim, os moradores têm fossa. O lixo é recolhido pelo Sistema de Limpeza Urbana (SLU), que passa em frente às propriedades. No entanto, o reaproveitamento do lixo orgânico é feito em duas

propriedades, para transformar em adubo. Uma delas chega a produzir três toneladas de adubo por semana, utilizando-o na produção de cogumelos.

Ao iniciar o diálogo sobre a AU com os entrevistados, seis, inicialmente, disseram que não sabiam o que era; dois afirmaram que já ouviram falar, mas que não se lembrava; já os entrevistados 1-VB e 3-VB falaram, respectivamente, “É a agricultura de quintal ou em estufa pequena, agricultura de grãos não dá para fazer na cidade e viver disso”, e “É o que nós fazemos, porque aqui ao redor é urbano com as mansões.”

Ambas as falas estão coerentes com a realidade. O fato de os demais não terem ouvido falar, ou não lembrarem, é normal, afinal, o termo “agricultura urbana” foi mais difundido nos últimos dois anos. E, como a metodologia do trabalho previa, foi feita uma pequena explanação sobre o que é AU.

Assim, após a fala sobre AU, oito entre os dez acreditam que de fato é o que eles fazem, pois se relacionam fortemente com o meio urbano. O entrevistado 5-VB acredita que o que fazem não é AU, e tem medo de afirmar isso, porque acredita que, ao falar que a atividade deles é AU, podem passar a falar que a área deles é urbana e assim começar a lotear para a construção de casas. Desse modo, para ele a agricultura que pratica é a tradicional de baixa renda.

A maioria dos produtores da Vargem Bonita não tem interesse em aprender mais sobre a agricultura de modo geral (nem urbana nem a tradicional). A fala recorrente é “Não tenho tempo.” (2-VB), “O que eu já sei, está funcionando” (10-VB), exceto pelo 4-VB que busca fazer curso para se especializar.

Seis entrevistados afirmaram conhecerem pessoas que exercem atividades agropecuárias próximas às RA's. O senhor 1-VB afirmou: “Conheço mais de 60 produtores da Vargem Bonita, aqui é uma colônia agrícola urbana, é roça”. Outros afirmaram conhecerem produtores do Riacho Fundo e do Núcleo Bandeirante. Percebemos na fala dos entrevistados que a EMATER e a CEASA contribuem para aumentar as relações interpessoais entre os produtores do DF.

Os demais entrevistados sabem que tem outras pessoas que produzem, mas não as conhecem. Isso pode ter algumas explicações, como a origem japonesa, que é culturalmente mais fechada, fazendo com que, por exemplo, a entrevistada 2-VB, que é descendente e moradora da Vargem há 40 anos (seu esposo é morador a mais tempo), diga “A gente não tem muito contato com as pessoas”. Outro motivo é a presença do atravessador, que faz com que os produtores não se relacionem com os consumidores nem com os demais produtores.

Ensinar o que praticam em vez de aprender interessa mais aos entrevistados, como podemos constatar nas entrevistas. Somente quatro não têm interesse em ensinar. Um deles disse o seguinte: “Não tenho muito interesse em ensinar, porque depois quem você ensina vira seu concorrente. É a experiência para se defender do futuro concorrente” (1-VB). Apenas o 3-VB diz que não ensina por não saber o bastante. Todos os demais dizem que têm interesse em ensinar. Entretanto, afirmam que “os meninos mais novos não têm interesse com as coisas da roça” (8-VB). Outros afirmam que toda semana aparece alguém que procura aprender com eles, seja por causa da qualidade das mercadorias, seja para fazer hortas.

Todos os produtores da Vargem Bonita entrevistados disseram que se relacionam mais com o Núcleo Bandeirante do que com o Park Way, que é a RA mais próxima. Isso se deve, primeiramente, porque, até dezembro de 2003, a Vargem Bonita pertencia administrativamente ao Núcleo Bandeirante, e, posteriormente, a alguns fatos que foram relatados em diálogos para além da entrevista.

Um exemplo dos fatos relatados são as reuniões fervorosas entre a Associação de Produtores da Vargem Bonita e a Associação dos Moradores do Park Way, em que os moradores do Park Way ofenderam os moradores, disseram que eles eram invasores, entre outras coisas. Os produtores rebatiam, dizendo que estão na região há mais tempo que a população da área das mansões e que foram eles que acabaram com o cerrado. Então, podemos conceber que a relação entre esses entes não deve ser muito amigável.

Somente o entrevistado 6-VB diz não ter relação com o Núcleo Bandeirante: “Não tenho nenhuma relação e nem quero ter. O pessoal do Núcleo Bandeirante não conhece a Vargem Bonita então a gente não tem que ficar indo lá”.

Os outros nove entrevistados têm as seguintes relações: 1-VB “O Núcleo Bandeirante é a mais perto, tem tudo de comércio, farmácia, banco, açougue...”; 2-VB “Faço as minhas consultas no Núcleo Bandeirante”; 3-VB “Temos contato direto”; 4-VB “Vou ao Núcleo Bandeirante todos os dias”; 5-VB “Tudo que preciso vou ao Núcleo Bandeirante”; 7-VB “Minha relação com o Núcleo Bandeirante é comercial”; 8-VB “Vou lá só para comprar o que eu não produzo aqui”; 9-VB “Só vou fazer alguma compra que precisa, mas é difícil até eu ir” e o último 10-VB “Vou trabalhar com o dono dessa propriedade”. Percebemos que praticamente todos têm uma relação com a RA supracitada: uns uma relação quase diária, outros com menor frequência.

Para tentar desvendar as pressões sofridas pelo crescimento urbano, foi feita a última questão: “Sente-se pressionado a parar de exercer atividades agropecuárias? Já houve alguma proposta para se desfazer da propriedade para que se torne um aglomerado urbano?”

As respostas foram diversas, mas houve unanimidade quanto ao fato de ninguém ter interesse de se desfazer da propriedade. Quatro entrevistados disseram que já houve proposta para venda ou arrendamento da propriedade, mas ninguém aceitou, dizem não ser possível. Os senhores 1-VB, 9-VB, 10-VB dizem que já ouviram falar que a Vargem Bonita virará setor de mansões, área urbana, mas os dois últimos não acreditam que isso acontecerá. Os entrevistados 6-VB e 7-VB sentem-se pressionados por causa do custo da produção, por não terem amparo do governo, além do perigo de intoxicação, sendo estes os motivos que dificultam a permanência das práticas agrícolas tão próximas de áreas urbanas.

4.2 Agricultura urbana no Núcleo Bandeirante

Durante a construção de Brasília, surgiu o Núcleo Bandeirante, atualmente, RA VIII. A cidade era conhecida inicialmente como "Cidade Livre", pois o comércio era livre e não se cobrava impostos, funcionava como centro comercial e de lazer para os que estavam ligados à construção da nova capital.

A região surgiu, efetivamente, em 19 de dezembro de 1956, sendo a primeira área destinada a abrigar os candangos, trabalhadores pioneiros. Mas só alguns anos depois, com a Lei n. 4.020 de 1961, foram estabelecidos os geográficos. Algumas construções de madeira típicas da época foram mantidas na forma original, podendo ser visitadas no Museu Vivo da Memória Candanga.

As áreas da pesquisa que se localizam no Núcleo Bandeirante tiveram início entre os anos de 1984 e 1985. O parcelamento das chácaras foi alterado com a criação da Colônia Agrícola do Bandeirante 1 – com 26 chácaras, localizadas à margem esquerda do Riacho Fundo; e a Colônia Agrícola do Bandeirante 2 – 8 chácaras, na margem direita, administradas pela extinta Fundação Zoobotânica do Distrito Federal (FZDF), sob o regime de concessão de uso.

A área agrícola está em meio à área urbana no Núcleo Bandeirante, Metropolitana e Vila Cauhy, ao lado da Estrada Parque Indústria Abastecimento (EPIA), que liga a BR-040 a BR-020. Esta localização denota o caráter da agricultura praticada em meio urbano, como podemos perceber nos mapas a seguir:

Figura 12: Agricultura Urbana no Núcleo Bandeirante.



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Figura 13: Agricultura Urbana no Núcleo Bandeirante na base do Google Earth.



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Dentre as 34 chácaras das colônias do Núcleo bandeirante, 10 foram entrevistadas. As chácaras da Colônia 1 têm todas 4 hectares e as da Colônia 2 têm 3 hectares, totalizando 128 hectares de terras que deveriam ser cultiváveis.

Essa área é referência no quesito flores do DF, pois tem muitas floriculturas e alguns cultivadores de diversas espécies.

A história das colônias agrícolas se assemelha com a da Vargem Bonita, pois também iniciaram o cultivo na área com o incentivo de Israel Pinheiro, contribuindo para a construção do cinturão verde que alimentaria a população do DF.

Segundo o censo de 2010 do IBGE, o total de moradores das Colônias Agrícolas do Bandeirante 1 e 2 é mais de 231. Não podemos saber ao certo porque o censo da Colônia Agrícola do Bandeirante 2 é feito juntamente com a Vila Cauhy.

Nessa área, há três chácaras que foram visualmente loteadas, transformadas em condomínios. É perceptível a presença de produtores de origem japonesa em virtude do incentivo de Israel Pinheiro.

Das dez propriedades visitadas no Núcleo Bandeirante, foram realizadas entrevistas com cinco proprietários e dois trabalhadores da Colônia 1 e com três proprietários da Colônia 2. Das dez propriedades, três pertencem a japoneses ou descendentes, duas na colônia 1 e uma na colônia 2.

A idade dos entrevistados na área traz um caráter de produtor mais senhorio, pois nenhum jovem foi entrevistado. Os dois entrevistados mais novos tinham 32 anos e 45 anos, respectivamente, entrevistado 7-NB e 1-NB. A idade avançada dos proprietários coloca alguns levantamentos da vitalidade do trabalhador rural, que faz com que pessoas, como os entrevistados 2-NB e 3-NB, que têm 72 e 80 anos, não aparentem ter mais do que 60 anos, e de quem cultivará a terra, se haverá cultivo nessas propriedades quando os atuais proprietários falecerem.

Tabela 4: Idade dos entrevistados do Núcleo Bandeirante

IDADE	ENTREVISTADOS
<45	2
45 – 55	3

56 – 70	2
71>	3

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

O tempo no qual o entrevistado mora na mesma propriedade pode nos dizer sobre a estabilidade das relações que a propriedade cria com o proprietário, o trabalhador, o consumidor, a produção que oferta ao DF. Assim temos o tempo e a propriedade:

Tabela 5: Tempo no qual os entrevistados moram na propriedade do Núcleo Bandeirante

TEMPO	ENTREVISTADOS
20 – 30	3
31 – 40	2
50>	5

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Figura 14: Agricultor do Núcleo Bandeirante



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 31 de maio de 2015.

Observamos que metade dos moradores da área pesquisada do Núcleo Bandeirante está ligada ao cultivo no Núcleo Bandeirante há mais de 50 anos,

ou seja, praticamente, desde quando tornou-se RA, demonstrando que mesmo quem está há menos tempo na área possui uma relação durável, pois quem tem menos tempo na mesma propriedade está há 23 anos.

Todos os entrevistados entendem que a propriedade é rural em meio à área urbana, pois os produtores da Colônia Agrícola 1 estão entre o Núcleo Bandeirante e a Metropolitana e os produtores da Colônia Agrícola 2 estão entre o Núcleo Bandeirante e a Vila Cauhy. Talvez por isso não costumam utilizar “Colônia Agrícola do Bandeirante”. Percebe-se na fala de todos entrevistados o sentido de pertencimento ao Núcleo Bandeirante, como se fosse um único território, e a relação mais que diária, pois dizem “não vou ao Bandeirante, eu estou no Bandeirante.”, o que retrata mais uma vez a perspectiva urbana desses produtores agrícolas.

As propriedades têm quatro hectares na Colônia Agrícola 1 e três hectares na Colônia Agrícola 2. Pelas pesquisas feitas, todas são arrendadas com o governo. Entretanto, apenas quatro entrevistados afirmaram que a propriedade era arrendada, seis afirmam ter comprado a chácara que moram.

Quanto à produção e à produtividade, os entrevistados afirmam que a atividade agrícola é praticada na respectiva propriedade desde 1960-1970 mais ou menos. Dentre os entrevistados, somente a propriedade do 3-NB ficou parada por cinco anos, por motivos financeiros e de saúde, mas depois voltaram a produzir. Quando questionados sobre os últimos cinco anos do trabalho, quatro acreditam que a atividade está igual; dois entrevistados consideram que a produção está igual, mas hoje vendem mais porque as pessoas estão se preocupando com a saúde. E os outros 40% dos entrevistados disseram que a produção dos últimos cinco anos aumentou e melhorou, sendo que às vezes ocorre uma pequena baixa. Esses entrevistados fizeram alguns investimentos, como compra de caminhão e investimentos em irrigação, o que contribuiu para o aumento da produção e do lucro.

A produção das propriedades do Núcleo Bandeirante é diversificada: 60% dos entrevistados disseram cultivar mais de 30 espécies, mas também as folhagens são o forte dentre as hortaliças, como podemos ver (Quadro 3):

Quadro 3: Espécies produzidas no Núcleo Bandeirante

Folhagem	Verduras
Alfaces	Rabanete
Couve	Quiabo
Couve-flor	Mandioca
Brócolis	Cebola
Coentro	Pimentão
Cebolinha	
Agrião	
Acelga	
Louro	
Chicória	

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Figura 15: Agricultura do Núcleo Bandeirante.

Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 31 de maio de 2015.

Nenhuma propriedade tem a produção com a exclusividade de um produto. 60% afirmam produzir mais de 30 variáveis. Entretanto, nenhum citou todas as espécies plantadas. Mesmo não especificando quais são os produtos plantados, ao afirmarem a variedade dos produtos, pode-se vislumbrar que essa diversidade é uma necessidade para a segurança alimentar e financeira para a maioria das propriedades.

Os pomares com banana e laranja existem na metade das propriedades. A criação de galinhas é presente em nove propriedades das dez pesquisadas. Há criação de peixes em 3 propriedades, todas essas produções é para o autoconsumo.

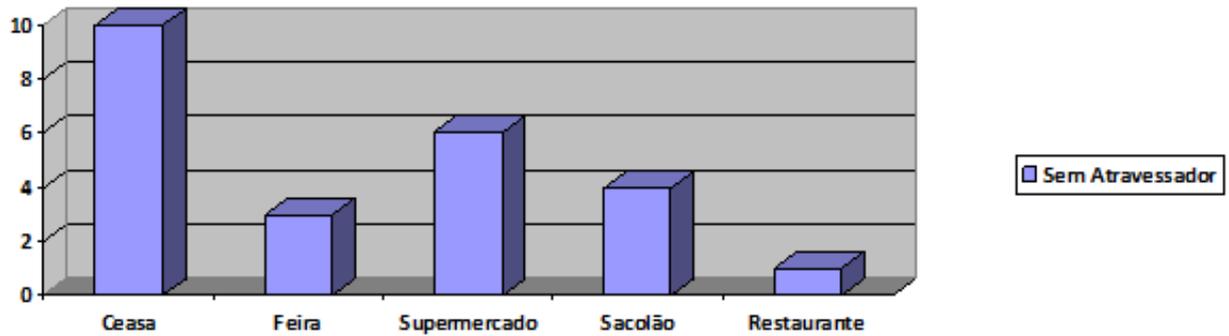
Nenhum entrevistado participa de movimento social, não recebe contribuições dos governos federal e distrital, nem de ONGs. Apenas três entrevistados citaram o apoio oferecido pela EMATER.

Nenhuma propriedade utilizou crédito ou financiamento para realizar investimentos na propriedade.

Há trabalhadores em diversas propriedades. Em seis propriedades, há trabalhadores terceirizados. Há entre um e dois trabalhadores de carteira assinada como trabalhador rural. Em uma faz-se o seguinte procedimento: ficam três funcionários em experiência por pelo menos três meses; caso dê certo, assina-se a carteira. O entrevistado 2-NB descreveu que há dez anos chegou a ter dez funcionários, mas hoje a rotatividade está grande e os trabalhadores (muitos vinham do Piauí) estão cada vez mais querendo ficar no próprio estado para trabalhar.

O destino da produção em todas as propriedades é o comércio. Todos classificaram o trabalho como familiar.

Todos os entrevistados vendem a produção (toda ou parte) na CEASA-DF. No Núcleo Bandeirante, a figura do atravessador não surgiu em nenhuma das entrevistas. Assim, provavelmente, não é constante nas demais propriedades. Sugerimos que, por ser mais próximo, o produtor do Núcleo Bandeirante não necessite tanto do atravessador quanto o produtor da Vargem Bonita.

Gráfico 3: Venda da produção do Núcleo Bandeirante

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Quatro propriedades fazem entregas em supermercados do próprio Núcleo. Uma propriedade além de entregar na própria RA, entrega em supermercados no Guará e na Candangolândia. Os sacolões em que eles deixam seus produtos também são diversificados: sacolões no Guará, na Candangolândia, no Núcleo Bandeirante (Sacolão do Tadeu, Sacolão do Fernando e no Candangão). A feira em que três entrevistados vendem é a do próprio Núcleo Bandeirante.

Figura 16: Transporte utilizado na venda dos produtos do Núcleo Bandeirante



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 31 de maio de 2015.

Quanto aos serviços de distribuição de água, luz e esgoto, todas as chácaras do Núcleo Bandeirante têm poço artesiano, que é a água utilizada na produção. Três afirmaram receber água da Caesb, que utilizam nas atividades domésticas. A energia é fornecida pela CEB. Não há sistema de esgoto. Desse modo, os moradores têm fossa. O lixo é recolhido pelo SLU, que passa em frente às propriedades. No entanto, o reaproveitamento do lixo orgânico é feito em quatro propriedades, as quais fazem adubo. Em uma delas, utiliza-se para alimentar as galinhas.

Ao iniciar o diálogo sobre a AU com os entrevistados, seis falaram o mesmo que o entrevistado 2-NB: “acho que é mais ou menos o que a gente faz aqui”. Dois disseram que nunca ouviram falar. Assim, não sabiam o que dizer. Outros dois entrevistados afirmaram que já ouviram falar e que acreditavam que era produção perto da cidade. Desse modo, percebemos que os agricultores do Núcleo Bandeirante estão mais familiarizados com a AU, pois mais da metade deles entende que a atividade desempenhada faz parte da AU.

A grande maioria dos produtores do Núcleo Bandeirante diz não ter interesse em aprender mais sobre a agricultura de modo geral (nem urbana nem a tradicional). As falas dos entrevistados 1-NB, 2-NB e 3-NB representam os demais. São elas: “por eu não ter estudo, aprender é difícil, mas eu sei muita coisa que gente estudada não sabe” (1-NB) e “[...] eu estou cansado” (2-NB e 3-NB).

O produtor 1-NB, ao ser questionado se conhece pessoas que exercem atividades agropecuárias próximas as RA's, afirma: “tinha muito, mas agora tem mais é floricultura, mas ainda tem uns 20 produtores agrícolas”. Já o produtor 7-NB coloca que “quase não tem quem planta, porque dá trabalho”.

Cinco dos entrevistados sabem que tem outras pessoas produzindo por perto, no Combinado Agroubano de Brasília (CAUB), na Vargem Bonita, mas não os conhece. A falta de associação e de representação entre esses produtores, somada à origem japonesa de alguns, fazem com que não criem vínculos.

Os produtores do Núcleo Bandeirante dizem ensinar para familiares e para trabalhadores, a fim de que eles possam cuidar bem das plantas.

A relação dos entrevistados do Núcleo Bandeirante com essa RA é de convívio diário. Nas falas, percebemos que eles se sentem parte da RA. Assim, eles não precisam ir ao Núcleo Bandeirante, pois aí estão. No dia a dia compram o que necessitam, vendem seus produtos. A entrevistada 3-NB diz ir a pé até três vezes no dia e que gosta muito da cidade.

Ao tentar desvendar as pressões sofridas pelo crescimento urbano, foi feita a última questão “Sente-se pressionado a parar de exercer atividades

agropecuárias? Já houve alguma proposta para se desfazer da propriedade para que essa se torne aglomerado urbano?”

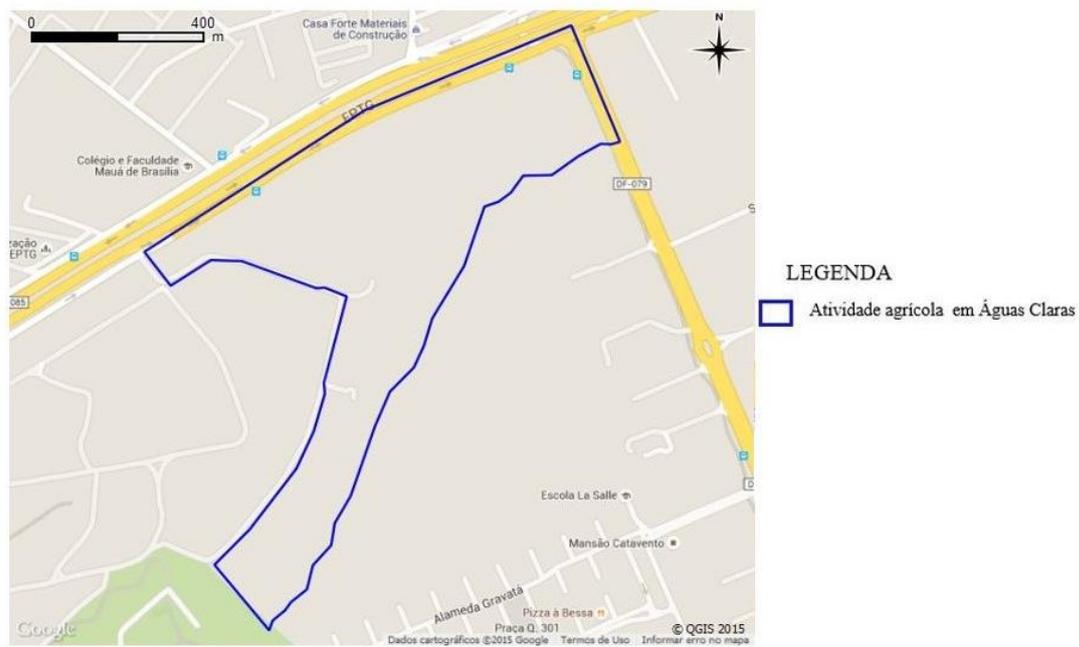
Assim como na Vargem Bonita, no Núcleo Bandeirante, nenhum entrevistado diz ter interesse de se desfazer da propriedade. Somente um disse que já houve proposta para vender e parcelar a propriedade, mas afirmou que não faria isso de jeito nenhum. O senhor 1-NB disse: “já falou muitas vezes em urbanizar, por asfalto, aí o povo vai querendo transformar em condomínio, já tem até uns. Mas eu gosto de plantar, então prefiro até que não venha asfalto. Imagino que daqui uns anos não vai ter jeito, vai tudo virar condomínio”. A entrevistada 3-NB diz que “nem temos interesse de vender, aqui é muito bom e tranquilo”. O entrevistado 5-VB coloca que “[...] E esse é o futuro, se transformar cada dia mais urbano, com um monte de casas. Só que o povo não pensa que se a gente parar de plantar as hortaliças vão ficar mais caras e mais poucas”. O entrevistado 7-NB afirma: “[...] a gente já está espremido entre o Núcleo Bandeirante e a Metropolitana”.

Assim, a percepção dos produtores entrevistados da RA do Núcleo Bandeirante é que, mesmo eles não desejando vender a propriedade, o futuro das chácaras é tornarem-se urbanas, com condomínios. Assim, mesmo se sentido parte da RA, por estarem entre duas áreas urbanas crescentes, isso faz com que a especulação imobiliária seja recorrente.

4.3 Agricultura urbana em Águas Claras

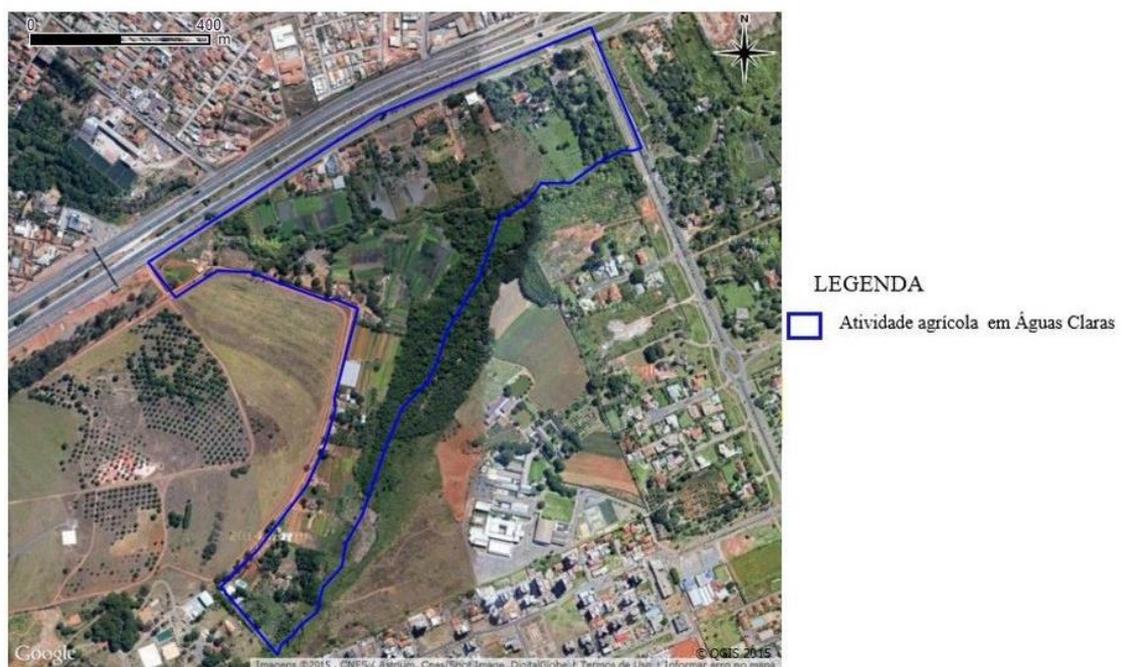
A terceira área de estudo, onde foram feitas todas as entrevistas, é a Colônia Agrícola do Governador e a Colônia Agrícola Águas Claras. Ambas localizam-se em Águas Claras, ao lado da Estrada Parque Taguatinga Guará (EPTG). Do outro lado da via é Vicente Pires.

Figura 17: Mapa da Agricultura Urbana de Águas Claras.



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Figura 18: Agricultura Urbana em Águas Claras na base do Google Earth.



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Das dez entrevistas realizadas nas colônias agrícolas, sete foram na Colônia Agrícola do Governador e três na Colônia Agrícola Águas Claras.

Percebemos que o perfil dos entrevistados é semelhante. Assim, não se fez distinção para a compilação dos dados. Para compreender como esses produtores chegaram a essa área e, principalmente, como conseguiram se manter enquanto agricultores em uma das áreas que mais se urbanizaram nos últimos anos no DF, trazemos um breve histórico da área de estudo.

As primeiras ocupações da região datam da década de 1960, quando o ex-presidente Juscelino Kubitschek transferiu algumas famílias de agricultores japoneses, que moravam às margens dos córregos nas regiões de Taguatinga e Samambaia, para a área de Água Claras, na fazenda Brejo Torto (MACIEL, 2002, p. 17). Assim, as colônias: Colônia Agrícola Vicente Pires, Colônia Agrícola do Governador e Colônia Agrícola Águas Claras, foram criadas como parte do cinturão verde de produção agrícola no DF e entorno juntamente com o CAUB e a Vargem Bonita.

A extinta FZDF propôs um programa de governo, apresentou um projeto de parcelamento rural, no qual são criadas diversas Colônias Agrícolas.

As chácaras foram organizadas e regularizadas por meio do regime de concessão de uso. As mais produtivas concentravam-se nas proximidades dos córregos existentes na área, Córrego Samambaia e Córrego Vicente Pires, tendo em vista o solo hidromórfico que facilita as atividades agrícolas realizadas na época.

A Colônia Agrícola do Governador compreendia, inicialmente, toda a extensão entre a Granja Águas Claras (residência oficial do governador do DF) e a linha de alta tensão que passa por Taguatinga Sul em direção ao Guará. A maior parte dessa colônia foi desconstruída para a implantação do bairro Águas Claras. Atualmente, a colônia é composta apenas por nove chácaras. Não foi visualizado nenhum parcelamento dentro das colônias agrícolas.

Em 1992, as chácaras passaram a ser arrendadas por trinta anos, sendo denominada Área Rural Remanescente (ARR). Essa categorização tende a implicar a manutenção da área como rural.

O PDOT, Lei Complementar n. 17, de 28 de janeiro de 1997, em seu art. 19, expõe que a Zona Urbana de Dinamização compreende a área já urbanizada

e aquela que será urbanizada como de expansão urbana prioritária. No entanto, o inciso VII desse mesmo artigo determina que será resguardada a atividade rural existente nas Colônias Agrícolas do Governador e de Vicente Pires.

O PDOT trouxe essa questão em função da descaracterização que a região vinha sofrendo, como modo de garantir a permanência desses produtores. No início dos anos 1990, a descaracterização, a transformação da região, aumentou seus aspectos urbanos. A verticalização e o crescimento de Águas Claras fizeram com que o PDOT/1997 resguardasse a Colônia Agrícola do Governador. Essa ação confirma o trabalho feito pela Geológica, em 2006, que coloca em voga a Colônia Vicente Pires, mas expõe a pressão sofrida pelos produtores:

[...] aos problemas enfrentados pelos produtores a pressão imobiliária visível em todo o Distrito Federal desde seu início, intensificada na metade da década de 1980 em diante, acelera a transformação da região, promovendo a mudança de sua vocação inicial e a reconfiguração para uma área urbana. Os inevitáveis parcelamentos das chácaras, arrendadas ou apenas com concessão de uso, passaram a acontecer ainda com frequência. E estas iniciaram justamente nas terras da ex-colônia Vicente Pires, criada pela Fundação Zoobotânica. (GEOLÓGICA, 2006, p. 119).

Hoje, das nove propriedades que restaram, pode-se afirmar que sete conseguiram continuar a produção agrícola. Percebemos que as chácaras permanecem inteiras, ainda não foram loteadas. Uma característica comum é que na maioria delas não há cercas ou muros. Estão rodeadas pela crescente Águas Claras, com o seu parque proveniente da Casa do Governador, do outro lado da EPTG, diversos condomínios de Vicente Pires.

Dentre as nove chácaras da Colônia Agrícola do Governador, sete foram entrevistadas. Da Colônia Agrícola Águas Claras, que possui treze chácaras, entrevistamos três. Segundo o censo do IBGE de 2010, há oitenta moradores na Colônia do Governador e na de Águas Claras há 71 pessoas morando. Esse número tão alto para tão poucas propriedades pôde ser observado durante os campos. Os filhos dos pioneiros moram com suas famílias na propriedade

mesmo que nem todos contribuam para a atividade agrícola. Dentre os moradores, é perceptível a presença de produtores de origem japonesa, em virtude do incentivo de Israel Pinheiro, na época da construção de Brasília.

O tamanho das dez propriedades varia de três a quatro hectares. As propriedades menores estão à margem da via EPTG. São menores porque perderam área com a ampliação da via há cinco anos.

Das dez propriedades visitadas na região de Águas Claras, todas as entrevistas foram realizadas com os proprietários. Somente em uma delas foi realizada com um herdeiro que cuida e produz na propriedade do pai e do tio.

A idade dos entrevistados traz um caráter de produtor com idade mais avançada, pois nenhum jovem foi entrevistado. Os entrevistados mais novos tinham 38 e 40 anos, respectivamente, entrevistado 4-AC e 7-AC. A idade avançada dos proprietários reforça a questão da vitalidade do trabalhador rural, que faz com que estes se alimentem bem e pratiquem atividade física enquanto trabalham. Mas o questionamento de quem trabalhará na terra continua a ser uma problemática. Contudo, o próprio entrevistado já mostra possíveis soluções, quando decide assumir o trabalho na propriedade do pai e do tio em função da idade avançada de ambos.

Tabela 6: Idade dos entrevistados de Águas Claras

IDADE	ENTREVISTADOS
<40	2
40 – 60	2
60 – 70	4
71>	2

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

O tempo em que o entrevistado mora na mesma propriedade pode nos auxiliar a inferir a estabilidade das relações que a propriedade cria com o proprietário, o trabalhador, o consumidor, a produção que oferta ao DF. Assim, temos na tabela 7 a relação entre o tempo e a propriedade:

Tabela 7: Tempo no qual os entrevistados moram na propriedade de Águas Claras

TEMPO	ENTREVISTADOS
<40	2
41 – 50	7
51>	1

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Observamos que todos os entrevistados têm mais de 35 anos e que a absoluta maioria dos entrevistados está entre 41 e 50 anos na mesma propriedade, nessa região, hoje considerada Águas Claras, mas que quando se instalaram não estava nem em projeto existir, pois em toda a região havia produção agrícola.

Figura 19: Agricultora em Águas Claras

Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

Todos os entrevistados entendem que a propriedade é rural em meio à área urbana, pois os produtores localizam-se entre Águas Claras, Vicente Pires e Guará, além dos diversos condomínios irregulares. Para os produtores entrevistados, eles se encontram no “nem”, pois não sentem pertencentes a nenhuma das RA's citadas. Acredita-se que isso é devido por conta da ausência de assistência das administrações. Foram recorrentes nas falas os termos “nós” e “eles” para designar, respectivamente, os produtores e os moradores das RA's.

Entre as propriedades, seis medem três hectares, as que estão à margem da via EPTG. Quatro medem quatro hectares: estas se encontram ao lado do Parque Águas Claras. De acordo com a pesquisa realizada, todas estão arrendadas com o governo. Entretanto, um entrevistado afirmou ter comprado a chácara.

Figura 20: Agricultura em Águas Claras.



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

Quanto à produção e à produtividade, metade dos entrevistados acredita que a produção agrícola aumentou nos últimos cinco anos, porque as chácaras de modo geral estão acabando. Então, quem continua a produzir hortaliças, por

exemplo, vende mais, porque hoje todo mundo quer qualidade de vida, comer bem. Parte desses produtores está investindo em hidroponia e trabalhando na própria terra em vez de arrendar. Dois consideram que diminuiu por causa da idade avançada, só continuam a produzir porque não dão conta de ficar parados. Três entrevistados, por sua vez, acreditam que continua igual, e às vezes diminui um pouco quando há necessidade de corrigir o solo e de descansar a terra.

A produção das propriedades da região próxima a Águas Claras é diversificada entre as hortaliças. A variação é entre 20-25 de espécies. A seguir relacionamos algumas:

Quadro 4: Espécies produzidas em Águas Claras

Folhagem	Frutas / Verduras
Alfaces	Laranja
Coentro	Mexerica
Couve	Acerola
Brócolis	Pequi
Acelga	Bananas
Cebolinha	Quiabo
Repolho	
Agrião	
Louro	
Ibiri (usado para separar os molhos)	

Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

A monocultura não existe em nenhuma propriedade. Os agricultores dizem sobre a diversidade plantada, o que mais ocorre é a variedade dentro a mesma espécie, por exemplo temos o alface que eles produzem mais de 6 tipos. Entretanto, nenhum citou todas as espécies plantadas. Percebemos que mesmo não especificando os produtos plantados, podemos vislumbrar que essa diversidade é uma necessidade para a segurança alimentar e financeira, para a

maioria das propriedades. O entrevistado 4-AC diz que há cinco anos produziam flores, mas não conseguiram concorrer com as flores do Núcleo Bandeirante, por isso saíram desse ramo e estão investindo em hidropônicos.

Figura 20: Agricultura urbana em Águas Claras, ao fundo Vicente Pires



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

Ao contrário das demais áreas pesquisadas, em que os entrevistados tinham pomares, mas não os vendia, os produtores da região de Águas Claras (os entrevistados 2, 3, 7 e 8) têm pomares e vendem o que produzem de frutas. Existe criação de galinhas em três propriedades das dez pesquisadas, e há criação de peixes na propriedade 03-AC. Em todas propriedades, essas produções são para o próprio consumo.

Nenhum entrevistado participa de movimento social, não recebe contribuições dos governos federal nem distrital, ou de ONGs. Todos dizem receber apoio da EMATER e uma instituição que verifica a qualidade da água.

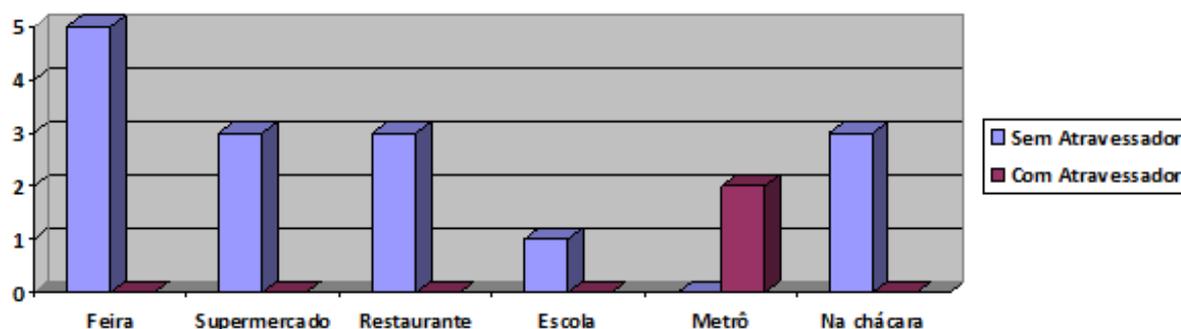
Metade dos entrevistados afirmou já ter adquirido empréstimo em bancos, mas nenhum afirmou ter atualmente solicitado crédito em agências financeiras para realizar investimentos na propriedade.

Em 50% das propriedades, há trabalhadores, mas somente na propriedade do entrevistado 4-AC os três trabalhadores existentes têm a carteira de trabalho assinada como trabalhador rural. Em quatro propriedades, a mão de obra é formada por diaristas que vão uma ou duas vezes por semana na propriedade, ou quando há necessidade de fazer muita plantação ou excessiva colheita. As outras cinco propriedades não contam com nenhum trabalhador, pois a própria família consegue atender à demanda do trabalho na produção de hortaliças.

O destino da produção em todas as propriedades é o comércio. Metade dos entrevistados classificou o trabalho como familiar e a outra metade como produção de baixa renda. Estes últimos são os mesmos que têm algum tipo de contribuição de trabalhadores, sendo os entrevistados 01-AC, 02-AC, 04-AC, 08-AC e 10-AC.

Todos os entrevistados vendem sua produção. Entretanto, diferentemente das demais áreas pesquisadas, nenhum dos entrevistados vendem na Ceasa-DF, somente duas têm atravessador, mas sabem que essa pessoa não vende na Ceasa-DF. Entre os produtores da região de Águas Claras, metade vende seus produtos na Feira do Produtor de Vicente Pires, pois esta feira é mais antiga e os produtores dizem ter mais conhecidos. Os demais vendem em supermercados e mercados pequenos, restaurantes, entregam em escolas particulares, vendem na porta da chácara. Os entrevistados 3-AC e 5-AC vendem para um atravessador, que revende no metrô, em frente à estação Arniquireiras.

Gráfico 4: Venda da produção de Águas Claras



Autor: DOURADO, A.C.G., 2015.

Quatro propriedades fazem entregas em supermercados, sendo estes localizados no Guará, na Candangolândia, no Cruzeiro e em pequenos mercados de Vicente Pires. A escola que o produtor 4-AC entrega é o Colégio La Salle, sendo este colégio muito citado entre os entrevistados, pois, além de terem curral e uma pequena plantação, sempre que possível leva os alunos nas chácaras da Colônia do Governador.

Três produtores vendem na própria chácara para quem quiser comprar. Eles dizem que muitos praticam esportes no Parque de Águas Claras e aproveitam para comprar as hortaliças para casa.

Figura 21: Transporte utilizado na venda dos produtos de Águas Claras



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

Em relação aos serviços de distribuição de água, luz e esgoto, as chácaras da Colônia do Governador e de Águas Claras têm poço artesiano e também utilizam o rio que passa no fundo da propriedade para a irrigação. Ninguém afirmou receber água da Caesb. A energia é fornecida pela CEB. Não há sistema de esgoto, desse modo, os moradores têm fossa. O lixo é recolhido pelo SLU, que passa à beira da EPTG. Assim, os entrevistados levam o seu lixo até a via. Somente há reaproveitamento do lixo orgânico nas propriedades 3-AC e 6-AC, onde fazem adubo.

Ao levantar a temática da AU, dois entrevistados afirmaram nunca ter ouvido essa expressão, mas o entrevistado 2-AC deixa o retrato e o alívio através da fala: “Mas a cidade está vindo para cima da gente, ainda bem que tem o rio e a cidade não pode chegar mais perto”. Cinco falaram que já ouviram o termo, mas não sabem descrever o que é de fato. Outros três entrevistados afirmaram entender que há relação com o que eles praticam, mas também retratam o temor de pagarem a mais por ser em meio urbano. Esse temor pode ser resumido na fala do entrevistado 3-AC: “Aqui a gente é classificado como agricultura familiar, mas a gente produz agricultura urbana bem no meio do urbano e o governo quer que vire tudo urbano porque as taxas da área urbana é [sic] mais alta”.

Desse modo, percebemos que os agricultores da região de Águas Claras têm muito receio da área que estão hoje tornar-se urbana. Assim, eles não têm apreço em dizer que fazem parte da AU, mesmo tendo consciência que estão no meio da área urbana, sendo esta uma das mais crescentes dentro do DF.

A metade dos produtores da região de Águas Claras diz não ter interesse em aprender mais sobre a agricultura, pois já aprenderam com os pais. Outros dizem que aprenderam muito com os japoneses. A outra metade diz ter sempre vontade de aprender para poder melhorar a produtividade. O entrevistado 2-AC relata: “queria estudar sobre floricultura, para melhorar a renda, só que tem que ficar sem trabalhar para aprender, só que a gente não pode ficar sem trabalhar”, mostrando a dificuldade de realizar novos aprendizados já que a lida com hortaliças é diária.

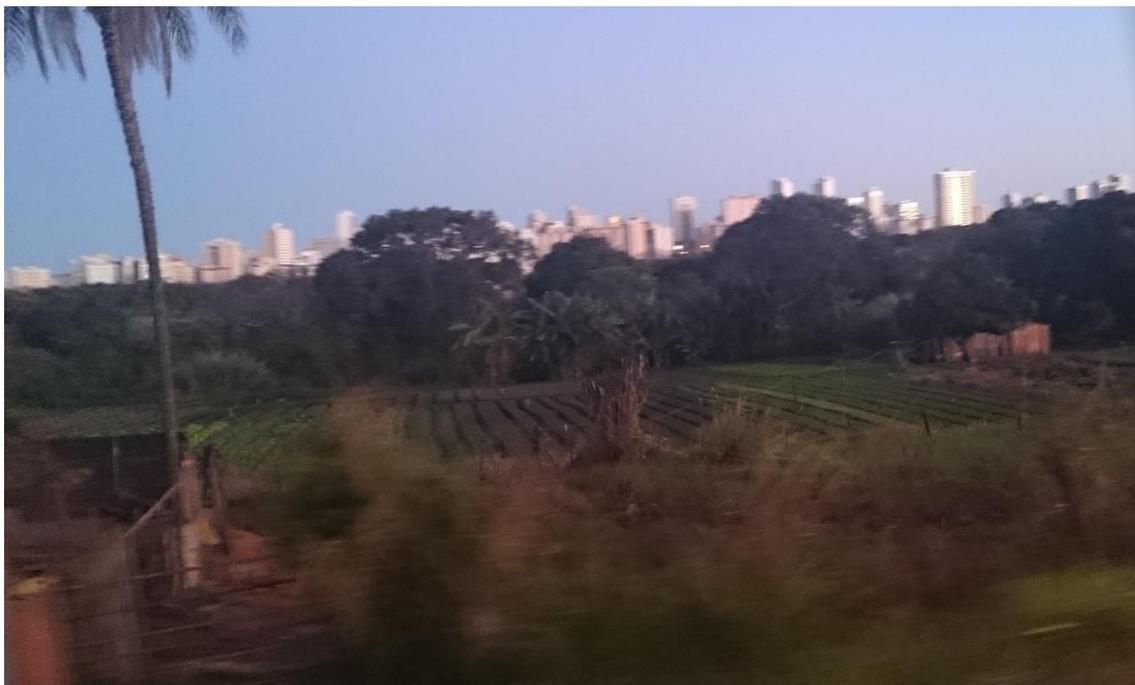
A produtora 2-AC, ao informar se conhece pessoas que exercem atividades agropecuárias próximas às RA's, afirma que “antigamente era cheio,

só que virou Águas Claras só restou pouca gente, umas 12 famílias”. Já o produtor 1-NB diz: “conheço alguns no Vicente Pires porque meu filho produz lá, aí eu conheço. E aqui tem muito japonês que produz hortaliças”. Já o entrevistado 4-AC mostra-se mais relacionado, pois diz conhecer os vizinhos, o pessoal da Vargem Bonita, Brazlândia e alguns produtores de Vicente Pires. Isso demonstra que a pesquisa poderia ser maior, agregando mais áreas, pois há agricultura em RA's para além das áreas de campo desse trabalho.

Há três falas que resumem a perspectiva dos produtores quanto à tarefa de ensinar o que sabem: 4-AC “ainda estou na fase de aprender, e é difícil ensinar porque cada lugar é uma terra e a água é diferente”; 3-AC “a gente sempre ensina. O pessoal da escola do meu filho e do La Salle vem aqui sempre para aprender e pedem para dar palestra”; 1-AC “eu já estou cansado e hoje o povo não quer trabalhar e aí não quer aprender”. Essas falas demonstram que a questão de aprender ou ensinar o que sabem é uma decisão individual, mas os motivos se repetem, por isso resumem o que os demais desejam.

Os entrevistados da Colônia Agrícola do Governador e da Colônia Agrícola de Águas Claras se relacionam com as RA's de Águas Claras, Vicente Pires, Taguatinga e Guará, o que se pode comprovar nas seguintes falas: 1-AC “Tenho mais relação com Vicente Pires, vendo verdura e entrego nas bancas e ganho meu dinheiro”; 2-AC “Tenho mais relação com Vicente Pires e Taguatinga para fazer feira e vender na feira do produtor, temos uma banca que funciona no sábado e no domingo”; 3-AC “Águas Claras é para passear, Taguatinga é para a gente comprar e Vicente Pires vendemos nossas coisas”; 4-AC “Aqui eu não tenho relação nenhuma. Somos abandonados, não é nem Águas Claras, nem Vicente Pires, nem Guará, nem Taguatinga”.

Figura 22: Agricultura urbana em Águas Claras, ao fundo Águas Claras



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

Dentre as áreas pesquisadas, essa região foi onde os produtores citaram mais RA's em suas relações, demonstrando o caráter intraurbano em que vivem. Essa característica traz pontos positivos e negativos: como ponto positivo temos a conexão em rede que estes produtores vivenciam, que é multifacetada; como ponto negativo temos que essa mesma característica acaba por deixá-los no limbo, como revela o entrevistado 4-AC. O território pode ser classificado como “território do nem”, pois como se relacionam com as quatro RA's próximas, Águas Claras não os assume enquanto moradores e contribuidores da formação espacial dessa RA tão moderna e de elevado crescimento.

Todos os entrevistados têm desejo de permanecer na chácara, mas há fatos que os deixam instáveis, como a espera pela renovação do contrato de concessão de uso que há anos está vencido. O período da construção da EPTG, quando seis propriedades perderam um hectare cada, foi relatado como uma pressão sofrida pelo crescimento urbano. Metade dos entrevistados afirmou que já teve proposta para vender a propriedade e que o comprador tinha interesse em transformar o terreno em condomínio, como fizeram em Vicente Pires. Outros

já ofereceram apartamento em Águas Claras em troca da terra. Afirmaram ainda que nos últimos anos não tem diminuído esse tipo de pressão.

Por último, afirmaram que o tipo de trabalho exercido é pesado por ser todo dia, de segunda a segunda, pois as plantas dependem de cuidados diários. Em compensação, disseram que o prazer que dá vale a pena.

Assim, nenhum dos 30 entrevistados diz ter interesse de se desfazer da propriedade. Esse é um dos principais motivos que fará com que essas áreas permaneçam com atividades tipicamente rurais em meio urbano por mais alguns anos. Então, há necessidade de o governo dar garantias a esses produtores para que tenham tranquilidade ao produzir suas hortaliças, que vão para a mesa dos moradores do DF, e para que os filhos dos atuais produtores saibam de sua importância para o mercado brasiliense. Assim, é necessário aprimorar as técnicas e ter incentivos para a sua permanência na atividade agrícola.

A partir dos trabalhos de campos, consideramos que o conceito de AU não está internalizado para os produtores em meio urbano e que o poder público não age sem planejamento ou sem previsões futuras, porque suas ações interferem inegavelmente na dinâmica espacial, compreendemos que a ausência do Estado e de planejamento é uma ação política, pois não integra os produtores e promove a ilegalidade.

Ao analisar os impactos espaciais das ações de planejamento na prática de AU. Além disso, avaliar-se-ão aqueles que poderão ser gerados a partir da possível consolidação de legislação e planejamento desta atividade, de forte potencial para que permaneçam os produtores de atividades tipicamente rurais em meio ao urbano.

4.4 Agricultura urbana e o planejamento urbano

As questões urbanas, nos diversos âmbitos (social, econômico, ambiental), estimulam intelectuais e cientistas a buscar soluções para as problemáticas diante o processo de construção dos espaços. O planejamento pode ser uma importante ferramenta para a gestão do território. No entanto, como todo conceito e toda metodologia, são necessárias reformulações das bases metodológicas do planejamento.

As maiores críticas ao planejamento urbano surgiram em 1980. Contestava-se a forma como era pensado e executado o planejamento, que constitui um instrumento de intervenção e regulação estatal a serviço do capitalismo (SOUZA, 2006). Com a crescente do neoliberalismo, baseado na ideia de “Estado mínimo”, o recurso ao planejamento enfraqueceu, pois ele sustentava estreita relação com o Estado intervencionista. Segundo Souza (2006), foi nesse momento de enfraquecimento do planejamento que o termo “gestão” difundiu-se, como ação que busca resolver os problemas em curto prazo, não em longo prazo como exige o planejamento.

O planejamento que interessa ao presente trabalho é o planejamento socioeconômico, ou seja, o planejamento urbano, que difere, segundo Souza (2006), da gestão urbana, mas que deve se complementar para as ações pensadas e utilizadas, tendo por meta o desenvolvimento socioespacial e urbano.

Assim, enquanto a gestão são ações para curto prazo, ou até imediatas, o planejamento são ações pensadas para médio e longo prazo, necessitando de tempo para as ações demonstrem resultados. Desse modo, Souza confirma:

[...] gestão remete ao presente, gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. O planejamento é preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre indispensáveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem decorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares. (SOUZA, 2006, p. 46).

Segundo Matus (1996), há ferramentas de proteção que são indispensáveis ao planejamento. Deve-se, então, predizer e prever o futuro, ter flexibilidade para adaptar-se às mudanças no quadro que foi previsto e aprender com os erros.

Só poderá promover o desenvolvimento socioespacial se o planejamento socioeconômico e a gestão forem utilizados no intuito de se obter melhorias da qualidade de vida e de se aumentar a justiça social. Para isso, deve-se focar na espacialidade, visualizando a importância do espaço enquanto instância social.

Ao pensar sobre o planejamento, deve-se absorver em qual escala as ações planejadas terão alcance, pois quanto maior for a escala de ação a ser atendida pelo planejamento, tanto mais complexo será o ato de planejar e desenvolver a gestão. Podemos pensar a questão da escala de ação do planejamento em âmbito federal, regional e urbano, advertindo que há territórios distintos, ou seja, cada qual possui suas peculiaridades. No caso do DF, tem-se a proximidade com o governo federal, sendo que este ente tem terras que poderiam ser utilizadas pela AU a fim de promover desenvolvimento socioeconômico. Tendo em vista que o governo local (GDF) é que tem o dever de gerir seu território, faria o elo entre os produtores urbanos e o governo federal.

Juntamente com o GDF, observou-se o embrião da contemplação da AU no planejamento urbano. Neste ano de 2015, foi iniciado um Grupo de Trabalho (GT) que envolve diversas secretarias com a sociedade civil a fim de gerar subsídios à regulamentação que atenda às demandas das hortas urbanas e periurbanas do DF.

Independentemente do grau de desenvolvimento existente no planejamento e na gestão urbanos, algumas ferramentas são utilizadas no sentido de se regular a densidade e a forma da ocupação do espaço, especialmente no caso de Brasília, que é uma cidade planejada desde o seu projeto, dando vistas à setorização e ao distanciamento da população com menos recursos, do centro da cidade. Os instrumentos ligados a ações urbanísticas, aos zoneamentos de uso e ocupação do solo e aos índices ou parâmetros reguladores da densidade e forma de ocupação do espaço (SOUZA, 2006) dependem da forma e dos usos que se faz dessas ferramentas. O espaço urbano será modificado em sua estrutura, podendo-se vislumbrar o desenvolvimento socioespacial ou não. É evidente que, no momento em que a cidade é entregue aos seus cidadãos, ocorre a construção social do espaço.

As práticas de planejamento e gestão urbana no DF acumulam-se através do processo histórico da construção da capital. Os processos interferem no uso e na ocupação do solo urbano com a AU, como foi discutido no Capítulo 2 – A Produção do Espaço Urbano e Rural do Distrito Federal. Para a implementação de cada um dos instrumentos, busca-se apoio nas ferramentas que traçam os princípios, as diretrizes e os objetivos das políticas urbanas. São elas: A Lei Orgânica de 1993 e o último PDOT do DF vigente, instituído pela Lei Complementar n. 854, de 15 de outubro de 2012.

Uma das principais ferramentas de gestão e planejamento é o Zoneamento Ecológico-Econômico firmado em 2007, a fim de subsidiar as ações de planejamento, de modo a otimizar o uso do espaço e promover o desenvolvimento sustentável do território a partir do conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades socioambientais.

No que tange à AU, através dos instrumentos de planejamento e gestão, os zoneamentos são de fundamental importância, visto que, quando são identificados terrenos ociosos ou subutilizados na cidade, eles podem ser utilizados para a produção agrícola. No entanto, no zoneamento realizado, não há identificação dos lugares onde existe AU, nem lugares potenciais para esta atividade.

Souza (2006) diz que as ferramentas do planejamento influenciam as ações dos agentes modeladores do espaço urbano, podendo servir para dar informação, estímulo, inibição ou coerção destas ações. Dessa forma, destaca-se acerca dos instrumentos de planejamento de gestão a sua influência sobre as atividades dos agentes sociais em seu relacionamento e construção espacial.

Ademais, é preciso atentar para o fato de que esses instrumentos exercem influência sobre as atividades sociais, não podendo ser desconsideradas as articulações entre os diversos agentes socioespaciais envolvidos (poderes públicos e sociedade). Assim, para que haja desenvolvimento socioespacial, é preciso que haja mudança positiva na qualidade de vida, como defende Souza (2006). O desenvolvimento socioespacial é vislumbrado como uma meta maior. Se for possível, que seja o mais sustentável e economicamente justo, a fim de promover justiça social.

É nesta perspectiva que a integração entre os diversos instrumentos de planejamento urbano podem contribuir para o desenvolvimento socioespacial. Mas, se houver integração entre os diversos instrumentos de planejamento urbano, haverá mais possibilidades de caminhos que possam causar o desenvolvimento socioespacial juntamente com qualidade de vida e justiça social.

A articulação entre as secretarias e os departamentos do governo, juntamente com a população, é fundamental para o desenvolvimento e a realização dos objetivos propostos nos projetos de apoio à AU. O DF, em maio de 2015, com o apoio do GT em AU, deu um passo importante para essa articulação, na qual o primeiro passo é localizar as áreas em que há AU e o passo em que se encontra é a tentativa de regulamentação da Lei n. 4.772/2012, que estabelece as diretrizes para as políticas de apoio à AUP no DF, para que haja a aplicabilidade da legislação, que não propõe ações concretas com o cunho de planejamento efetivo.

Espera-se que esse interesse por parte dos gestores inclua a AU nesta cidade de fato no planejamento e sejam desenvolvidas ferramentas de gestão que possibilitem o desenvolvimento efetivo desta atividade.

O apoio que é dado à AU, através da Lei n. 4.772 de 2012, ainda não regulamentada, não passa de diretrizes sem atuações práticas. A legislação é ampla e se for posta em ações concretas tende a realizar o que propõe a promoção de cunho ambiental, social, econômico, cultural, melhoria e diversificação de técnicas, promovendo utilização e limpeza de espaços públicos ociosos, e a disseminar para a população os benefícios da AU.

Percebeu-se, portanto, que a AU existente poderia ter assistência do governo em diversos quesitos se a legislação fosse posta em prática, tendo seu amplo desenvolvimento. Sendo assim, para que essa legislação saia de fato do papel e alcance quem muito necessita dela, ou seja, para que as benesses cheguem aos produtores urbanos, faz-se necessário contabilizar o número de agricultores na cidade, conhecer com maior profundidade os espaços em que produzem, identificando suas reais necessidades e seus anseios. Desse modo,

a AU será vista pelo poder público e pela população como uma atividade social de cultivo em espaços urbanos.

4.5 O desenvolvimento socioespacial e a agricultura urbana

O avanço das aglomerações urbanas traz formas descontínuas à cidade. Com isso, intensificam-se os problemas de habitação, emprego, transporte e saneamento. A estrutura urbana não dá conta e é incapaz de acompanhar esse movimento, que por sua vez vem sendo determinado pela desestruturação de outros setores econômicos, no caso, os que envolvem as atividades rurais. A integração entre o sistema rural e o urbano está repleta de modos e práticas tradicionais e modernas, avanços de aglomerações sobre áreas sem um uso definido e, sobretudo, em áreas que vinham sendo utilizadas há décadas por práticas agrícolas.

Romero (2003) sinaliza para a alta complexidade da questão relatando que:

Numa fúria impressionante, as chácaras das colônias agrícolas de Vicente Pires e Samambaia são transformadas em novos condomínios para a classe média. Sem planejamento e com omissão da fiscalização, a construção de casas e a venda do governador em Águas Claras, do outro lado a pista que liga o Plano Piloto à Taguatinga, o chão que deveria exibir o verde das hortaliças e de outras plantações é retalhado a cada dia. O meio ambiente do DF não suporta a ocupação desordenada e a concentração de tantos condomínios em uma mesma região. (ROMERO, 2003, p. 251).

As heterogeneidades miscigenam as feições de urbano e de rural. Rural que, por sua vez, não dispõe de mecanismos e de amparo legal enquanto espaço de reprodução agrícola, espaços de práticas rurais em meio urbano. Desse modo, ao se afirmar que Brasília é 100% urbana, nega-se os sujeitos rurais, nega-se o conflito, negligenciam-se os altos níveis de expansão urbana com ocupações irregulares.

As ocupações irregulares avançaram sobre as áreas agrícolas sem que houvesse fiscalização por parte dos governantes, deixando clara a inoperância

dos agentes públicos no sentido de aproveitar as áreas das próprias cidades, sem que haja necessidade da expansão geográfica para acomodar as demandas habitacionais e do mercado imobiliário.

Por sua vez, Cidade (2003) aponta o início dessa transformação em meados de 1985, ao fim da fase de consolidação da cidade:

Nessa fase, a classe média buscava uma solução para a questão habitacional, em um período em que escasseava o apoio do governo, enquanto no Plano Piloto os imóveis se situavam fora de alcance, em razão dos elevados preços. Canalizando essa insatisfação e contando com a não fiscalização por parte do governo, alguns 'empreendedores' privados começaram a oferecer parcelamentos não legalizados de terras rurais para fins urbanos [...]. Essa tendência, então incipiente, tornar-se-ia uma das forças de estruturação do território no DF na fase de expansão, diante da ausência de uma regulamentação pública efetiva. (CIDADE, 2003, p. 171).

Quando falamos na existência de áreas rurais em meio urbano, na verdade, poderíamos retirar a supremacia do urbano, se observarmos que as áreas rurais foram invadidas com o crescimento urbano, gerando diferentes conflitos, permeados pelo fator econômico, em função de um conflito social de temporalidades diferentes, em que as áreas de práticas rurais são vistas como ilhas, rugosidades de um outro tempo. O conflito entre aqueles que reivindicam melhorias urbanas, mas que estão em um espaço rural, e aqueles que reivindicam melhorias rurais sem que desestruture seu espaço.

Já Penna (2003) assinala que esse processo se iniciou na década de 1980 e se intensificou na década de 1990. Expõe sobre os conflitos:

A partir da década de 1980, com a ocupação bastante intensiva do cinturão verde, a malha urbana começa a expandir-se nessa direção e ocupar áreas até então consideradas de ocupação restrita, proibida e ilegal, sobre as quais o GDF detinha domínio total. [...] é a partir da década de 1990, com a intensificação da ocupação e da densidade populacional, que se define com maior nitidez uma zona de ocupação e crescimento para fins urbanos em áreas de proteção ambiental (os condomínios privados) [...]. Esse processo de fragmentação privada da periferia representa

a ruptura do cinturão verde e da própria preservação ambiental, por meio de um dinâmico mercado imobiliário, que representa muito mais do que uma simples solução emergente para o problema da falta de moradia. Esse tipo de ocupação e expansão (do mercado e da cidade) vem desencadeando fortes conflitos para a gestão pública da cidade, em virtude da degradação que causa ao ambiente. (PENNA, 2003, p. 62-63).

Estamos diante de um processo de diferentes temporalidades, em que a sociedade moderna é constituída de uma multiplicidade de relações. “Esta pluralidade de tempos históricos implica o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade” (MARQUES, 1994, p. 9).

Com a ausência do poder público, mas com o apelo ambiental, transfere-se para os agricultores o controle e a conservação desse espaço. Os produtores têm que se organizar de forma a conservar o ambiente e colocam-se diante de um dilema: conciliar as produções agrícolas e os cultivos em proximidades de uma área de proteção ambiental, senão dentro de uma.

Podemos expor diferentes interpretações envolvendo o desenvolvimento do espaço rural e a reprodução do modo de vida, sobretudo, em áreas rurais envoltas pela cidade, tendo os modos de vida rurais em ambientes urbanos. As discussões sobre esse espaço metamorfoseado sofre influência direta das regiões rural-urbanas.

A mobilidade do agricultor entre suas atividades com a terra e as atividades de lazer na cidade faz não ser mais possível uma leitura do campo como local distante das benesses proporcionadas pela modernidade, como estarem mais perto dos mercados consumidores, acesso a atividades de lazer, atividades profissionais, acesso a tecnologias, a bens e a serviços.

Estreitam-se, assim, as vantagens comparativas desse rural próximo ao urbano, intensificam-se os conflitos proporcionados pela diversidade existente, ao passo que se valoriza as possibilidades de captação e rendas urbanas, como já destacado pela diversidade produtiva desse espaço, beneficiado pela demanda por produtos específicos da capital.

O avanço dos aglomerados urbanos em direção às áreas agricultáveis possibilita, minimamente, uma melhoria de infraestrutura urbana, como transporte público, posto médico e estrada de melhor qualidade, bem como facilidade de transporte para os agricultores e comerciantes da região.

Considerando-se que o planejamento socioeconômico constitui-se de “um processo de mobilização de forças e atores sociais para edificação de um estado desejado coletivo” (SANTANA, 1990, p. 11), o grande desafio do planejamento é, portanto, ir além do viável, ultrapassar o possível e realizar o ideal.

De modo geral, a AU é peculiar ao espaço que ela interage, sendo bastante heterogênea no que tange ao uso dos recursos (ZEENW; GÜNDEL; WAIBEL, 2000). Portanto, ela coexiste numa variedade de combinações, contribuindo para a geração de renda, segurança alimentar e ecológica. Trata-se de combinações de diversidades de produtos, benefícios, situações, interesses e ambientes.

Nos aspectos sociais, ao promover educação ambiental, estimulando hábitos saudáveis de alimentação, a AU proporcionará segurança alimentar, além de estimular convívio social e atividades culturais relacionadas com a produção, e estimulará o trabalho comunitário e a produção familiar. Pode-se implantar produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais e de internação socioeducativa e em outras instituições e associações.

Nos aspectos econômicos, ao promover produção de produtos para autoconsumo, troca, doação ou comercialização, gera-se ocupação, emprego e renda, assegurando a capacitação técnica e de gestão dos produtores. Se houver assistência técnica e acompanhamento da eficiência, da segurança e da confiabilidade dos sistemas de produção, pode ser somado ao estimular o cooperativismo, o associativismo, gerar e preservar tecnologias e conhecimentos.

Nos aspectos ambientais e ecológicos, contribui para a preservação e a recuperação do meio ambiente, ao promover utilização de tecnologias de agroecologia e estimulando o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos,

juntamente com a educação ambiental. Também pode estimular hábitos sustentáveis, promover produção e utilização de plantas medicinais, assegurar qualidade higiênico-sanitária e nutricional dos produtos.

Nos aspectos urbanísticos, a AU promove a utilização e a limpeza de espaços públicos ociosos.

Nos aspectos políticos, é uma ferramenta de inclusão social e de proteção social, contribuindo para a diminuição de desigualdades sociais, utilizando da mão de obra disponível e necessitando de poucos técnicos para desenvolvimento de projetos.

Assim sendo, ao promover desenvolvimento socioespacial na cidade, não se pode deixar de considerar também a AU. Para tanto, antes de serem elaborados projetos de apoio a esta atividade, deve-se incluí-la no planejamento urbano considerando-se os aspectos acima expostos. Com isso, constroem-se um conjunto de políticas fundamentais: política de uso do solo, política de proteção social e políticas ambientais. Isso somente um planejamento com o olhar espacial poderá concretizar.

No que tange às políticas de uso do solo, não se pode esquecer que há intensa disputa pelo solo urbano. Portanto, a agricultura deve ser considerada, pelos planejadores, como uma forma legítima do uso do solo urbano, como defende Zeenw, Gündel e Waibel. (2000). Outro aspecto é a integração da AU nos zoneamentos desenvolvidos como ferramenta para o planejamento. Portanto, o planejamento deve ser específico a fim de contribuir para o desenvolvimento da AU, a qual, por sua vez, contribuirá, num futuro, para o desenvolvimento socioespacial.

A partir dessa inclusão efetiva da AU no planejamento, deve-se pensar em projetos que estimulem a participação comunitária, a articulação organizada entre os agentes (agricultores, sociedade, ONG's e Estado) desde sua elaboração. As questões (sociais, políticas, econômicas e ecológicas) que permeiam a AU devem ser enfrentadas pelos agentes espaciais como um todo, para assim usufruir das potencialidades desta atividade para o desenvolvimento socioespacial.

No DF, algo começa a ser feito nesses últimos governos, mas é pouco e vagaroso, diante da realidade de uma cidade construída de modo a ser marcada fortemente pelo desenvolvimento geográfico desigual. As atitudes que estão sendo tomadas devem seguir, com mais agilidade e com vistas à realidade, buscando incluir, efetivamente, a AU no planejamento, a fim de promover inclusão social, autonomia e mudança de qualidade de vida, para um grupo considerável de cidadãos que estão envolvidos diretamente com a prática de AU e para os que indiretamente são beneficiados por ela.



Autoria: Ana Clara Gonçalves Dourado. Foto tirada em 12 de julho de 2015.

“Agricultura: Quem não vive dela, depende dela para viver”

Celso Balbinot

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se compreender a produção espacial das áreas de estudo, investigamos a relação dos agricultores. Procuramos compreender o processo histórico de formação das áreas agrícolas em meio urbano, objetos deste estudo, para assim compreender as ruralidades, enquanto rugosidades, estabelecidas a partir da AU em espaços no DF. A dinâmica sócio-econômica-espacial da AU contribui para o planejamento e a gestão do espaço urbano.

No transcorrer desta dissertação, buscamos apreender o movimento de transformação no espaço e na história rural do DF, destacando a relevância das pequenas propriedades e dos pequenos agricultores nesse espaço urbano, por tratar-se de uma complexidade de acontecimentos, espaços multifacetados, vasta gama de culturas e historicidade desses territórios, que passam despercebidos ao olhar dos brasilienses.

Do apanhado histórico à pesquisa de campo, acompanhamos as múltiplas relações entre os proprietários rurais e a cidade e os processos decorrentes destas ligações.

Buscamos observar, ao longo desta dissertação, o processo dinâmico de constante transformação do espaço rural, que foi e é marcante em diferentes momentos históricos. E, neste momento em que as RA's estão densamente urbanizadas, elas designam diversas competências para as áreas rurais, na condição de reminiscências de uma importância que ficou na história.

Estão presentes, no atual momento, partes constituintes dos momentos anteriores, marcadamente com a cultura japonesa, nordestina e dos candangos. Dessa forma, apresentam uma diversidade cultural muito rica.

É nessa relação entre o tradicional e o moderno que as especificidades das áreas de estudos se tornam singulares. Para alguns pequenos agricultores a necessidade de adequação ao mercado não compromete a manutenção dos seus traços culturais, dos cultivos das hortas e dos jardins.

Apresenta-se uma ruralidade com experiências em virtude da expressão em relação ao potencial, que pode ser apreendido para o surgimento da noção de sistema socioeconômico local, o que aponta para abertura de novas oportunidades, com base no aperfeiçoamento e na valorização das peculiaridades da região, constituindo uma consumação do tecido sócio territorial.

A visão territorial do desenvolvimento aponta para a revelação da potencialidade que o espaço rural, espaço esse complexo e envolto pela densa urbanização, não revelou à sociedade. Visto como base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa ao esvaziamento social, econômico, político e cultural. Assim, o rural continua a ser uma categoria pertinente de classificação, de maneira que não pode ser visto como resíduo do urbano ou como sinônimo de agricultura.

Esses produtores experimentam uma nova ruralidade, relacionando-se em trajetórias de vida nas quais saíram de seus locais de origem, movidos pelas novas oportunidades na nova capital, territorializaram em sua campesidade, através de práticas aprendidas com seus pais. Hoje estão em um espaço que sofreu alterações, desenvolvendo novas culturas, novas ruralidades adequadas à realidade das cidades nas quais estão inseridos esses pequenos produtores rururbanos do DF.

A campesidade é recriada em novas condições, no contexto do espaço urbano. Isso fez com que permanecessem pequenos agricultores nessas áreas. O que é necessário agora é que o governo os ampare e assegure a reprodução das famílias de agricultores e de suas atividades, melhorando suas condições, otimizando a sua reprodução social e a produção de alimentos.

As três áreas são resultados do processo iniciado há cinquenta anos com a criação do cinturão verde. Contudo, como esse projeto, conforme havia sido idealizado, não se manteve, deixou resquícios desse período.

O projeto de Israel Pinheiro em formar um cinturão verde ao redor de Brasília dentro do DF, com o apoio da extinta Fundação Zoobotânica e de agricultores japoneses, se desenvolveu e prosperou, pois cerca de 50 anos

depois ainda temos áreas que se mantiveram agrícolas mesmo com o tamanho desenvolvimento urbano do DF.

A existência das áreas objetos deste estudo é resultado desse projeto “cinturão verde”, que hoje poderia ser representado como “ilhas verdes”, pois são áreas pontuais de produção de hortaliças, não havendo mais um corredor de produção ou um cinturão. O que existe são áreas de produção agrícola, desconexas entre si e rodeadas por áreas urbanas que fazem o papel de conectá-las. No entanto, acreditamos que as áreas de estudo são rugosidades existentes no processo de crescimento e verticalização do DF.

O capital imobiliário não conseguiu se apropriar dessas áreas. Assim, elas não foram incorporadas totalmente ao processo de urbanização. O principal motivo é perceptível em campo, pois são áreas próximas à Área de Proteção Permanente (APP). Além disso, o forte vínculo histórico à construção da capital faz com que haja processos em favor da manutenção dessas áreas que foram estudadas tal como são hoje, de produção agrícola de hortaliças.

Esta pesquisa trouxe a práxis da agricultura que se torna urbana através da resistência, tornando uma rugosidade em meio urbano, mas que tende a permanecer, por estar presente em áreas que o capital imobiliário não tem interesse, pois é perto da várzea, como é o caso das áreas estudadas no Núcleo Bandeirante e Águas Claras, onde os solos não colaboram com a construção civil. Na região da Vargem Bonita, acredita-se que o fato de serem muitos e por terem uma Associação que os une e faz o papel burocrático os manterão como agricultores.

O problema que se vislumbra para a manutenção dessas áreas agrícolas em meio ao urbano é a hereditariedade dos proprietários, pois muitos já têm idade avançada. Somente cerca de seis herdeiros entre os trinta entrevistados deram indícios, em entrevista informal, de que pretendem permanecer na produção agrícola.

Todas as áreas pesquisadas são de suma importância para a produção de hortaliças no DF, e os agricultores sabem disso, explicitando esse entendimento recorrentemente.

Os trabalhos de campo e os diálogos com os agricultores do DF foram essenciais para perceber a conexão entre eles. Fato que não apareceu nas hipóteses foi a importância do presidente JK e principalmente de Israel Pinheiro, que foi citado em todas as áreas de estudo, sempre com o tom de afeto e agradecimento, sendo o primeiro elo entre os agricultores entrevistados.

O segundo elo é realizado pela EMATER, que, mesmo não os unindo enquanto grupo, os fortalece em sua individualidade, contribuindo para a manutenção dos agricultores, produzindo em suas áreas.

O terceiro elo é a Ceasa-DF. Percebemos na fala dos agricultores que é neste espaço que eles se conhecem, principalmente, os agricultores da Vargem Bonita e do Núcleo Bandeirante, pois os produtores da região próxima a Águas Claras frequentam mais a feira do produtor do que a Ceasa.

A contribuição da AU na produção do espaço urbano do DF é nutrir os aspectos econômicos, sociais e culturais. No quesito econômico, além de gerar renda para a própria família, suprindo economicamente as necessidades das famílias envolvidas, integra alguns trabalhadores rurais. Eles iniciam uma cadeia econômica: inicia com a sua produção, vendem na Ceasa, em feiras, para sacolões, supermercados, restaurantes, nutrindo o mercado que emprega mais pessoas e gerando um público consumidor que move a economia.

Na área social, os agricultores rururbanos promovem a segurança alimentar, a integração social com escolas, para as quais mostram suas vivências, a valorização que eles mesmos se dão quando contratam ou ensinam outros trabalhadores rurais. Contribuem também empregando quem veio para a cidade por um processo migratório, mas que tem origem camponesa.

No aspecto cultural, temos a manutenção da história de Brasília, que envolve nomes importantes do ex-presidente Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, e muitos nomes de desconhecidos que contribuíram e contribuem com a alimentação dos candangos e dos brasilienses. Estes têm uma cultura diversa, temos muitos de origem japonesa, com seus hábitos milenares, outros tantos nordestinos com suas festas, comidas e alegria que lhes parece inerente.

Portanto, o reconhecimento dessa prática enquanto construção social de ruralidades deve ser agregado ao planejamento urbano, pela questão econômica, social, preservação cultural e pela segurança alimentar da população brasiliense, que necessita da produção de hortaliças dessas áreas e de outras tantas que não foram objeto desta pesquisa, mas que colaboram para as novas ruralidades. Assim, quando esta atividade for inserida no planejamento urbano, fazendo-se zoneamentos, legislações específicas e inclusão do tema nos fóruns de gestão participativa do DF, apresentar-se-ão mais potencialidades para o desenvolvimento sustentável dos sistemas urbanos.

Assim sendo, a AU deve ser inserida no planejamento urbano, pois precisa ser alvo de investimentos concretos por parte dos poderes públicos, no sentido do seu desenvolvimento, maior acesso por parte da população e reconhecimento das populações já praticantes, que por vezes não são vistas pelos tomadores de decisão.

No decorrer da pesquisa, dados interessantes surgiram e a vontade de agregá-los a este trabalho existiu. No entanto, em função dos objetivos desta pesquisa, essas informações não puderam se incorporar a este trabalho.

O primeiro dado foi ofertado em entrevista com o coordenador do Programa de Agricultura Urbana, que me entregou uma listagem com 54 instituições, entre escolas e postos de saúde, que oferecem apoio técnico e de insumos para se praticar a AU.

O segundo dado foi conhecido em rodas de conversa sobre AU, confirmada em pequenas palestras e a partir da Articulação de Grupos de AU do DF (Agau). Soubemos, assim, da existência de dezoito hortas comunitárias em atividade no DF, nas RA's do Itapoã, São Sebastião, Brasília, Águas Claras, entre outras.

Desse modo, por se tratar de uma atividade ampla, que envolve processos de construção espacial singulares, são muitas as possibilidades futuras de novas pesquisas dedicadas ao tratamento desta temática, aprimorando as reflexões expostas neste trabalho, que não esgota em si próprio o tema tratado. É necessário que outros estudos continuem acompanhando, pesquisando outras

áreas, outras dinâmicas da AU que é praticada no DF, buscando compreender os processos de manutenção desses agricultores. Afinal, a compreensão de processos espaciais se torna possível apenas se estes forem analisados temporalmente. Por certo, a temática da AU com o olhar geográfico possibilita novos trabalhos investigativos avançarem nos estudos referentes a pesquisas que invistam na investigação das instituições que têm AU ou hortas comunitárias desenvolvidas em meio urbano e seu reatamento na espacialização do DF.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, abr/jun. 1997. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/agricultura-familiar-e-uso-do-solo/>> Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, IPEA, Texto para Discussão n. 702. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____; BALDISSERA, et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios - Chapecó, Brasília. Convênio FAO-INCRA/CPPP-EPAGRI - Edições UNESCO, 1998. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/cplp/brasil/11-10-2006/13204-dimensaoterrit-2/#sthash.IVA5TG79.dpuf>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil: Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p.197-244.

ALENTEJANO, P. R. As relações cidade-campo no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p. 25-39, jul/dez. 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.

_____. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.) **Elisée Reclus**. São Paulo: Ática. 1985. 200p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambient. Soc.**, Campinas, v.10, n.1, Jan./Jun., 2007. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2007000100009>>. Acesso em: 8 fev. 2014.

ARAÚJO, M. M. O estatuto da cidade: em busca do planejamento urbano eficiente. **Revista Ação Ambiental: Direito Ambiental**, Viçosa-MG, n. 27, p. 28–31, mar./abr. 2004.

ARAÚJO, M. G. M. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, 2003, p. 165-182.

BAUMAN. Z. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. 145p.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 258p.

BERDOULAY, V.; SARTRE, X. A. de. **Le développement local dans la perspective du sujet géographique**. Manuscrit auteur, publié dans Hégoa, n. 25, 2005, p. 6-14.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 615 p.

_____. **Uma introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília, DF: Codeplan, 1988. 140 p.

BICALHO A. M. S. M. Agricultura e ambiente no município do Rio de Janeiro. In: ABREU. Maurício de Almeida (Org.). **Natureza e Sociedade no Rio de**

Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1992. p. 235-316.

BITOUN, J. O intra-urbano: a geografia e o urbanismo. In: SILVA, J.B; COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C (Org.). **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 53-60.

BRAND, P.; MUÑOZ, E. *Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde uma perspectiva política*. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. XXI, n. 1, p. 47-70, jan./jul. 2007.

BRASIL. Lei n. 11.346. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 set. 2006.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Panorama da AU e AUP no Brasil e Diretrizes Políticas para sua Promoção**. Brasília: BR, 2007.

_____. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior. **Plano de desenvolvimento da agricultura orgânica no DF**. 2008. Disponível em: < www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1248268176.pdf > Acesso em: 22 maio 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Seleção de Propostas para Implantação ou Fortalecimento de Centros de apoios Agricultura Urbana e Periurbana – Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento. **EDITAL MDS/SESAN N. 05/2008**, 2008.

_____. **Informações sobre agricultura urbana**. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/informacoes-sobre-agricultura-urbana-estao-disponiveis-noportal-mds>>. Acesso em: 22 maio 2014.

_____. **Lei federal 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2001. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 8 fev. 2014.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. 2006**.

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>.

Acesso em: 13 mar. 2014.

BOUKHARAEVA, M. L., et al. Agricultura Urbana como um Componente de Desenvolvimento Humano Sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 22, p.413-424, maio/ago. 2005.

BOURDIEU, P. **La distinction: Critique sociale du jugement**. Les Éditions de Minuit. Paris, 1979.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord.). **O novo rural brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

CARLOS. Ana Fani A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.104p.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

_____. Apresentação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades Sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 7-13.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Revista Estudo Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 11, outubro, 1998. 53-75 p.

Disponível em:

<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/135/131>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CIDADE, L. C. F. Qualidade ambiental, imagem de cidade e práticas socioespaciais. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. de C. (Org.). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora da Universidade da Brasília, 2003, p. 157-180.

COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory: The Belknap Press of Harvard University Press**. Cambridge, Londres. 1990.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. Sistema de Informações Estatísticas do Distrito Federal – SIEDF. Disponível em: <<http://www.siedf.codeplan.df.gov.br/gft/gftdefault.asp?publico=sim>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

CONSEA. **Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Cartilha_CONSEA-2007_NOVO.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2014.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994. 96 p.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana: reflexão e análise sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte**. 2007. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

_____. **Agricultura urbana**: práticas populares e sua inserção em políticas Públicas. 2010. p. 204. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**, New Jersey: Prentice-Hall, 1966. (Trad. C.W. Baskin)

DISTRITO FEDERAL. Lei n. 4.772, de 24 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre diretrizes para as políticas de apoio à agricultura urbana e periurbana no Distrito Federal. **Diário Oficial [do] Distrito Federal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 2012.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**: Documento Técnico. Brasília, 2009.

DOLFUSS, O. **O espaço geográfico**. Tradução: Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL. 1991. 121p.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Relatório Anual de Atividades EMATER-DF 2008. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Distrito Federal. Brasília, 2009.

FAO. **Agricultura Urbana**: Belo Horizonte Cultivando o Futuro. PBH, REDE, 2008. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/Agricultura%20urbana%20in%20Belo%20Horizonte,Brazil-%20%20oportunidades%20e%20desafios.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

_____. *Cuestiones de la agricultura urbana*. **Revista Enfoques**, 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/AG/ESP/REVISTA/9901SP2.HTM>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

FERNANDES, Edésio. **Direito urbanístico e política no Brasil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

FERREIRA, Rubio José ; CASTILHO, C. J. M. . Agricultura Urbana: Uma face da agricultura familiar que permanece na cidade. In: II SEMILUSO, 2008, João Pessoa. **II Seminário Luso-brasileiro: Agricultura familiar e desertificação - Livro de Resumos**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008. p. 42-42.

GEOLÓGICA Consultoria Ambiental. **Relatório de Impacto Ambiental do Setor Habitacional Vicente Pires**. Brasília, 2006.

GOVERNADOR VALADARES. **Lei n. 5265 de 29 de dezembro de 2003**. Disponível em: <<http://c-mara-municipal-de-governador-valadares.iusbrasil.com.br/legislacao/316991/lei-5265-03>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e debate**, São Paulo, ano XVI, n.39, p.48-64,1996.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

_____; MELO, Adriana Ferreira de. O lugar e a cidade: conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 293-308.

HOGAN, D. J. **População e meio ambiente**. Textos NEPO 16. Campinas: UNICAMP, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/metodologia/introducao.pdf>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

JACINTO, J. M; Mendes, César M; PEREHOUSKEI, Nestor. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percurso** - NEMO Maringá, v. 4, n. 2, p. 173- 191, 2012.

JACOBS, J. **La economia de las ciudades**. Barcelona: Edição 62 S/A, 1971. 287 p.

KAYSER, B. **La Renaissance Rurale: Sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990. 317 p.

_____. **Naissance de nouvelles campagnes**. Paris: éditions de l'Aube, 1996. 174p.

LARA, A.C.F.; ALMEIDA, D. **Belo Horizonte: Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas**, 2008. 36p.

LE CORBUSIER. *The city of tomorrow and its planning*. London, 1929. Reimpresso em 1947 pela Architectural Press. In: HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1993.

LOVO, Ivana C. **Cidade verde: otimização do uso de espaços vazios para a agricultura urbana por meio dos planos participativos, planificação e gestão para promover a segurança alimentar e governabilidade participativa municipal**. Governador Valadares, MG, 2006.

_____. **Guia metodológico para monitoramento e avaliação do projeto piloto Jardim Produtivo**. 2008. Disponível em: <<http://www.rede-mg.br>>. Acesso em: 2014.

MACHADO, I. P. T. **Vivendo da terra em chão de concreto**. Considerações acerca da agricultura na metrópole de São Paulo. 2007. (Trabalho de Graduação Individual). Departamento de Geografia/FFLCH/USP, 2007. 134p.

MACIEL, S. M. B. **O processo de ocupação da colônia agrícola Vicente Pires: ação antrópica e impactos ambientais**. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2002.

MAGALHÃES, E. da S. **Agricultura orgânica no Distrito Federal: uma análise exploratória**. 2004. 63 f. Print-out. Monografia (Especialização) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2004.

MALUF, R. S. **Ações públicas locais de abastecimento alimentar**. São Paulo: Polis, 1999. Disponível em:
<<http://www.polis.org.br/obras/arquivo172.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2014.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, n.19, p. 95-112, 2002.

_____. **Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. 1994. 153 f. Dissertação (Mestrado). São Paulo, FFLCH-USP, 1994.

MARTINS, A. M. de A. C. Vazios Urbanos em Brasília. In: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960-2010: passado, presente e futuro**. Brasília: SEDUMA, 2009 (prelo).

MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. Tradução: Leandro Konder e Renato Guimarães. 7. ed. São Paulo: Paz na Terra, 1997. 346 p.

MATUS, C. **Política, Planejamento e Governo**. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996. v. 2.

MELO, M. F. **Crise e Reestruturação do Setor Olerícola do Distrito Federal na década de 1990**. 2001. 89 f. (Dissertação). Mestrado em Economia de Empresas. Dezembro, 2001.

MENDONÇA, M. M; MONTEIRO, D; SILVA, R. M. Agricultura Urbana: ensaio exploratório e pequeno mosaico de experiências. In: **Agricultura na Cidade – Coletânea de textos sobre as experiências desenvolvidas no âmbito do “Programa de Agricultura Urbana” da AST-PTA, na zona Oeste do município do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: AST-PTA, 2005.

MIRANDA, L. I. B. de. **Produção do Espaço e Planejamento em Áreas de Transição Rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife – PE**. 2008. 249 f. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano). UFPE, Recife, 2008.

MONTEIRO, A.V.V.M. Agricultura Urbana e Peri-urbana: questões e perspectivas. **Informações Econômicas**, São Paulo, 2002. v. 32, n. 6. Disponível em: <[http://www.agriculturaurbana.org.br / sitio / textos / ana % 20victoria % 20sobre % 20AU.htm](http://www.agriculturaurbana.org.br/sitio/textos/ana%20victoria%20sobre%20AU.htm)>. Acesso: 1º jun. 2013.

MOREIRA, C. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

MOREIRA, R. J. Configurações de poderes urbanos-rurais: fragmentos de discursos e práticas. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 67-96.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, 2000. Disponível em: <http://www.ipes.org/images/agriculturaUrbana/documents/revPor1/2_AU1conceitodefi.pdf>. Acesso em: 13 maio 2013.

_____. **Cultivando mejores ciudades**. 2006. Disponível em: <http://web.idrc.ca/es/ev-95304-201-1-DO_TOPIC.html>. Acesso em: 5 out. 2013.

MONTE-MÓR, R. L. de M. As Teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO (Org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 61-86.

_____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

NASCIMENTO, Roberto César Alves do. **Necessidade e uso da informação de mercado pelos produtores rurais de alface do núcleo hortícola suburbano de Vargem Bonita, Distrito Federal**. 2004. 97 f. (Dissertação de Mestrado) - Universidade de Brasília, FACE, 2004

ODUM, Eugene Pleasants. **Ecologia**. São Paulo: Pioneira, 1977.

ORSI, Sérgio Dias. **Desafios institucionais para inserção das pequenas agroindústrias rurais no Distrito Federal**. 2001. 202 f. (Dissertação de Mestrado) Ciências do Desenvolvimento e Agricultura. Outubro, 2001.

PELUSO, M. L. Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. **Espaço & Geografia**. Brasília, v. 6, n. 2. 2003.

PENNA, N. A. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. de C (Org.). **Brasília: Controvérsias Ambientais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 57-73.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD. **Cultivando mejores ciudades**. 1996. Disponível em:

<http://www.idrc.ca/es/ev-95297-201-1-DO_TOPIC.html>. Acesso em: 5 out. 2013.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993/96.

ROCA, M.N.O. Migrações internas e circulação da população: o caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo. In: Congresso Português de Demografia - ABEP. 2. Lisboa. **Anais...** Lisboa: ABEP, 2004. Disponível em: <<http://www.apdemografia.pt/ROCA.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2013.

ROESE, A.D. **Agricultura Urbana**. Agronline.com.br., 2003. Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=112>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

ROMERO, M. A. B. A sustentabilidade do ambiente urbano da capital. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. de C. (Org.). **Brasília**: Controvérsias Ambientais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003, p. 241-265.

ROSA, P. P. V. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2011.

SANTANA, J. **Notas introdutórias ao planejamento**, Recife: [sine nonine], 1990. Mimeo. 150p.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte: FAO, 2007.

SANTOS, A. D. dos (Org.). **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Fundação Petrópolis LTDA, 2005.

SANTOS, M. S. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. In: **Revista de Humanidades**, Natal: UFRN/CERES. v. 2, n. 4, jun./jul. 2001. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme> Acesso em: 12 jan. 2014.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988. 124p.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SARACENO, E. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de seminários Inea sobre desenvolvimento nas áreas rurais — métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, out. 1996.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v.2.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003. p. 99- 121.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEDUH). **Modelo de gestão estratégica do território do Distrito Federal**. Brasília: SEDUH, 2004.

SILVA, D.; LOPES, R. O campo na cidade: uma interpretação a partir da prática da agricultura em espaços considerados urbanos. In: **VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

SILVA, José Graziano da. O Novo Rural Brasileiro. **Nova economia**, Belo Horizonte. v. 7, n.1. p 43-81.1997.

SILVA, W. R. da. **A formação do centro principal de Londrina e o estudo da centralidade urbana**. Geografia. Londrina, v.12, n.2, jun./dez. 2003.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense: CEBRAP, 1975. 151p.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 190p.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 556 p.

STEINBERGER, M. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto regional e nacional. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília – Gestão Urbana: conflitos e cidadania**. Brasília: Editora da UnB, 1999.

SUZUKI, J C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, p. 134-150. jan./jun. 2007.

TAYLOR, Paul. **Cultivando mejores ciudades**: prólogo. 2006. Disponível em: <http://web.idrc.ca/es/ev-95302-201-1-DO_TOPIC.html>. Acesso em: 5 out. 2013.

TEIXEIRA, M.A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço rural e a geografia rural: Ideias para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 14, p. 9-33, 1997.

TURNOWSKI, S. **A organização do espaço no estado do Rio de Janeiro: as áreas periurbanas**. [S.l.:s.n.]. 1992. Mimeo.

VALE, A. R. do. Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 6, 2004, Goiânia. **Anais...** Disponível em: < http://www.igeo.uerj.br/vicbg-2004/eixo3/e3_017.htm >. Acesso em: 5 jun. 2013.

_____. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. 2005. 215 f. (Tese de Doutorado em Geografia) - UNESP, Rio Claro, 2005.

VEIGA, J. E. da. A relação rural/urbana no desenvolvimento regional. In: BOTELHO FILHO, F.B. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – Contribuições ao debate**. Brasília: UnB, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5, n.17, 2005. 168 p.

_____. A atualidade da contradição urbano-rural. In: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Análise Territorial da Bahia Rural**, SEI, Série Estudos e Pesquisas n. 71. 2004. p.29-50.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, n. 51, maio-agosto 2004, p. xx, FEA - USP 2004. Seminário n. 16/2004, 12 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a03v1851.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: PIQUET, R.; OLIVEIRA, E. (Org.) **Economia e Território no Brasil Contemporâneo** (no prelo, 2007). Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/wp->

content/uploads/2012/06/Mudancas_nas_relacoes_entre_espacos.pdf>.

Acesso em: 23 jun. 2013.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel. FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.). **Una nueva ruralidad en America Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 31-44.

Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929125458/giarraca.pdf>>.

Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. O “lugar” dos rurais: O meio rural no Brasil moderno. **Anais... XXI**

Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1997. Disponível em:

<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5213&Itemid=360>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Anais... XX** Encontro

Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996. Disponível em: <[http://www.unifal-](http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf)

[mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf](http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E. ; TEIXEIRA, O. N. (Org.).

Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002. p. 39-52.

ZEEUW, Henk; GÜNDEL, Sabine; WAIBEL, Hermann. A integração da agricultura nas políticas urbanas. **Revista de Agricultura Urbana n. 16**.

Disponível em: <http://www.ipes.org/au/pdfs/raup1/5_au1integracao.pdf>.

Acesso em: 23 jul. 2015.

APÊNDICE A - Reconhecendo as Práticas de Agricultura Urbana: roteiro de entrevista

	<p>Universidade de Brasília - UnB</p> <p>Programa de pós-graduação em Geografia</p> <p>A agricultura urbana do Distrito Federal: contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano</p> <p>Ana Clara Gonçalves Dourado</p>
---	---

Identificação do entrevistado

Nome _____

Idade: _____ Origem: _____

Tempo que mora na mesma propriedade _____

Grau de instrução:

1º fundamental 2º fundamental Ensino médio Ensino Técnico

Ensino Superior

Participa de algum movimento social _____

Número de pessoas que moram na residência? _____

Renda da família (salário mínimo)?

< 1 salário 1 a 2 2 a 3 3 a 4 4 a 5 5 a 6

Relação com o lugar do estudo: _____

Identificação da área

Qual tipo de espaço é destinado para a cultivo/produção/criação?

Quintais das residências Margens de rodovias Terrenos baldios

() Escola () Posto de saúde () Margens de rio/riacho () Propriedade rural em meio urbano. Outros: _____

1. Você sabe quantos hectares ou metros² tem a área?

() Sim. Quantos? _____ () Não

2. Qual a forma de acesso à terra?

() Compra () Posse () Arrendamento () Outros.

3. Há quanto tempo a atividade está sendo praticada no local? _____

4. O que é produzido na área?

a. () Agricultura. Quais? _____

b. () Hortaliças. Quais? _____

c. () Pomar. Quais frutas? _____

d. () Pecuária. Quais? _____

e. () Extrativismo. Quais? _____

f. () Beneficiamento de Produtos. Quais? _____

f. () Outros. Quais? _____

5. Nos últimos 5 anos, as atividades cresceram/diversificaram-se? Como/Por quê? () Sim () Não

O Trabalho

1. Quantas pessoas cultivam/criam/produzem na área?

2. Quantas famílias são beneficiadas?

3. As atividades recebem apoio externo?

() Sim () Não

Se Sim, de quem?

() Governo do DF () ONG's _____

() Governo Federal () Outros? Quais? _____

4. Existe crédito para as atividades?

() Sim () Não

Se sim, de qual instituição?

() Bancos () Cooperativa () Associação () Outros. Quais?

5. Tem trabalhadores terceirizados?

() Sim () Não

Se não. Como são contratados? _____

6. Como você classificaria o trabalho no local?

Familiar Produção de baixa renda Subsistência

Outro. Qual? _____

Produção

1. Qual o destino da produção?

Consumo próprio Comercialização Troca Outros.

2. Se há comercialização, as vendas são feitas:

Supermercado Em feiras livres. Quais?

Outros. Quais?

Acesso a serviços públicos

1. De onde vem a água utilizada nas atividades?

Água da Caesb Poço Rio/Riacho Água da Chuva Outros.

Quais?

2. De onde vem a energia elétrica utilizada nas atividades?

Fornecida pela CEB Não se utiliza energia elétrica Outros. Quais?

3. Para onde vai o lixo produzido nas atividades?

Coletado pelo SLU Jogado em terrenos Jogado nos rios Enterrado

() Queimado () Reciclado () Outros. Quais?

4. Para onde vai o esgoto das residências?

() Sistema da Caesb () Fossa escavada no solo () Mato () Rio, riacho () Outro.
Qual?

Agricultura Urbana

1. O que entende por agricultura urbana?

2. Tem interesse em aprender mais sobre como praticar agricultura urbana e como usar plantas medicinais? (Dar uma breve explicação do que é agricultura urbana ao entrevistado)

3. Conhece alguém que exerce atividades agropecuárias na região, próximas às Regiões Administrativas?

4. Tem interesse em futuramente ensinar para outras pessoas o que você sabe e/ou o que você faz sobre agricultura urbana e plantas medicinais?

5. Qual a relação que você tem com a Região Administrativa mais próxima?

6. Sente-se pressionado a parar de exercer atividades agropecuárias? Já houve alguma proposta para se desfazer da propriedade para que essa se torne aglomerado urbano?
